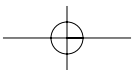
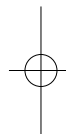
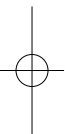
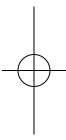
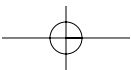
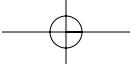
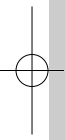


Migração e políticas sociais



Cadernos Adenauer



ANO X **1** 2009

Migração e políticas sociais

Editor responsável
Peter Fischer-Bollin

Conselho editorial
Antônio Octávio Cintra
Fernando Limongi
Fernando Luiz Abrucio
José Mário Brasiliense Carneiro
Lúcia Avelar
Marcus André Melo
Maria Clara Lucchetti Bingemer
Maria Tereza Aina Sadek
Patrícia Luiza Kegel
Paulo Gilberto F. Vizentini
Ricardo Manuel dos Santos Henriques
Roberto Fendt Jr.
Rubens Figueiredo

Coordenação editorial
Reinaldo Themoteo

Revisão
Cristiane Duarte D. Santos
Reinaldo Themoteo

Tradução
Margaret Cohen (páginas 29 a 108)

Capa, projeto gráfico e diagramação
Cacau Mendes

Impressão
Imprinta Express

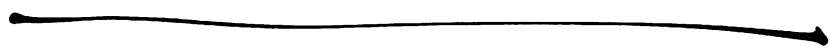
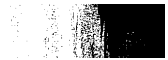
ISSN 1519-0951

Cadernos Adenauer X (2009), nº 1
Migração e políticas sociais
Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, agosto 2009.
ISBN 978-85-7504-139-0

Todos os direitos desta edição reservados à
FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER
Centro de Estudos: Praça Floriano, 19 – 30º andar
CEP 20031-050 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil
Tel.: 0055-21-2220-5441 · Telefax: 0055-21-2220-5448

Impresso no Brasil

Sumário



Apresentação 7

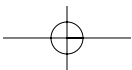
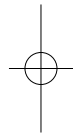
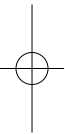
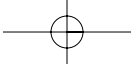
Velho tema, novos desafios –
gestão pública da imigração 9
ANA CRISTINA BRAGA MARTES

Tendências e consequências do fenômeno migratório
O caso da Guatemala 29
SIBYL PINEDA

Migração no México: tendências e consequências 43
LUIS IGNACIO ROMÁN MORALES

Migração no Peru 69
ROBERTO ABUSADA SALAH E CINTHYA PASTOR VARGAS

Transferência e mobilidade de conhecimento:
políticas públicas no contexto latino-americano 95
CRISTEN DÁVALOS E SEBASTIÁN TORRES



Apresentação

7

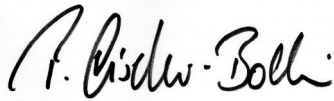
Processos migratórios sempre fizeram parte da história da humanidade, especialmente nos últimos 500 anos nas Américas. Destes processos deriva a atual estrutura demográfica do continente. Apesar de hoje, felizmente, os conflitos armados não fazerem parte da realidade na América Latina, ainda podemos lembrar as suas terríveis consequências na região, sentidas até poucos anos atrás, na América Central por exemplo. A migração faz parte da convivência humana, no entanto os exemplos do conflito centro-americano, a guerra civil na Colômbia, as ditaduras militares nas Américas Central e do Sul, com seus refugiados, exilados políticos e migrantes demonstraram quão estreitamente vinculados estão os temas migração, paz e democracia. A migração geralmente possui em sua base carências políticas, sociais e econômicas que frequentemente levam os membros mais destacados de uma sociedade a distanciar-se do país de origem.

Os movimentos migratórios são importantes para o Brasil, pois além de haver um grande número de brasileiros vivendo no exterior, o país também recebe um crescente número de pessoas oriundas de diversos países e que aqui fixam residência. Tal fluxo de pessoas que chega ao Brasil vem não somente de países vizinhos, mas também de diversas outras regiões do mundo.

É por isso que o desafio político da migração constitui um tema significativo para a Fundação Konrad Adenauer que, através de seu programa regional SOPLA (Políticas Sociais na América Latina), desenvolveu pesquisas em treze países latino-americanos sobre migração e políticas sociais.

As causas da migração são diversas, assim como o perfil dos migrantes. Nos capítulos dessa edição dos *Cadernos Adenauer* será possível aprofundar-se

nos casos do Brasil, da Guatemala, do México, do Peru e do Uruguai. Esses textos foram originalmente publicados em espanhol, em um livro com outros artigos, com o título *Migración y políticas sociales en América Latina*. Através dessas análises esperamos oferecer um olhar atual sobre a migração na América Latina, principalmente nos países supracitados, de modo a contribuir com o debate sobre as políticas sociais e migração.



PETER FISCHER-BOLLIN

Representante da Fundação Konrad Adenauer no Brasil

Velho tema, novos desafios – gestão pública da imigração

9

ANA CRISTINA BRAGA MARTES

INTRODUÇÃO

Este trabalho¹ pretende contribuir para elaboração de políticas públicas capazes de enfrentar problemas relacionados às migrações internacionais recentes. Inicialmente apresenta-se um quadro abrangente sobre os padrões migratórios no Brasil republicano, destacando suas especificidades em relação aos atuais. A seguir são analisados os dados sobre emigração de brasileiros e novos imigrantes no Brasil. Uma vez que os sul-americanos compõem a grande maioria dos imigrantes laborais recentes, destaca-se sua distribuição espacial no território brasileiro. Posteriormente, apresenta-se uma síntese dos dados secundários existentes sobre os bolivianos em São Paulo, que representam a maior população de imigrantes recentes, e encontram um tipo de inserção no mercado de trabalho em franca expansão no processo de globalização econômica. Assim, é possível que este “padrão boliviano” configure uma tendência iniciada com a reestruturação produtiva no Brasil e por isso foi analisado de forma detalhada como um estudo de caso – trata-se de uma pesquisa qualitativa, com o levantamento de dados primários. Apresenta-se, na sequência, um levantamento das propostas para São Paulo e Mercosul. Por fim,

1 Agradeço à GV Pesquisa, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, por ter financiado a realização do campo da pesquisa com os bolivianos em São Paulo. Trabalharam como assistentes de pesquisa neste projeto Alípio F. Silva Filho, Daniel Santiago e Laura Oller.

tenta-se identificar os principais desafios para a gestão das migrações internacionais no Brasil.

I. PADRÕES MIGRATÓRIOS

No Brasil destacam-se dois grandes momentos das migrações internacionais: o período clássico e o recente, sendo que este último compreende também a emigração de brasileiros.

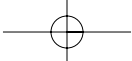
1.1 Período clássico (1870-1970)

O Brasil foi o terceiro maior receptor de imigrantes durante o período áureo da grande migração europeia, entre 1850 e 1950, quando 60 milhões de pessoas deixaram a Europa dirigindo-se principalmente para as Américas. Entre 1870 e o pós-Guerra, o Brasil recebeu 5,1 milhões de imigrantes da Europa e Ásia (Stavrianos, 1968; Bassanezi, 1996). Comparativamente, o ciclo da migração para o Brasil ganhou força no fim do século XIX e se estendeu até o fim dos anos 1960, tendo sido significativa a chegada de imigrantes após a Segunda Guerra Mundial. Nos anos 1970 o fluxo internacional foi pouco expressivo e tornou-se consenso entre os demógrafos que o país tinha uma ‘população fechada’.

As características predominantes dos imigrantes deste período são: documentados, maioria branca, jovens do sexo masculino ou famílias. Com predomínio de camponeses quanto à ocupação de origem e de trabalhadores nas lavouras de café ou mascates no destino. Esses imigrantes foram importante parcela de mão de obra na industrialização nascente.

1.2 Período recente (1970/1980 – até hoje)

Nos anos 1980, ganhou força o fluxo de brasileiros para o exterior. Carvalho (1996) comparou a população recenseada em 1991 com a de 1980 e concluiu que ‘faltava’ algo entre 1 e 2,5 milhões de pessoas. Numa hipótese conservadora, 1 milhão de pessoas deixaram o Brasil nos anos 1980; em outra, 2,5 milhões de pessoas deixaram o país. Em estudo recente, Carvalho (2004) avalia que, nos anos 1990, provavelmente, outros 2 milhões deixaram o país. Conclui-se que o fluxo de brasileiros para o exterior manteve-se intenso e tornou-se mais complexo, agora com um componente de retorno. Estes fluxos, por serem não-documentados, escapam às estatísticas oficiais. No

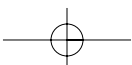
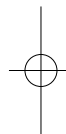
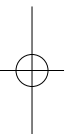


entanto, os cálculos de Carvalho são consistentes com as estimativas oficiais, que apontam a existência de quase 2 milhões de brasileiros no exterior, sendo que os EUA lideram o *ranking* com cerca de 800 mil, concentrados em Nova York (300 mil), Miami (200 mil) e Boston (150 mil).

Na América Latina, destaca-se a emigração para o Paraguai, segundo país na *ranking* migratório, com 350 mil brasileiros. Iniciada nos anos 1970, essa emigração se subdivide em três categorias, segundo Tomás Palau (2001): pequenos e médios empresários familiares do sul do Brasil que desejam adquirir terras por menores preços; pequenos arrendatários no Brasil; diaristas que emigram como empregados e trabalhadores agrícolas sem terra. De modo geral, trata-se de fluxos rurais e fronteiriços, sendo constantes as denúncias sobre exploração, maus tratos e até mesmo trabalhos forçados. São trabalhadores de baixa qualificação e baixo nível de escolaridade, em sua maioria não-documentados.

A emigração para os EUA é predominantemente não-documentada, equivalente entre homens e mulheres, com maioria da classe média e média baixa. Trabalhar alguns anos, poupar o que ganhou e voltar ao Brasil tendo aumentado seus rendimentos é o maior fator motivacional. Além das cidades já citadas, onde há maior concentração de brasileiros, a tendência é a ampliação do fluxo para Atlanta, Chicago, Washington etc. Enquanto o início do movimento migratório tinha Governador Valadares como ponto de origem mais importante, no decorrer dos anos 1990 quase todos os estados brasileiros tornaram-se pontos de partida para os EUA, onde as principais ocupações são: faxina, ajudante de cozinha e garçom, entregador de pizza e jornais (Margolis, 2009; Sales, 1999; Martes, 2000).

Embora os fluxos Brasil-EUA e Brasil-Japão tenham eclodido na mesma década, eles constituem tipos diferentes. No segundo caso, trata-se de uma migração de retorno e com apoio institucional do Japão. Por um lado, o Brasil possui 1,3 milhões de descendentes de japoneses, sendo que São Paulo possui a maior concentração de japoneses fora do Japão. Por outro, residem atualmente no Japão cerca de 200 mil nipo-brasileiros de segunda e terceira gerações. Os imigrantes nipo-brasileiros obtêm visto de entrada como trabalhadores temporários e são recrutados já no Brasil pelas indústrias automobilísticas. A emigração de retorno também atingiu outros países sul-americanos, como o Peru. Os nipo-brasileiros são o 3º maior contingente de imigrantes recentes no Japão e estão concentrados nas províncias de Aichi (41 mil), Shizuoka (31 mil) e Nagano (15 mil) (Sasaki, 1999 e Kawamura, 1999).



1.3 Fluxos recentes (pós anos 1970) – imigração

Apesar de fases de crise econômica e política, o Brasil continua sendo um país receptor de imigrantes. O crescimento acelerou-se nos últimos anos, sobretudo devido ao aumento dos preços das *commodities*, que compõem a pauta de exportações. Mas um eventual bom desempenho macroeconômico não é condição necessária e nem suficiente para um país tornar-se polo receptor. Variáveis políticas também contribuíram para atrair refugiados/vítimas de perseguição política. Pode-se afirmar que a imigração recente para o Brasil obedece a quatro diferentes padrões:

- 1) *Perseguição política (1970-1980)*: profissionais liberais. Predomínio de argentinos, chilenos e uruguaios, que representam as comunidades de maior nível de escolaridade (Censo, 2000);
- 2) *Refugiados*: africanos (Angola e Libéria), colombianos e asiáticos (Afeganistão);
- 3) *Migração de profissionais (até hoje)*: empregados qualificados de multinacionais e transnacionais e profissionais liberais. Fluxos documentados no Ministério de Trabalho e Polícia Federal. Predomínio de europeus e latino-americanos (sobretudo argentinos);
- 4) *Migração laboral (1970 até hoje)*: trabalhadores de baixa qualificação e nível de escolaridade. Fluxo voluntário, não-documentado. Predomínio de sul-americanos (chilenos, bolivianos, paraguaios e peruanos) e também africanos (sobretudo Angola e Moçambique).

Durante os anos de ditadura militar na América Latina, o Brasil recebeu argentinos, uruguaios e chilenos refugiados da perseguição política em seus países. Eram profissionais liberais, de classe média, e que aqui encontravam trabalho qualificado, inserção e reconhecimento na academia. A escolha pelo Brasil se deu pelas redes sociais e profissionais nas quais se inseriam, facilidade da língua e proximidade geográfica.

Segundo a ABIN, no Brasil há cerca de 3.500 refugiados, de 69 países. Mas este número não engloba colombianos que cruzam a fronteira amazônica, estimados entre 10 e 15 mil. Atualmente 78% dos refugiados são africanos (Angola, Costa do Marfim, Libéria e República do Congo), colombianos, palestinos e povos da Ásia (Afeganistão). Exceto a imigração africana, as demais são em sua maioria familiares. Parte dos africanos utiliza o Brasil como ponte para os EUA. Muitos embarcam clandestinamente e ao aportarem apresentam o pedido para aquisição do *status* de refugiado, alegando serem vítimas de guerra/conflitos.

Dados oficiais sobre a imigração recente para o Brasil mostram que este fenômeno se intensificou, sobretudo entre imigrantes de origem europeia. No Censo de 2000, quase 400 mil residentes declararam-se nascidos em algum país da Europa, mas pouco menos de 14 mil informaram ter nascido nos EUA. Estes dados tendem a subestimar o número de estrangeiros residentes no país, pois raramente incluem não-documentados. Eles representam de melhor forma os profissionais que chegam ao país com visto de trabalho da empresa em que trabalham, além de profissionais liberais perseguidos politicamente e já legalizados.

Entre os imigrantes recentes chamam atenção os coreanos. Nos anos 1960 deu-se início ao desembarque de milhares de coreanos no Brasil. Interesses socioeconômicos e políticos do governo coreano o levaram a incentivar a emigração para a América Latina. A emigração foi uma forma de contornar problemas demográficos (excesso de população), desemprego e de angariar aliados no mundo não comunista (Giannocaró, 2006; Azevedo, 2005; Galetti, 1995). Hoje 50 mil coreanos vivem no Brasil – egressos das regiões de Kyungsan-Do, Seul e Kyungki-Do –, especialmente em São Paulo, trabalhando no ramo de confecção, atividade até então dominada por imigrantes judeus (Truzzi, 2001).

Há um expressivo contingente de trabalhadores sem documentação que as estatísticas governamentais registradas não incorporam. De acordo com a Pastoral do Imigrante de São Paulo, o número de imigrantes recentes (documentados ou não) encontra-se em torno de 1,0 a 1,5 milhão, sendo que a maioria reside na capital paulista. São bolivianos, peruanos, chineses, coreanos, libaneses e africanos, entre outros, sem documentação. Alguns são atraídos ainda na cidade de origem pela promessa de emprego e comida garantidos no Brasil. Constantes denúncias na mídia revelam que parte dessa mão de obra trabalha em regime de semi-escravidão. Geralmente fugidos do desemprego, se submetem a longas horas de trabalho mal remunerado. Os que trabalham na indústria de vestimenta, pequenas oficinas geralmente irregulares, recebem em média US\$ 140 por mês, entrando às 7h e saindo às 22h, em condições insalubres, sem ventilação nem luz. O salário que conseguiam no país de origem não ultrapassava US\$ 50 mensais (Giannini e Guedes, 2005).

Finalmente, considerando-se o número de imigrantes recentes e o número de emigrantes brasileiros, pode-se inferir que o Brasil não apresenta saldo populacional negativo relevante. O dinamismo econômico típico das áreas de fronteira e da economia informal em São Paulo ainda apresentam-se como fatores de atração de novos imigrantes.

2. IMIGRANTES TRABALHADORES RECENTES – PREDOMÍNIO DOS SUL-AMERICANOS

As migrações laborais que atualmente ocorrem no Brasil tendem a ser não-documentadas. Disto decorre a dificuldade de basear análises em estatísticas governamentais. Do ponto de vista espacial, as migrações concentram-se nas capitais e em áreas de fronteira. Nas capitais, a maior concentração está em São Paulo. Mas também em Manaus, Campo Grande, Boa Vista e Rio de Janeiro. Áreas com demanda por mão de obra terceirizada e serviços domésticos. Por sua vez, nas fronteiras há oportunidades no comércio e agricultura, sendo que nas tríplexes fronteiras há negócios que envolvem contrabando e narcotráfico.

As principais áreas de fronteira² são:

- a) *Estado de Roraima*: fronteira com a Venezuela, com atividades sazonais, como agricultura e garimpo; Bonfim, fronteira com a Guiana, com formação de um mercado informal de trabalho (emprego doméstico e construção civil), comércio e garimpo;
- b) *Estado de Rondônia*: Guajará-Mirim, fronteira com a Bolívia, com cerca de 10 mil bolivianos;
- c) *Nas tríplexes fronteiras*: Foz do Iguaçu (PR), fronteira com Paraguai e Argentina, com atividades voltadas para serviços e agropecuária; Corumbá (MS), fronteira com Bolívia e Peru, com atividades voltadas para serviços; Tabatinga (AM), com ponto de partida para as cidades de Santa Rosa (Peru) e Letícia (Colômbia), pontos de narcotráfico (fluxos não-documentados, migração familiar, mão de obra pouco qualificada e com baixo grau de escolaridade).

Em São Paulo reside o maior número de imigrantes recentes, mas outras cidades também são tomadas como destino de centenas de latino-americanos. Em Manaus, segundo a Pastoral do Migrante, há cerca de 40 mil peruanos, a maioria não-documentada. Em Guajará-Mirim há cerca de 10 mil bolivianos, sendo 7.500 não-documentados. Em Campo Grande, residem aproximadamente 10 mil paraguaios, com 2.900 sem documentação.

São Paulo e Manaus têm recebido alto contingente de imigrantes peruanos, mas a imigração fronteiriça também ocorre neste grupo, sobretudo na

2 Não foram consideradas as fronteiras sem cidades.

tríplice fronteira amazônica. Em Manaus, eles são egressos da floresta e apresentam alto histórico de migração interna. São pessoas com baixa qualificação profissional e nível de escolaridade. A emigração segue um padrão familiar, em busca de trabalho e melhor vida para os filhos (Oliveira, 2006).

Já a imigração de colombianos se diferencia das demais por causa das condições políticas do país. Além de trabalhadores, residem no Brasil, refugiados e *desplazados*, ou seja, vítimas dos conflitos internos, especialmente das FARC (Oliveira, 2006).

Na fronteira com a Venezuela, segundo Oliveira (2006), o movimento migratório iniciado nos anos 1990, em Roraima, conciliou os atrativos da “fronteira agrícola” com atividades de garimpo. Segundo dados oficiais, há mais brasileiros na Venezuela do que o contrário. Porém é relevante mencionar a existência de movimentos pendulares na região, devido a instabilidades econômicas dos países, além da descoberta de novas regiões auríferas.

Na fronteira com a Guiana, os imigrantes são atraídos em sua maioria para a cidade de Bonfim onde, segundo moradores e autoridades locais, 70% da população é de guianenses. Em Boa Vista, os guianenses estão presentes no mercado informal de trabalho, emprego doméstico e construção civil. Observa-se também um expressivo movimento pendular nas áreas de fronteira para comercializar produtos, trabalhar em garimpo, ou ainda para buscar melhor atendimento nas áreas de saúde e educação (Oliveira, 2006).

3. BOLIVIANOS NA INDÚSTRIA DE VESTIMENTA EM SÃO PAULO – ESTUDO DE CASO

A maior população de imigrantes recentes no Brasil é de bolivianos. Considerado o país mais pobre da América Latina, eles migram para fugir da pobreza ou da frágil economia de subsistência na qual estavam inseridos nas áreas rurais (Silva, 2006). O ciclo migratório se iniciou nos anos 1950, com jovens de classe média, na maioria homens, que migravam para estudar e/ou trabalhar e permaneciam no país. Mas, a partir dos anos 1990, com a crise do setor de mineração, este processo se massificou, sendo hoje um fluxo destacado e caracterizado com migração laboral, mão de obra pouco qualificada, baixa escolaridade e razão entre sexos tendendo ao equilíbrio. Apesar das similaridades, como regimes autoritários e instabilidades econômicas, os dois países destoam na formação de sua matriz produtiva e na busca por integrar-se à economia global. Enquanto no Brasil há uma planta industrial consolidada e a maior parte da PEA está no setor de serviços e comércio,

a Bolívia ainda se caracteriza pela produção de primários, setor no qual trabalha mais da metade de sua PEA. O PIB da Bolívia é de US\$ 23,73 bilhões e o salário mínimo equivale a US\$ 60, contra US\$ 1.067 trilhões e US\$ 226, respectivamente, do Brasil. Não por acaso, a Bolívia é o quarto maior país de emigração na América Latina, com 210 mil emigrantes intrarregionais.

Não há dados precisos sobre o número total de bolivianos em São Paulo. A Polícia Federal, por exemplo, contabiliza 18.408 em todo o estado. O Consulado da Bolívia, com cerca de 15 mil cadastrados, estima 60 mil na capital paulista. Mas, de modo geral, as estatísticas dificilmente distinguem São Paulo do restante do Brasil. A maior parte dos imigrantes é de jovens de ambos os sexos. Há menos de 15 anos a população masculina correspondia a 74% do total (Centro de Estudos Migratórios). A faixa etária está entre 18 e 44 anos, ou seja, enquadra-se na PEA, havendo uma pequena vantagem de solteiros sobre casados. Os principais locais de origem são La Paz, Cochabamba, Oruro, Potosí. Quanto à escolaridade, 2.567 têm menos de 4 anos de estudo; 3.005 têm de 4 a 6 anos; 2.957 têm de 7 a 9 anos; 10.705 mais de 10 anos; 100 são ignorantes e analfabetos (Censo, 2000). Os principais locais de destino são São Paulo, Rio de Janeiro, Guajará-Mirim e Corumbá. Quanto à ocupação, 30% trabalham na indústria de transformação; 13,5%, saúde e serviços sociais; 10%, comércio e reparação; 5,8%, atividades imobiliárias e serviços; 4,6%, outros serviços coletivos, sociais e pessoais; 4,3%, serviços domésticos; 3,8%, agricultura; 3,7%, construção civil; 3,7%, em alojamento e alimentação; 3,6%, em educação, sendo que o restante representa cada uma menos de 3% em cada categoria (Censo, 2000). Porém, segundo o Centro de Estudos Migratórios, alguns se dedicam a outras atividades além da costura, as quais absorvem 44% do total. Os homens trabalham no mercado informal ou na construção civil, sem usufruir dos benefícios da legislação trabalhista. As mulheres se empregam em serviços domésticos, sem carteira de trabalho assinada. A principal forma de remuneração é por peça produzida e os costureiros enviam para Bolívia US\$ 100 a cada 2 ou 3 meses. Em São Paulo, residem nos bairros Brás, Pari, Bom Retiro e Liberdade, expandindo-se agora para bairros como Guaianazes, Itaquera e São Miguel. A principal rota de entrada: trem que parte de Santa Cruz de la Sierra até Corumbá, onde a fronteira é atravessada a pé ou de táxi.

Os motivos pelos quais eles migram são variados. A busca por melhores salários, oportunidades e esperança de mobilidade social são os mais recorrentes. A fuga de problemas familiares e a busca de aventura foram citadas por

alguns. Antes de chegar a São Paulo, a maioria “já tinha emprego arrumado” ou obteve ajuda de ‘amigos’ quando chegou. É comum a frase: “O começo foi difícil, agora estou bem”. Todos relatam uma adaptação difícil por trabalharem muito por pouco – começam como ajudante, ganhando em média R\$ 200 por mês (US\$ 100). Idioma, alimentação e solidão também são citados como problemas.

As oficinas de costura, locais em que a grande maioria trabalha, foram criadas por coreanos para empregar co-nacionais. Depois bolivianos começaram a ser empregados, muitos recrutados em seu país de origem. Atualmente “as oficinas de costura geram em São Paulo 150 mil empregos, tanto para brasileiros como para imigrantes de diversos países” (declaração de Woo Kin, imigrante editor de um jornal coreano, à *IstoÉ*). No Bom Retiro, segundo Kin, imigrantes recém chegados do Paraguai já disputam trabalho com bolivianos.

A existência de oficinas terceirizadas é um fato mundial, ligado à reestruturação produtiva e ao processo de globalização da produção. No Brasil, este processo se iniciou nos anos 1980. Em alguns países usa-se o termo *outsourcing*. Mas trata-se de “terceirização da terceirização”, já que faz uso de mão de obra pouco qualificada, o que implica a precarização do trabalho. As oficinas fornecem produtos para grande lojas, tais como C&A, e atacadistas de coreanos. O esquema: as grandes lojas contratam empresas legalizadas que contratam as oficinas. Com isso, diminuem custos e preço final. Mas os trabalhadores não recebem benefícios e direitos sociais pela produção e os empregadores não pagam impostos.

Abaixo são apresentados os resultados da análise das entrevistas obtidas neste estudo:

Remuneração e horas de trabalho

Todos dizem ter uma rotina longa e exaustiva. A jornada é das 8h às 21h e às vezes vai até a meia-noite, com uma 1 hora de almoço. Sábado e domingo descansam, com exceção de dois entrevistados que trabalham aos sábados das 8h às 13h. Durante a semana trabalham muito porque ganham por peça produzida. O preço varia de R\$ 0,50 a R\$ 4 (US\$ 0,20 a US\$ 2). O pagamento inclui moradia e alimentação. Alguns acham justo o valor porque é proporcional ao esforço de cada um e porque não pagam por comida etc. Outros não estão satisfeitos com o valor e a forma de pagamento. Mas todos dizem estar em melhores condições do que na Bolívia. Muitos indicam excesso de consumo bebida alcoólica como um problema, sobretudo entre homens

e jovens. Outros ressaltam estresse pelo excesso de trabalho. É possível que haja uma conexão entre ambos.

Moradia e alimentação

Os trabalhadores dormem nas fábricas, em cômodos reservados para esse fim. Contudo, muitos falam que, quando chegaram em São Paulo, tinham de dormir ao lado das máquinas, mas que atualmente trabalham em boas condições e que a comida varia de razoável a boa. A maioria das oficinas conta com cozinha e três refeições ao dia.

Características das oficinas

As oficinas são pequenas, tendo por volta de cinco máquinas. Dentro das oficinas, o maior problema é o barulho, tanto das máquinas, quanto de rádios e TVs que ficam ligados, geralmente em programação boliviana. As melhores oficinas têm quartos separados do local de trabalho. Apenas um dos entrevistados disse não ter janelas, mas nenhum afirmou estar trabalhando em lugar impróprio, sem higiene, iluminação e ventilação. No entanto, quase todos relataram que, ao chegaram, a situação era pior, pois tinham ficado mais expostos a piores condições de trabalho, remuneração, moradia e exploração.

Relações de trabalho

De modo geral, as relações entre os trabalhadores na oficina são amigáveis e cooperativas. Porém, quando há escassez de trabalho, o ambiente tende a se tornar competitivo. Quanto às relações de amizade no trabalho, eles parecem não levar em conta com quais colegas trabalharão no momento de ingressar em uma oficina. Porém o acesso à oficina se dá por intermédio de 'amigos'. Alguns se queixam de que os bolivianos não são muito unidos. O fato das oficinas terem alta rotatividade de mão de obra certamente dificulta o estabelecimento de amizades entre os trabalhadores. A maioria das oficinas onde os entrevistados estão é de propriedade de bolivianos, mas também há donos brasileiros. Alguns destacaram a ocorrência de casos de preconceito e de maus tratos, inclusive por parte dos brasileiros. Assim como, na maioria das vezes, se reconhecem o excesso e as condições precárias de trabalho, percebe-se conformismo nos relatos e naturalização da própria condição de exploração. Um dos entrevistados deixou claro este ponto: "Você já se sentiu explorado aqui?". Resposta: "Não, já fui pobre e estou acostumado com o trabalho duro. Nada vem de graça". Para compreender o significado desta declaração, é conveniente associá-la à realidade ainda mais dura em que muitos se encontravam na Bolívia.

Poupança, remessas e consumo

A maioria consegue economizar dinheiro e fazer remessas. Há também os que não fazem porque querem montar sua própria oficina ou juntar dinheiro para pagar a escola dos filhos. Os que fazem remessas ajudam a pagar os estudos de parentes na Bolívia, contribuem na compra de alimentação e medicamentos. Outros aplicam suas economias na compra de imóveis ou na criação de um negócio quando voltam para a Bolívia. Em relação aos entrevistados, pode-se dizer que, dentre os que fazem remessas (cerca de 70% do total), cada um envia cerca de US\$ 50 a US\$ 100 por mês. Um fato valorizado é o acesso a bens de consumo que não usufruíam na Bolívia: “Posso ir ao supermercado como um igual, na Bolívia é só para os ricos”. Para muitos, uma das vantagens da legalização é “Ter conta corrente para depositar cheques e obter crédito”; “Ter direito de comprar, de ir a lojas”.

Vulnerabilidades, corrupção e preconceito

Um dos entrevistados fez o seguinte relato: “A Polícia Civil visitou a fábrica quando ainda não tinham nota fiscal e apreendeu todos os produtos, acusando-os de tráfico e lavagem de dinheiro. Na Central, o proprietário foi questionado: ‘Não queres mais ter problemas com a Polícia? Então pague R\$ 10 mil’ (cerca de US\$ 5 mil). Mas, ele disse que não tinha. ‘O que tem então?’ ‘Nada’, o patrão respondeu. Então, todas as peças ficaram presas e o ‘soprano’ disse que resolveria com a Polícia”. (Soprano é um brasileiro que trabalha para os coreanos que contrataram o serviço do entrevistado). Casos como estes, em que policiais tentam tirar vantagem da situação de clandestinidade das oficinas ou da falta de documentação do migrante, são comuns. Mas, segundo os entrevistados, a pior situação é quando os filhos se sentem discriminados: “Chamam de índio, Bolívia. Isso dói. Sinto muito medo aqui”. Ou ainda, situações de abuso no trabalho: “Às vezes não somos pagos e não temos a quem recorrer”.

Problemas familiares

Ser imigrante implica vivenciar um processo que atinge gravemente a estrutura familiar. Há vários casos de separação, inclusive em que o casamento é desfeito logo após a chegada ao Brasil. Mas também há formação precoce de famílias e gravidez adolescente. Nas entrevistas, nota-se serem comuns casos de violência familiar, isolamento, alcoolismo, entre outros, decorrentes de instabilidade emocional. A situação de isolamento, exclusão e excesso de

trabalho se soma às dúvidas sobre o futuro e as decepções na ‘terra de oportunidades’. Muitos sofrem de depressão e tentam preencher vazios, diferenciando-se da sociedade que os exclui, com uma orientação religiosa que lhes dê esperanças.

Os principais problemas identificados pelos entrevistados são:

Remuneração e atravessadores

Questões como ‘o salário é justo?’ e ‘você conhece seus direitos?’ se mostraram vazias para alguns deles: “Não sei, mas é o que pagam”, “Direitos, que direitos?”. No entanto, os mais articulados consideram que o valor por peça deveria ser maior, o que seria possível com a eliminação dos atravessadores. Constantemente manifestam o desejo de abrir seu próprio negócio, principalmente no ramo da costura. Há pouca perspectiva fora do setor e a única alternativa de ascensão seria ser dono da própria oficina.

Falta de documentação

Todos afirmam que a maior dificuldade é não ter os documentos. Curioso, contudo, é que a maior vantagem da legalização é a de parar de sentir medo. Mas observa-se que o medo também é inculcado pelos donos das oficinas, pois eles não agem de acordo com a lei e podem ser denunciados. Fora das oficinas, o principal problema advém da condição generalizada de insegurança: “Os maiores problemas são os assaltos e quando os policiais civis provocam os bolivianos”. Outros alegam que a legalização possibilitaria exercer direitos e organizar seus próprios negócios. Mas esta não é declaração da maioria.

Segundo Silva (2006), o alto custo do trâmite diminui o número de anistiados. Há ainda resistência dos patrões, a quem interessa a ilegalidade. Os principais entraves são:

- a) Morosidade no processo: o pedido é enviado para a PF local, depois para a PF em Brasília e, em seguida, para o Ministério da Justiça, onde são expedidos os vistos de permanência.
- b) Dificuldade de comprovação de renda/trabalho: os empregadores se negam a expedir o documento temendo fiscalização do Ministério do Trabalho ou reivindicações dos empregados.
- c) Custos da documentação: cerca de R\$ 120 por pessoa (US\$ 60). Se a pessoa foi autuada anteriormente pela PF, com as multas chega-se a R\$ 1.000 (cerca de US\$ 500).

Estar regularizado é condição básica para ter a própria oficina, conta bancária, crédito etc. Mas também constatou-se a existência de incentivos para a não legalização:

- a) Não significa direitos assegurados, pois patrões não registraram após sua obtenção.
- b) Oficinista financia a viagem, oferece casa e comida, propiciando relações de dependência.
- c) A ilegalidade potencializa exploração e o barateamento da mercadoria, aumentando o lucro.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS – PROPOSTAS PARA SÃO PAULO

Independente das entrevistas, esta pesquisa considera que, em São Paulo, há duas questões mais importantes para a gestão das migrações internacionais: a falta de documentação e as relações de trabalho, que envolvem denúncias de trabalho escravo. Para discutir estes problemas foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara dos Vereadores de São Paulo para levantar e analisar documentos e promover investigação que resultem em ações concretas para melhorar a situação dos bolivianos submetidos a tais condições. A CPI convocou representantes das lojas Marisa, Riachuelo, Renner e C&A para prestar depoimento, “depois que etiquetas de suas marcas foram encontradas em oficinas irregulares da capital”.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho, trabalho forçado é o termo mais adequado para qualificar o trabalho escravo moderno. E, segundo a Convenção 29 da OIT, trata-se de “Todo trabalho ou serviço exigido de um indivíduo sob a ameaça de alguma punição e para o qual o dito indivíduo não se apresentou voluntariamente”. As características comuns ao trabalho forçado estão ligadas ao uso de coerção e privação da liberdade individual.

Nenhum dos entrevistados se enquadra nesta categoria, pois não há relatos de ameaças de punição e o recrutamento é voluntário. No entanto, há denúncias sobre a existência de trabalho forçado e maus tratos. “Fiscalizações feitas pela Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo e pelo Ministério Público do Trabalho encontraram indícios de que a mão de obra irregular desses migrantes é utilizada por confecções que são – ou foram – fornecedoras de grandes redes de varejo do país” (*Folha de S.Paulo*, 16.12.2007). Segundo a Pastoral do Migrante, há 12 mil bolivianos trabalhando em condições de escravidão na capital paulista, de um total de 200 mil que vivem no município.

Diante desse quadro, seria necessário promover, por um lado, campanhas de esclarecimento sobre direitos trabalhistas no Brasil e, por outro, sensibilizar a imprensa para os efeitos negativos que a generalização dos casos sobre trabalho escravo pode causar.

Segundo Feliciano (2004), São Paulo deveria desenvolver campanhas de informação para o imigrante para: a) alertá-lo sobre os perigos da captação irregular de mão de obra (salientando o risco de escravização, condições subumanas de trabalho, bem como a possibilidade de deportação/expulsão); b) instruí-lo sobre os direitos trabalhistas (CLT) e condições de regularização de sua condição no país, à luz dos acordos de Livre Movimento do Mercosul, do Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/80) e da legislação correlata; c) orientá-los a procurar as autoridades constituídas – Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Delegacia Regional do Trabalho, Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Militar – em caso de suspeita de redução à condição análoga à de escravos e/ou sujeição a condições subumanas de trabalho; d) melhorar a imagem das polícias militar, civil e federal aos olhos do migrante para reduzir a rejeição que impede a denúncia; e) disponibilizar linha telefônica para denúncias anônimas (0800).

A Guarda Civil Metropolitana deve ser orientada para o atendimento de casos de trabalho forçado. As próprias academias de formação poderão ministrar cursos de reciclagem e incluir tópicos específicos sobre a precarização das relações de trabalho. Empresas que não colaborarem serão proibidas de firmar qualquer contrato com as agências públicas, bem como de obter subsídios, isenções, anistias, subvenções ou doações. Tudo isso com vistas a inibir a cooptação e manutenção de trabalhadores sob condições subumanas e análogas a de escravos (Feliciano, 2004).

Uma alternativa possível para enfrentar a precarização do trabalho nas oficinas e que vai ao encontro dos anseios expressos pelos entrevistados nesta pesquisa é a implantação de sistemas cooperativos entre os costureiros bolivianos.

Os imigrantes entrevistados expressam o desejo de tornarem-se proprietários de oficinas. Há estudos que afirmam que um produto vendido em grandes lojas populares por R\$ 20 (US\$ 10) custa em média R\$ 3 (US\$ 1,5). A fragmentação do setor subtrai dos costureiros a possibilidade de exigir melhores condições de trabalho, ou de agregarem mais valor à produção. Em última instância, os trabalhadores são reféns da pretensa oportunidade que acreditam ter encontrado no Brasil. A formação de cooperativas implicaria uma reorganização do setor. A formação de consórcios, redes, associações ou cooperativas é possível, como comprovam os exemplos dos coreanos e dos

catadores de matérias recicláveis. Trata-se de atividades marginalizadas, com péssimas condições de trabalho, remuneração por quantidade, sem direitos garantidos e cujo movimento cooperativista conseguiu eliminar intermediários e aumentar o valor agregado em muitas regiões.

5. POLÍTICAS PÚBLICAS – FRONTEIRAS PROPOSTAS

Nas áreas de fronteira do Brasil localizam-se 588 municípios; 30 com fronteiras gêmeas (9 estados) e 9 países: Guiana Francesa (1), Guiana (1), Venezuela (1), Colômbia (1), Peru (2), Bolívia (4), Paraguai (7); Uruguai (6) e Argentina (7). Quanto às cidades de fronteira: Ciudad del Leste/ Foz do Iguaçu, Juan Pedro Cavallero/ Pontaporá. Disso decorre um quadro de alta complexidade para a elaboração de políticas públicas, que envolve acordos entre os países envolvidos em cada área fronteira. Nesta pesquisa foram identificadas quatro áreas sociais que devem ser objeto de política pública:

- *Saúde*: nas cidades fronteiriças são ofertados serviços por acordos bilaterais ou trilaterais, alguns com a Organização Pan-americana de Saúde. Há dois problemas neste atendimento: (a) Serviços de atenção média e de alta complexidade não são ofertados; (b) Não é possível flexibilizar o piso repassado aos municípios que recebem imigrantes sazonais. A chegada periódica destes altera a demanda por serviços de saúde e os estados poderiam disponibilizar diferentes pisos aos municípios durante fases de colheita e plantio.
- *Educação*: o acesso à educação básica no Brasil é universal. Neste país foi introduzido o Projeto Escolas de Fronteira – educação básica bilíngue em escolas públicas nas fronteiras do Brasil com os demais países. É necessário apenas estendê-lo a todas às demais áreas.
- *Assistência Social*: enfrentar a exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes e o tráfico de pessoas para este fim. Já existe o programa Cidades Gêmeas, Plano de Ações Integradas e Referenciais para o enfrentamento da exploração sexual nessas condições, envolvendo a OIT, governo e entidades de atendimento às vítimas. O Grupo de Trabalho do Mercosul instituiu na fronteira Tabatinga/Leticia desde 2006 alguns programas: combate à exploração sexual de crianças e adolescentes; adolescentes em conflito com a lei; segurança alimentar, nutricional, desnutrição e mortalidade infantil; e educação de crianças e adolescentes não indígenas e indígenas. É necessário estender estes programas a toda fronteira.

- *Previdência Social:* O Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul, subscrito em 1997, garante aos trabalhadores migrantes e familiares prestações da seguridade social nas mesmas condições da população do país de destino. O acordo tramita nos parlamentos para ratificação, como é no Uruguai. É preciso fazer valê-lo no Brasil e Mercosul.

7. CONCLUSÃO – PRINCIPAIS DESAFIOS

Considerando-se o que foi apresentado sobre distribuição espacial dos imigrantes recentes, a extensão das fronteiras geográficas, o número de países com os quais o Brasil faz fronteira e de cidades localizadas nestas áreas, as situações críticas das tríplexes fronteiras, não é difícil deduzir que a gestão pública da imigração representa um grande desafio.

A gestão dos deslocamentos populacionais no Brasil é multiministerial. Contudo, está sob a coordenação do Conselho Nacional de Imigração (CNIg). Os ministérios mais envolvidos e afetados são: do Trabalho e Emprego, das Relações Exteriores, da Justiça, da Educação, da Previdência Social, da Saúde, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e Comissão Nacional de População e Desenvolvimento. Por sua vez, o CNIg é integrado por nove ministérios, cinco centrais sindicais, cinco confederações de empregadores e um representante da comunidade científica. O CNIg está oficialmente incumbido de formular as políticas de imigração, sob coordenação do Ministério do Trabalho, responsável pelas autorizações de trabalhadores migrantes; do Ministério das Relações Exteriores, que concede o visto no exterior; e do Ministério da Justiça, que regula as condições de estadia no país e trata de ações como as prorrogações de estada ou transformações de visto. Adicionalmente, nas reuniões e fóruns do Mercosul o tema migrações é uma preocupação constante. Conclui-se, portanto, que a gestão pública das migrações internacionais envolve uma série de órgãos públicos, agências e organismos mundiais, o que a torna de enorme complexidade.

Não obstante sua importância e complexidade, observa-se que as migrações estão apenas começando a entrar na agenda governamental e não se pode afirmar que exista uma política pública voltada para migrantes no Brasil. O CNIg, embora seja encarregado de formular políticas públicas, não é o executor das orientações que formula. O CNIg recomenda, dialoga, organiza, mas não tem meios nem *enforcement* para implementar as decisões. Tal como foi discutido neste artigo, a extensão das políticas sociais aos imigrantes com-

põe os pontos mais críticos da atual situação desta população no Brasil. Tais políticas já são de acesso universal, o que por si só não é garantia de acesso efetivo. Contudo, em relação a isto, o CNIg nada pode fazer, pois não está sob sua alçada efetivar a cobertura das políticas e sim, na dos Ministérios. Por outro lado, há uma série de acordos que já foram aprovados ou estão em discussão no Mercosul,³ como os de residência e previdência social. Mas não se deve entender que uma política migratória possa ser constituída por uma somatória de acordos internacionais. Em suma, entre a formulação de políticas e sua implementação, há um complexo processo que torna a gestão das migrações internacionais o maior desafio. E este caminho, o Brasil está começando a trilhar.

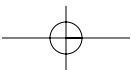
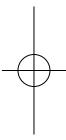
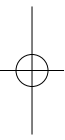
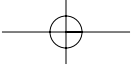
Ana Cristina Braga Martes tem mestrado e doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo; pós-doc pelo *King's College*, U.K., e é professora da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas.

3 O acordo de residência, por exemplo, firmado entre Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai, em 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, E. F., FUSCO, W. Shaping Brazil: the role of international migration. *Migration Information Source*, 2005. Disponível em: www.migrationinformation.org. Acesso em: 18.03.2006.
- ASSOCIAÇÃO Latino-Americana de Integração. Disponível em: www.aladi.org. Acesso em: 25.05.2009.
- AZEVEDO, Tânia Maria Cordeiro de. I Congresso Internacional Diálogos sobre Diálogos. In: MAIRCE ARAÚJO, M. F. Jesus. (Org.). *I Congresso Internacional Diálogos sobre Diálogos*. Niterói: H.P, v.1, 2005.
- BANCO Central de Bolívia. Disponível em: www.bcb.gov.bo. Acesso em: 25.05.2009.
- BASSANEZI, M. S. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, N. *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. Campinas: FNUAP, 1996.
- BENSON, T. Imigrantes são submetidos à escravidão em São Paulo. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 16.12.2007. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/cbn/m_sp_300604.shtml. Acesso em: 28.03.2009.
- CARDOSO, E. *Fábulas econômicas*. São Paulo: Financial Time/Prentice Hall, 2006.
- CARVALHO, José Alberto Magno. *Migrações Internacionais do Brasil nas duas últimas décadas do século XX*: algumas facetas de um processo complexo, amplamente desconhecido. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- _____. O saldo dos fluxos migratórios internacionais no Brasil na década de 80: uma tentativa de estimação. In: PATARRA, N. L. *Migrações internacionais, herança XX, agenda XXI*. Campinas: FNUAP, 1996.
- CENSO Demográfico - Brasil - 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- CENSO IBGE. *Censo e Sociedade: Estatísticas para a Cidadania*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000. Disponível em: www.ibge.gov.br ; mailsp.fgv.br/exchweb/bin/redir.asp?URL=http://www.ibge.gov.br
- CONSELHO Nacional de Imigração. Disponível em: www.mte.gov.br/cni/default.asp. Acesso em: 20.03.2009.
- DOS ANJOS, M. A. Retrospectiva da economia brasileira nos últimos 45 anos. *FAE Business*, n. 4, dez. 2002.
- FELICIANO, G. G. Sobre os caminhos institucionais para o combate ao trabalho escravo contemporâneo no âmbito dos municípios. *Revista de Direito de Trabalho*, v. 30, p. 77-90, 2004.
- GALETTI, R. Migrantes Estrangeiros no Centro de São Paulo: Coreanos e Bolivianos. In: PATARRA, Neide (Coord.). *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: FUNAP, 1995. p.133-143.
- GIANNINI, Deborah, GUEDES, Rachel. Terra Estrangeira. *Revista Folha*. São Paulo, mar. 2005.

- GIANNOCARO, Daniela. Empreendedorismo Étnico e Políticas Públicas. *Final report para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)*. São Paulo: Fundação Getulio Vargas de São Paulo, 2006.
- IBGE. *Anuário Estatístico*. Rio de Janeiro. Disponível em: www.ine.gov.br. Acesso em: 25.05.2009.
- INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK. *Sending money home: remittances to Latin America and the Caribbean*. Disponível em: idbdocs.iadb.org. Acesso em: 25.05.2009.
- KAWAMURA, Lili. *Para onde vão os brasileiros?* Campinas: Editora Unicamp, 1999.
- MARGOLIS, Maxine. *An Invisible Minority: Brazilian in New York City*. Gainesville, FL: University Press of Florida, 2009.
- MARIN, P., WIDGREN, J. *International migration: facing the challenge*. Washington: Bureau, 2002.
- MARTES, Ana Cristina Braga. *New Migrants, New Land*. University of Florida Press, 2010. (No prelo).
- _____. Gestão multicultural dos deslocamentos populacionais. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 1, p. 1-2, 2008.
- _____. *Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts [Brazilians in the United States: A Study of Immigrants in Massachusetts]*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- OLIVEIRA, M. A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 57, p. 2-14, 2006.
- PALAU, Tomás. Brasiguaios. In: CASTRO, Mary Garcia (Org.). *Migrações Internacionais - Contribuições para a Política*. Brasília: CNPD, 2001.
- SALES, Teresa. *Brasileiros Longe de Casa*. São Paulo: Editora Cortes, 1999.
- SASAKI, Elisa Massae. Movimento Dekassegui: A experiência migratória indentitária dos brasileiros descendentes de japoneses no Japão. In: REIS, Rossana Rocha (Org.). *Cenas do Brasil Migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- SILVA, S. *Faces da latinidade: hispano-americanos em São Paulo*. Campinas: NEPO, 2008.
- _____. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. *Revista Estudos Avançados*, v. 20, n. 57, p.157-170, 2006.
- STAVRIANOS, L. S. The global redistribution of man. In: SCOTT, F. D. (Ed.). *World migration in modern times*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1968.
- TEITELBAUM, M. S. Intra- and inter-national imbalances and migration. In: GOLINI, A. Proceedings of the international conference trends and problems of world population in the XXI Century: 50 years since Rome 1954. *Genus*, v. 41, n. 3-4, p. 69-89, 2005.
- TRUZZI, Oswaldo M. S. Etnias em Convívio: o Bairro do Bom Retiro em São Paulo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 28, 2001.



Tendências e consequências do fenômeno migratório O caso da Guatemala

29

SIBYL PINEDA

As migrações tornaram-se um tema prioritário para os governos dos países emissores de migrantes não somente pelo efeito econômico das remessas familiares que anualmente são injetadas em suas economias, mas também pelos custos sociais e econômicos gerados pela mobilidade das pessoas.

Atualmente, os estudos do fenômeno migratório são orientados no sentido de determinar se a migração pode ou não gerar desenvolvimento. No entanto, é fundamental recordar que este é um fenômeno social que pode estar ligado à desigualdade nas estruturas econômicas e sociais de um país que, com empregos insuficientes, salários inadequados e problemas políticos, pode ter gerado migrações forçadas (OIM, 2002).

No caso da América Central, “os fluxos migratórios apresentam-se como um fenômeno social contemporâneo” (García Zamora, 2007), relacionado não apenas com a globalização, mas também com a incapacidade dos governos nacionais de garantir o bem-estar econômico e social de seus habitantes. A América Central é uma das regiões que mais gera emigrantes, pois estima-se que somente do território migram pelo menos 60 pessoas a cada hora (Caballeros, 2007).

O fenômeno migratório da América Central é bastante particular, pois surgiu devido a uma série de dificuldades políticas, econômicas e sociais que marcaram sua história. De acordo com o Centro Latino-Americano e

Caribenho de Demografia (CELADE), o fenômeno migratório dos países centro-americanos das últimas quatro décadas pode ser identificado em três etapas:

A primeira etapa aconteceu durante os anos 1960 e início dos anos 1970, época em que predominava o modelo econômico de desenvolvimento por substituição de importações, que combinou a substituição de importações e a forma de produção de subsistência, gerando assim migrações regionais e fronteiriças motivadas pela absorção da força de trabalho nas regiões mais produtivas. A segunda etapa é identificada nos anos 1970 e início dos anos 1980, nos quais a América Central sofreu severos problemas de desigualdade social, pobreza e, sobretudo, uma desestabilização política profunda. Estes problemas econômicos e políticos geraram uma escalada da violência e uma migração diferente daquela até então conhecida. Durante esta época, os padrões migratórios da América Central sofreram grandes mudanças tanto na magnitude da mobilização quanto nos destinos aos quais se dirigiam os emigrantes. De acordo com as estimativas do CELADE, oito de cada dez emigrantes que se encontravam no México eram guatemaltecos de origem rural que haviam emigrado em busca de refúgio. Esta etapa teve grande impacto na história migratória da região, pois, somente em 1980, as cifras dos censos indicavam que os emigrantes dos sete países da América Central totalizavam quase meio milhão de pessoas no continente americano, dos quais quase 80% registrados fora do território centro-americano. 75% dos emigrantes centro-americanos residiam principalmente na América do Norte (Canadá, Estados Unidos e México).

A terceira etapa do fenômeno migratório está identificada na década de 1990. No final da década de 1980, a estabilidade política foi recuperada e o padrão migratório mudou. Muitos emigrantes, que durante a época anterior buscaram residência no exterior ou novas fontes de emprego, buscavam se reunir com suas famílias, pois a economia dos países começava uma dura fase de recuperação do conflito. Foi durante esta época que a imagem dos Estados Unidos como “a terra dos sonhos e das oportunidades” se fortaleceu (Galeano, 2006). Por volta do ano 2000, estimava-se que mais de 2 milhões de emigrantes procedentes da América Central estavam estabelecidos no exterior, dos quais pelo menos 85%, nos Estados Unidos. Atualmente, a CELADE estima que as perspectivas econômicas do território centro-americano não sejam promissoras e que a migração persistirá em amplos segmentos da população; argumenta-se também que os modelos econômicos de integração regional e global fortaleceram sua condição de emissores de migrantes.

Tabela 1. *Características do fenômeno migratório na América Central.*

Etapa	Período	Tipo de mobilidade	Causas
Primeira Etapa	Anos 1960 início dos 1970	Mobilidade sazonal e temporal	Cobrir demanda de mão de obra para o cultivo
Segunda Etapa	Anos 1970 e 1980	Mobilidade forçada	Desestabilização política e a escalada generalizada da violência
Terceira Etapa	Anos 1990	Mobilidade internacional	Econômicas (Busca por emprego e melhores oportunidades)

Apesar da história migratória em todo o território centro-americano ter sido bastante dinâmica, a Guatemala é um país que experimenta com mais intensidade o fenômeno migratório em nível latino-americano, pois não somente gera emigrantes, mas também é o país de trânsito para 90% do total de emigrantes centro-americanos (Castillo, 2005).

Na Guatemala, os movimentos migratórios remontam a épocas anteriores à conquista, mas durante a década de 1970 o processo migratório apresentou mudanças importantes, devido ao fato de ter sido estimulado por problemas econômicos e políticos, ressaltados pelo terremoto sofrido pelo país em 1976. Nos anos 1980, o conflito armado fez com que dezenas de milhares de habitantes da parte ocidental do país migrassem para zonas fronteiriças com o México em busca de refúgio, estabelecendo-se nos estados de Chiapas e Soconusco.

Estima-se que, antes destas duas décadas, os movimentos migratórios em direção a destinos internacionais não eram significativos, sendo que, a partir desse momento, a tendência do fenômeno migratório no país muda. A emigração de guatemaltecos para os Estados Unidos registra, a partir desse momento, um aumento paulatino, sendo estimado que, entre 1980 e 1990, a população guatemalteca residente nesse país tenha quintuplicado (OIM, 2002), chegando a pelo menos 500 mil pessoas na década de 1990, o que equivale a 6% da população total do país (Martínez, 2001).

A década de 1990 foi chave porque, apesar do início do processo de assinatura dos Acordos de paz ter proporcionado o retorno voluntário de milhares de guatemaltecos do México (OIM, 2001), por outro lado, a pobreza, a iniquidade e o desemprego continuavam provocando migrações para o exterior.

Novamente, no início dos anos 2000, a economia sofreu um duro golpe devido à crise do café em 2001. Sendo o cultivo do café uma das atividades produtivas mais importantes do país nesse momento, a crise inevitavelmente veio acompanhada de migrações maciças para os Estados Unidos. Estima-se

que neste ano os guatemaltecos que residiam nos Estados Unidos chegaram a 1 milhão de pessoas, constituindo a terceira população de emigrantes nesse país depois dos mexicanos e salvadorenhos (OIM, 2001).

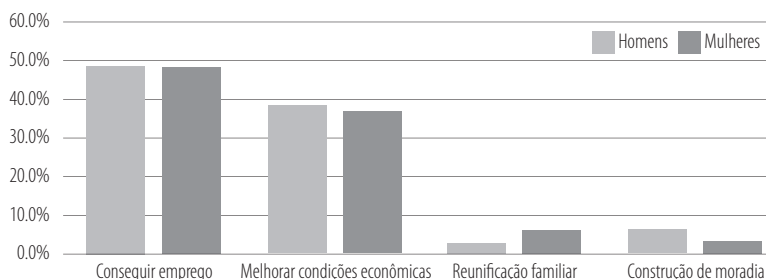
Apesar de ainda ser difícil quantificar com exatidão o número de guatemaltecos que residem no exterior, devido ao alto percentual de movimentos irregulares, a taxa de emigração em 2008 era equivalente a 11,2% e estima-se que, do total de emigrantes, 98% residam nos Estados Unidos, dos quais mais de 200.000 encontram-se em situação irregular (OIM, 2001).

Não obstante as restrições aos movimentos migratórios atualmente terem aumentado nos Estados Unidos, de acordo com a OIM (2002) as perspectivas do fenômeno migratório no país permanecem crescentes devido às suas circunstâncias econômicas e sociais. Por isso, é fundamental estabelecer quais sejam os motivos para emigrar, os lugares de origem e de destino, a idade e a relação de parentesco, o nível educacional e a ocupação dos emigrantes.

I. MOTIVOS PARA EMIGRAR

No caso dos guatemaltecos, a OIM (2007) indica que a falta de emprego e a necessidade de melhorar a condição econômica são as principais causas da emigração (48,4% e 37,7%, respectivamente), enquanto a proporção de pessoas que emigram por qualquer outro motivo – como a reunificação familiar e a construção de moradia – é muito mais baixa. Com relação ao gênero, as razões para emigrar são similares, pois 48,5% dos homens e 48,1% das mulheres migram por razões de trabalho. Entretanto, a proporção de mulheres que emigram para se reunir com seus entes queridos no exterior é maior (6,1% versus 2,7% dos homens).

Gráfico I. Principais causas de emigração dos guatemaltecos (2007).
Por gênero.



Com relação ao processo de tomada de decisão dos emigrantes guatemaltecos, 78,8% dos homens que emigraram tomaram eles mesmos a decisão e, no caso das mulheres, o percentual é maior (80,4%).

2. LUGARES DE ORIGEM E DE DESTINO

Com relação ao lugar de origem, os guatemaltecos residentes no exterior que enviam remessas emigraram principalmente das áreas rurais do país (55,1%), e os Departamentos que mais geraram emigrantes internacionais são: Guatemala (20,7%), San Marcos (10,4%), Huehuetenango (8,7%) e Quetzaltenango (6,4%). Observa-se que, daquelas pessoas que emigraram da área rural, 77,7% são homens e 22,3% são mulheres, enquanto que, daqueles provenientes de área urbana, 69,9% são homens e 30,1% são mulheres.

Com relação ao lugar de destino, para os guatemaltecos, os Estados Unidos são o país onde residem 97,7% do total dos emigrantes. Deste total, há três estados que recebem a maior quantidade de guatemaltecos: Califórnia (35,9%), Nova Iorque (10,7%) e Flórida (9,1%). A maior quantidade de remessas familiares enviadas ao país provém destes três estados.

3. IDADE E RELAÇÃO DE PARENTESCO

Com relação à idade dos emigrantes guatemaltecos, a maioria das pessoas que emigraram encontrava-se na faixa de idade entre 15 e 34 anos, enquanto aqueles que passavam dos 35 anos representaram apenas 18,4% do total de emigrantes. Estes dados demonstram que a maioria dos emigrantes são jovens em idade produtiva.

No que diz respeito à relação de parentesco dos guatemaltecos residentes no exterior, registrou-se que pouco menos da metade (48,6%) corresponde aos filhos dos chefes do lar e 17,1% são os maridos. No caso das mulheres, 51,9% são filhas, enquanto apenas 1% são esposas.

4. GÊNERO

Com relação ao enfoque de gênero, acredita-se que a migração influenciou nas relações de gênero no país, seja fomentando as desigualdades e os papéis tradicionais seja desafiando-os. A migração feminina pode ser o resultado do empobrecimento das mulheres que, cada vez mais, decidem emigrar. No entanto, este fenômeno pode ser um sintoma da desigualdade e discriminação que sofrem as mulheres no país refletidas no pouco acesso a oportunidades bem remuneradas.

Ao analisar o crescimento da migração por gênero, observa-se que, no ano 2002, as mulheres emigrantes chegavam a 337.348 e no ano 2007 o número havia aumentado para 415.029, o que demonstra um crescimento de 23% na taxa de emigração internacional da população feminina guatemalteca. Esta taxa é maior do que a taxa de crescimento da emigração masculina.

Apesar da taxa de migração feminina vir aumentando, de acordo com a OIM, até o momento a pouca emigração das mulheres pode estar relacionada com os aspectos culturais do país, pois “a sociedade designa às mulheres as tarefas domésticas e de reprodução”, motivo pelo qual poderia ser avaliado negativamente que a mulher emigre deixando para trás sua família (OIM, 2007:47). A baixa emigração feminina também poderia ser explicada pelo nível de risco que representa emigrar de forma irregular (sem documentação).

Para o caso da Guatemala, uma vez que começa a surgir a perspectiva de gênero nos estudos da migração, os poucos dados disponíveis demonstram que é de suma importância reconhecer as mulheres em todo o processo migratório e o efeito positivo ou negativo que este pode ter, tanto para aquelas que decidem emigrar como para aquelas que ficam.

5. EDUCAÇÃO E OCUPAÇÕES

Com relação ao nível de escolaridade dos guatemaltecos antes de partir, foi observado que mais da metade (50,9%) dos que hoje residem no exterior tinham pelo menos o grau de educação primária; 21,3% contavam com educação secundária, 20,2% com ensino médio e 1,7% com educação universitária ou superior e apenas 3,4% não tinham nenhum grau de escolaridade.

Ao diferenciar a análise da educação do migrante por gênero, os números não apresentam maiores diferenças no nível educacional de homens e mulheres, exceto para a educação de nível superior em que há uma maior proporção de mulheres (24,7%) que alcançam este nível (OIM, 2007). Apesar dos emigrantes guatemaltecos contarem com um nível educacional alto em comparação com a média nacional,¹ isto não significa que no exterior sejam contratados como mão de obra qualificada, pois a média educacional nos lugares de destino (geralmente países mais desenvolvidos) é superior.²

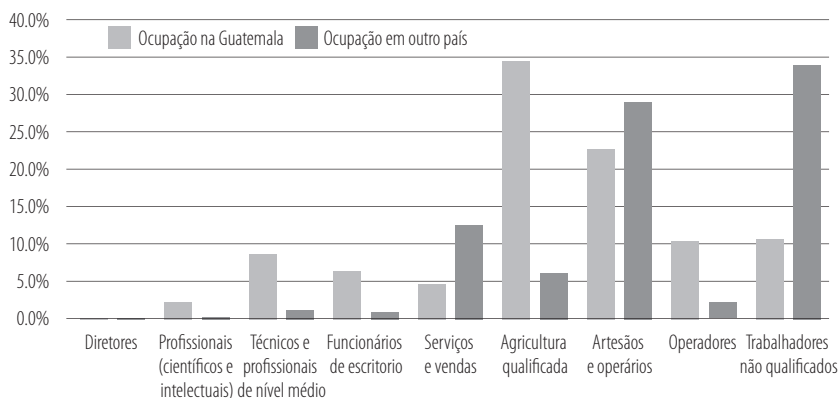
1 Na Guatemala, o nível educacional médio, em nível nacional, é de três anos (ENCOVI, 2006).

2 Por exemplo, nos Estados Unidos, o nível educacional médio, em nível nacional, é de 12 anos (Banco Mundial).

Do acordo com Bélanger e Piché (1995), dado que a educação é uma variável utilizada frequentemente para estimar o potencial de inserção econômica dos imigrantes no mercado de trabalho de destino, é importante não apenas analisar o nível acadêmico, mas também determinar quais são as ocupações desempenhadas pelos emigrantes tanto na origem como no destino. Em geral, seria esperado que a mão de obra altamente qualificada gozasse de vantagens e facilidades maiores para favorecer sua transferência para outros mercados. Na Guatemala, os dados mostram que, antes de partir, 34,4% dos migrantes se dedicavam à agricultura e trabalhos agropecuários qualificados, 22,6% trabalhavam como operários e artesãos, 10,4% como operadores de instalações e outras maquinarias, 10,7% como trabalhadores não qualificados e apenas 0,23% desempenhava atividades de direção (OIM, 2007).

Ao se estabelecerem no lugar de destino, as ocupações dos migrantes são variadas. Aquelas pessoas que desempenhavam funções de direção e como técnicos profissionais na Guatemala, no exterior parecem não desempenhar funções da mesma natureza pois, como observado no Gráfico 2, as pessoas destes setores se trasladam para outro tipo de ocupação que pareceria de menor qualificação.³ No exterior, 33,9% dos guatemaltecos estão concentrados em ocupações no setor de trabalhadores não qualificados, seguidos por 28,90% como operários e artesãos, 12,42% nos serviços e vendas, 6,10% como agricultores qualificados.

Gráfico 2. Comparativo da ocupação na origem e no destino.



³ É possível que a mudança de profissões dos migrantes possa estar explicada não somente pela exigência de um determinado nível educacional, mas também pelas exigências de documentos formais ou a existência de barreiras linguísticas para ser incorporado em determinadas ocupações.

6. EFEITOS SOCIOECONÔMICOS DA MIGRAÇÃO

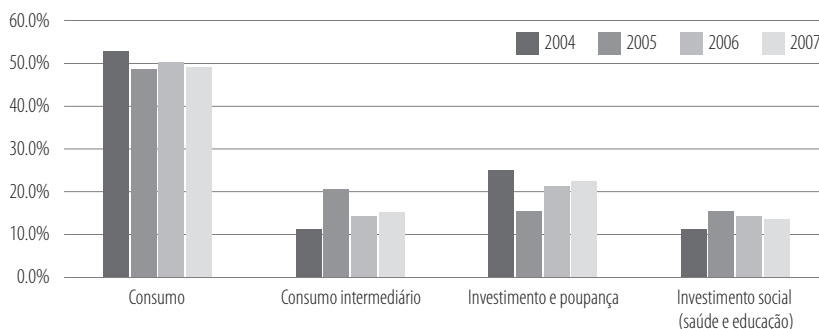
Em qualquer país, os efeitos da migração se veem refletidos na composição populacional e suas características de sexo, idade, estrutura educacional e ocupacional dos lugares de origem e de destino. Do mesmo modo, a migração tem consequências espaciais gerando uma redistribuição espacial da população. Estas mudanças populacionais são de suma importância, pois não somente modifica-se o comportamento estrutural da população, mas também há um impacto fundamental no planejamento econômico e social dos países (CEPAL, 2005).

Da perspectiva econômica, as remessas familiares, que representam a contrapartida financeira das migrações, podem desempenhar um papel muito importante para reduzir a pobreza e melhorar as condições de bem-estar dos lares que as recebem nas economias em desenvolvimento.

Segundo estimativas da OIM (2007), na Guatemala recebem-se mais de quatro milhões de dólares através de remessas familiares. O fluxo atual de remessas financia parcialmente a subsistência de milhões de guatemaltecos que recebem renda média de aproximadamente US\$ 345 por mês.

Com relação ao uso e tipo de consumo ao qual são destinadas as remessas familiares, estima-se que 48,8% sejam destinadas ao consumo (consumo familiar em alimentos, vestuário e sapatos, e os gastos para aquisição de mobília e equipamento e outros gastos pessoais), 15,2% ao consumo intermediário (investimento em meios de produção), 22,7% em investimento e poupança e 13,4% em investimento social (saúde e educação).

Gráfico 3. Destino das remessas familiares. De 2004 a 2007.



É importante destacar que parte das remessas familiares recebidas na Guatemala foi utilizada para o financiamento de capital para microempresas tanto na área rural quanto urbana. Estes investimentos tiveram consequências positivas na geração de empregos.

Segundo a OIM, estima-se que apenas no ano de 2005 mais de um terço dos lares receptores de remessas (aproximadamente 300.000) tinham sua própria empresa. Apesar de 80% dessas empresas serem autofinanciadas, as remessas fornecem a segunda fonte de financiamento, superando em 8% os créditos bancários (BM, 2006).

Em termos de investimento social, no ano de 2006, foram investidos mais de 200 milhões de dólares em gastos com educação, incluindo inscrições, uniformes e mensalidades, e 65% dos gastos correspondem a estabelecimentos educacionais privados, onde se espera que a educação recebida seja de melhor qualidade. Além do mais, foram investidos mais de 283 milhões de dólares em gastos com saúde, tanto preventiva quanto curativa, e o grupo mais beneficiado por estes gastos foram as pessoas que se encontram na faixa etária dos 5 aos 19 anos. Em 2008, o gasto com educação e saúde superava 500 milhões de dólares.

Apesar das remessas familiares dinamizarem as economias dos países receptores, o fenômeno migratório revela uma face menos atraente. De acordo com a Mesa Nacional para as Migrações na Guatemala – MENA-MIG (2006), o fenômeno migratório implicou a constante fuga de capital humano, desintegração familiar, além do custo de adaptação para os emigrantes, os custos afetivos para os que ficaram (especialmente as crianças) e os riscos ao cruzar as fronteiras (em especial, para aqueles que viajaram em situação irregular).

Com relação à fuga de capital humano, Galeano (2006) declara que a migração teve influência em muitas comunidades guatemaltecas, onde se evidencia uma forte ausência de homens jovens, ficando apenas pessoas da terceira idade ou mulheres, que têm que se adaptar aos novos papéis sociais e, muitas vezes, assumir a chefia do lar.

Na opinião de Escobar (2006), a migração pode implicar uma descapitalização tanto de recursos humanos como econômicos, dado que as pessoas que migram são aquelas que se encontram em idade produtiva e que, em termos relativos, têm maiores níveis educacionais, o que significa uma perda de potencial de desenvolvimento das zonas que geram emigrantes. No caso da Guatemala, o país “está recebendo dólares, mas, em troca, está entregando a população mais jovem e com nível de escolaridade acima da média nacional”

(Galeano, 2006). Este intercâmbio ou exportação de mão de obra poderia não compensar a perda de produtividade sofrida pelo país, além dos custos sociais como a desintegração familiar e o enfraquecimento do tecido social. Além disso, é fundamental mencionar o custo afetivo cultural que se manifesta no emigrante quando ele chega ao lugar de destino em relação à identidade que desenvolveu no contexto sociocultural de seu país de origem (como a língua e a religião entre outros). De acordo com Pickard (2005), os imigrantes se veem ameaçados por um novo ambiente econômico e cultural no qual podem sofrer com discriminação, xenofobia e violação de seus direitos fundamentais.

Tendo em vista o crescimento do fenômeno migratório e devido à dificuldade envolvida no processo de migrar, principalmente para os Estados Unidos devido a suas políticas migratórias restritivas, a migração através de canais ilegais é uma das formas mais recorrentes de emigração. A irregularidade migratória, enfrentada pela maioria, conduz a uma situação de vulnerabilidade (Pickard, 2005).

Para as famílias que ficaram no lugar de origem, o custo da desintegração do núcleo familiar pela perda temporal ou permanente de um membro do lar pode gerar efeitos sociológicos de abandono, solidão e apatia (Altamirano, 2004). Da mesma forma, a migração também tem seu efeito naquelas mulheres que ficam e devem assumir o fardo e as responsabilidades familiares, na “maioria das vezes sob o controle dos pais ou parentes do marido, com os quais se configuram outras relações de poder” (Castillo, 2003). Na Guatemala, 71,2% dos lares receptores de remessas são administrados por mulheres que assumem, em muitos casos, a responsabilidade financeira do mesmo. De acordo com Jiménez e Acosta (2004, apud Ugalde, 2008), “na Guatemala vivem mais de 4 milhões de parentes diretos de emigrantes que em 77% dos casos não visitam suas famílias”. Destes, pelo menos 71% se sentem afetados pela separação de seu familiar. Nestes casos, 90% apresentam sintomas de depressão ou tristeza acarretada pela partida de seus entes queridos, enquanto que, em casos extremos, são registrados problemas de alcoolismo, dependência de drogas e inclusive participação em gangues (OIM, 2007).

Deste modo, parece que os custos sociais dos movimentos migratórios no país, tanto para as pessoas que migram como para aquelas que ficam no lugar de origem, são demasiadamente altos. Por esta razão, é necessário entender que a realidade das migrações na Guatemala constitui não somente um desafio econômico, mas também um verdadeiro “desafio humano”

(Borge, 2006:2); desafio que, hoje, precisa de ações concretas orientadas para o aproveitamento das remessas familiares e, sobretudo, para a construção de uma sociedade capaz de oferecer melhores oportunidades para sua população de maneira a iniciar um capítulo mais otimista na história migratória do país.

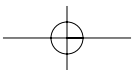
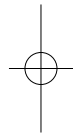
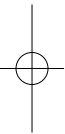
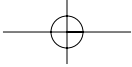
Sibyl Italia Pineda

Formada em economia, com ênfase em comércio internacional pela Universidade Rafael Landívar, na Guatemala. Realizou estudos em técnicas econométricas para priorizar investimentos em infraestrutura outorgados pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL); Negociação e Gestão Empresarial, na Universidade Pontifícia Comillas, Espanha. Colaborou com consultorias para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a *International Finance Corporation* (IFC) do Banco Mundial, a Universidade da Califórnia, em Berkeley e a Secretaria Geral de Planejamento e Programação da Presidência da Guatemala (SEGEPLAN). Fez parte da equipe de pesquisadores sobre Migrações e Desenvolvimento para a Federação Internacional de Universidades Católicas (FIUC). Atualmente, colabora como pesquisadora na área de Políticas Públicas no Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IDIES).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTAMIRANO, T. Sostenibilidad de la migración transnacional: costos y beneficios. In: XIV ECONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP. Caxambu, MG, Brasil, 20-24 set. 2004.
- BANCO MUNDIAL. *Análisis del corredor de remesas Estados Unidos-Guatemala*. Departamento de Finanzas, Sector Privado e Infraestructura Región de Latinoamérica y el Caribe del Banco Mundial, 2006.
- _____. *Global Economic Prospects 2006: Economic Implications of Remittances and Migration*. Capítulo 5. (Versión Electrónica), 2006. Disponible em: www.worldbank.org/prospects/gep2004.
- BAJRAJ, R., VILLA, M., RODRÍGUEZ, J. *Población y desarrollo en América Latina y el Caribe: un desafío para las políticas públicas*. Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE) – División de Población, 2000.
- BÉLANGER, L., PICHÉ, V. *Une revue des études québécoises sur le facteurs d' integration des immigrants*. Departamento de demografía e investigación de la sociedad y grupos étnicos (GRES), Colección de notas y documentos. Número 5. Gobierno de Québec, 1995.
- BORGE, D. Migración y políticas públicas: elementos a considerar para la administración de las migraciones entre Nicaragua y Costa Rica. *Población y Salud en Mesoamérica. Revista Electrónica* Vol. 3, n. 2, artículo 4. jan. 2006. Disponible em: <http://ccp.ucr.ac.cr/revista/>
- CABALLEROS, A. *Derechos de Cristal: Análisis de la Problemática Migratoria y de las violaciones a los derechos humanos de migrantes en tránsito por Guatemala*. Mesa Nacional para las Migraciones de Guatemala – MENAMIG, 2007.
- CASTILLO, M. Coyuntura y Debate: Dimensiones de las migraciones futuras: Un desafío para las Políticas Públicas. *Red Internacional Migración y Desarrollo* n. 4. Primer semestre 2005.
- _____. *Migraciones en el hemisferio*. Consecuencias y relación con las políticas sociales. Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE) – División de Población y Banco Interamericano de Desarrollo (BID), 2003.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE – CEPAL. *Guatemala: Evolución Económica Durante 2004 y Perspectivas para 2005*. Versión Electrónica. LC/MEX/L.667, 2005. Disponible em: www.cepal.org/id.asp?id=22036
- _____. *Uso de los datos censales para un análisis comparativo de la migración internacional en Centroamérica*. Sistema de Información Estadístico sobre las Migraciones en Centroamérica. Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE) – División de Población, Organización Internacional para las Migraciones (OIM) y Banco Interamericano de Desarrollo (BID), 2002.

- ESCOBAR, A. *Migración internacional, pobreza y desigualdad en México*. Documento de apoyo del Informe sobre Desarrollo Humano México 2006-2007. México: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2006.
- FAJNZYLBER, P., LOPEZ, H. Cerca de casa: Impacto de las remesas en el desarrollo de América Latina. Presentación del Banco Mundial “Corredor de Remesas Impacto en el desarrollo” realizado en Guatemala, 2007.
- GALEANO, R. *Migraciones y Derechos Humanos en Guatemala*. Informe no Gubernamental. Mesa Nacional para las Migraciones en Guatemala– MENA-MIG, 2006.
- GARCÍA, E., VALDEZ, H. Tendencias de la Migración en Guatemala. *Publicación Serie Seminarios y Conferencias* n. 24. Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL, 2002.
- GARCÍA ZAMORA, Rodolfo. *Migración internacional, tratados de libre comercio y desarrollo económico en México y Centroamérica*. 2007. Disponible em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/vidal_guillen/19GarciaZ.pdf
- GUATEMALA: INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (INE). *Encuesta Nacional de Condiciones de Vida* (ENCOVI), mar.-set. 2006.
- JIMÉNEZ e ACOSTA (2004) citados por UGALDE, M. Pueden las migraciones contribuir al desarrollo. *Estudios locales en Guatemala*. Informe final, 2008.
- MARTÍNEZ, J. *Panorama de la migración internacional en Guatemala*. Santiago de Chile, 2001. Mimeo.
- ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES – OIM. Encuesta sobre Remesas 2007. Perspectiva de Género. *Cuadernos de Trabajo sobre migración* n. 24, 2007.
- _____. Encuesta Nacional sobre Emigración Internacional de Guatemaltecos – Resultados Definitivos. *Cuadernos de Trabajo sobre migración* n. 15, 2002.
- _____, MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES GUATEMALA. Plan de Acción para el Manejo de las Migraciones Internas e Internacionales (Documento de trabajo). *Cuadernos de Trabajo sobre migración* n. 1, 2001.
- PICKARD, M. *Entre fuegos cruzados: Los migrantes mesoamericanos en su travesía hacia al norte*. Programa de las Américas del Centro de Relaciones Internacionales – IRC, 2005. Disponible em: http://www.americaspolicy.org/reports/2005/sp_0503_migrantes.html



Migração no México: tendências e consequências

43

LUIS IGNACIO ROMÁN MORALES

INTRODUÇÃO

O México é o país subdesenvolvido que possui a maior fronteira terrestre com uma potência mundial. São cerca de 3.000 Km que separam uma nação com salários médios equivalentes a 18,6 dólares por hora de outra onde eles são inferiores a três dólares. Desde o início dos anos 1980, a liberalização econômica tem facilitado a circulação de mercadorias, de capitais (especialmente financeiros) e de empresas. Sob estas circunstâncias, não é de estranhar a crescente circulação de pessoas. No entanto, esta não se deu sob o âmbito dos processos de desregulamentação, mas, ao contrário, enfrentando as regulamentações existentes. A emigração é fundamental para o México, uma vez que constitui, entre outras coisas, a principal válvula de escape perante a exígua geração local de empregos, a segunda fonte de obtenção de divisas e a principal fonte de financiamento de regiões altamente expelidoras de mão de obra. É, portanto, o meio de enfrentar ou sair da pobreza para milhões de lares. O México também representa uma ponte para emigrantes de terceiros países que pretendem chegar aos Estados Unidos. Por último, o México oferece ainda refúgio trabalhista para emigrantes pobres provenientes da fronteira sul.

Neste artigo, apresentamos as tendências e a caracterização dos principais movimentos migratórios do México. São analisados os padrões de causa destes movimentos e os efeitos que a migração tem sobre o país de origem. Tentase detectar os benefícios e os custos da migração, assim como possíveis políticas a seu respeito.

I. SENTIDO E RELEVÂNCIA DA MIGRAÇÃO NO MÉXICO

A migração está associada de maneira indissolúvel ao movimento e ao deslocamento espacial e, nesse sentido, é uma característica nata nos seres humanos. No entanto, sua organização implica a formação e reestruturação constante de delimitações territoriais, formando processos de identidade social no interior das mesmas e de diferenciação com relação aos espaços externos. Tais delimitações podem ser cidades, regiões ou continentes, mas a divisão política em países ou estados nacionais configurou espaços de reprodução social no interior dos mesmos, de atração da população proveniente de outros espaços, de regulação para a entrada e saída de pessoas de uma determinada população etc. Os fluxos são estimulados ou repelidos em função das circunstâncias específicas das sociedades e das políticas exercidas.

A partir do século XX, ocorrem no México quatro fenômenos: a migração interna, a emigração internacional (quase que exclusivamente para os Estados Unidos), a imigração e a passagem pelo México de população de terceiros países em direção aos Estados Unidos. Cabe, no entanto, ponderar sobre as proporções dos diversos tipos de migração: segundo o Centro Latino-americano de Demografia (CELADE), no ano 2000, apenas 0,5% da população residente no México era de imigrantes internacionais, enquanto 9,4% da população nascida no México havia emigrado ao exterior.

A migração interna está associada aos processos de urbanização e industrialização. Isto, junto com o crescimento demográfico, propiciou a formação de uma megalópole, a Cidade do México, e outras oito zonas metropolitanas que, em 2005, contavam, cada uma, com uma população superior a um milhão de habitantes. Estas cidades concentram, em conjunto, 35% da população do país (INEGI, 2005). Na migração interna ocorre também o deslocamento sazonal de trabalhadores por jornada, ligado aos ciclos agrícolas.

A migração em direção aos Estados Unidos sofreu uma forte aceleração a partir da crise econômica de 1995. Até 2007, o êxodo foi de aproximadamente 400.000 pessoas por ano, e o México se converteu no principal receptor mundial de remessas por trabalhadores migrantes. Os 25,137 bilhões de dólares recebidos em 2008 equivalem às remessas recebidas por toda a América Latina (incluindo o próprio México) apenas 6 anos antes. Não obstante, é previsível uma redução significativa da emigração, assim como o retorno de trabalhadores mexicanos emigrados em anos anteriores, devido à atual recessão norte-americana iniciada em dezembro de 2007 e estimada preponderantemente a partir do comportamento do emprego. De fato, no pri-

meio quadrimestre de 2009, as remessas foram reduzidas em 8,7% com relação ao mesmo período de 2008, passando de 7,945 bilhões de dólares para 7,256 bilhões de dólares (Banco de México, 2009).¹

Este estudo remeterá apenas à migração internacional, apesar de reconhecer a presença de *espaços cinza* binacionais alta e cotidianamente interdependentes, que incluem, por exemplo, a população que vive de um lado da fronteira e trabalha do outro.

Este documento determinará o contexto geral das tendências migratórias no México, a partir do qual será abordada, especialmente, a migração do México para os Estados Unidos, dada sua predominância sobre todos os demais destinos.

A migração está associada aos comportamentos diferenciados dos mercados de trabalho, mas não somente a isto. As migrações excedem a dimensão trabalhista e até mesmo a dimensão econômica, o que é visto, por exemplo, na reprodução de formas culturais de comunidades indígenas do México em Nova Iorque, ou no traslado de famílias inteiras, nas quais não todos os membros emigram por questões trabalhistas, mas sim, familiares.

O entendimento da migração como a geração de espaços de redes sociais transnacionais pressupõe que a mesma não é determinada apenas por decisões racionais individuais, nem que as mesmas se restrinjam a uma valoração estritamente de mercado de trabalho, isto, em termos citados pela CEPAL:

Os enfoques tradicionais sobre migração baseiam-se em um prisma econômico neoclássico: a migração é o resultado da combinação de fatores de atração, presentes na sociedade de chegada, e de expulsão no país de origem. Entre os fatores de expulsão identificam-se: o crescimento demográfico, baixos níveis de vida, falta de oportunidades econômicas e repressão política. Os fatores de atração incluem demanda de mão de obra, disponibilidade de terras, boas oportunidades e liberdades políticas. Uma das críticas principais a estes enfoques é considerar a migração como uma conduta individual que resulta de uma análise racional e instrumental, em termos de custo-benefício, sem considerar outros elementos de tipo social e cultural que podem explicar os fluxos migratórios. Esta perspectiva não permite compreender por que somente uma fração muito pequena da população emigra e não toda a sociedade que enfrenta as mesmas condições de vida. (CEPAL, 2006)

1 Declaração do *National Bureau of Economic Research* dos Estados Unidos, 28 novembro 2008, baseada em um amplo espectro de indicadores de produção, emprego e renda real.

2. TENDÊNCIAS DA EMIGRAÇÃO²

No ano 2000, o México já era o país latino-americano com o maior número de emigrantes (9,3 milhões) e o terceiro com a maior proporção de sua população no exterior (9,4%), ficando atrás apenas de El Salvador (14,5%) e Nicarágua (9,6%) (CEPAL, 2006).³

Para o ano de 2005, as séries de migração internacional do Conselho Nacional de População do México registraram 11,2 milhões de mexicanos somente nos Estados Unidos. Ao considerar o conjunto da população de origem mexicana nesse país, incluindo a segunda e terceira gerações, o censo norte-americano (CPS) contabilizou 30,3 milhões de pessoas em 2007 (Conapo, 2008).

A emigração mexicana dirige-se, basicamente, para os Estados Unidos e, de maneira tangencial, para o Canadá e Espanha. A dirigida ao resto do mundo é pouco numerosa. Assim, enquanto 94 de cada 1000 pessoas nascidas no México residem nos Estados Unidos, no Canadá são 0,3 e na Espanha, apenas 0,2. Por isso, o México é um dos países com menor intensidade migratória em direção a estas duas últimas nações.

A emigração ao resto do mundo é ainda menos significativa. Em 2000, o Centro Latino-Americano de Demografia (CELADE) estimava que, no conjunto da América Latina (exceto México), residiam 39.342 mexicanos de nascimento, isto equivale a 0,4 mexicanos no resto da América Latina para cada 1.000 nascidos no México. Com relação aos países mais industrializados (exceto Estados Unidos, Canadá e Espanha), contou-se um estoque de migra-

- 2 Procurou-se utilizar fontes de informação consistentes, reconhecidas e articuladas tais como a OIT, o Escritório de censos dos Estados Unidos, a Comissão Econômica para a América Latina, o Conselho Nacional de População do México e o Instituto Nacional de Estatística, Geografia e Informática. Apesar da informação ser diversa e heterogênea, dadas as dificuldades de medição da migração, evitou-se a utilização de mais de uma fonte particular com relação a tópicos particulares de cada tabela, assim como foram selecionadas as fontes com maior reconhecimento e consistência, a fim de evitar incoerências, dadas as possibilidades de formas de medição diferentes entre as instituições.
- 3 Cabe mencionar que diversas estimativas situam uma população mexicana maior nos Estados Unidos. As divergências provêm das dificuldades de captação estatística de população sem documentação, dos trabalhadores migrantes e da forma de considerar os “mexicanos”, em função de seu lugar de nascimento (direito da terra), de seu status migratório (por exemplo com relação à obtenção de cidadania norte-americana), ou da origem de seus pais (direito de sangue). Autores como Corona (Colégio da Fronteira Norte) e Escobar Latapí (Centro de Pesquisa e Estudos Superiores em Antropologia Social) estimam em 11,2 milhões, o número de mexicanos nos Estados Unidos.

ção de apenas 28.218 mexicanos para o conjunto de países da OCDE, isto é, 0,3 de cada 1.000 mexicanos.⁴

Em suma, a emigração de mexicanos a países, exceto aos Estados Unidos, representa apenas algo em torno de 1,3% da emigração que se dirige àquele país.

Segundo o Censo Contínuo de População de 2005 dos Estados Unidos (da CEPAL, 2006), os latino-americanos e caribenhos contabilizavam um total de 19,3 milhões de pessoas nos Estados Unidos, dos quais 71% eram mesoamericanos – a maioria mexicanos –, 17% caribenhos e os 12% restantes sul-americanos. Apesar do *estoque* de nascidos na região ter aumentado desde 1970, a participação de cada sub-região apresentou mudanças: os mesoamericanos aumentaram em 20% a sua participação no conjunto de migrantes da região, por seu lado, os caribenhos apresentaram uma significativa e progressiva diminuição no *estoque*, enquanto que os sul-americanos mantêm uma participação estável.

No início do século XX, havia somente 100.000 mexicanos nos Estados Unidos (Corona, 2007), e a evolução até 1970 foi moderada. Segundo o próprio Censo Contínuo sobre População dos Estados Unidos, sua população nascida no México nesse ano foi de 0,76 milhões de pessoas. O êxodo ocorreu posteriormente, pois essa população chegou a 9,18 milhões de pessoas no ano 2000. Em outros termos, de 1900 a 1970, a população mexicana nos Estados Unidos cresceu a um ritmo de 2,9% ao ano, ao passo que, desde então até o ano 2000, o crescimento se deu a uma taxa anual de 8,7%.

Nos anos 1970, emigraram do México para os Estados Unidos, uma média de 135.000 pessoas por ano; nos anos 1980, 217.000; nos anos 1990, 492.000 e, de 2000 a 2005, 368.000 (Conapo, 2008).

A redução do primeiro quinquênio deste século pode ser derivada do endurecimento das políticas migratórias norte-americanas (sobretudo a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001), da desaceleração norte-americana do início da década e da mudança na curva demográfica do México.

Em 2005, a emigração se concentrou basicamente na Califórnia (4,3 milhões), Texas (2,3 milhões), Illinois (0,7 milhão) e Arizona (0,6 milhão). No plano rural, os imigrantes encontram-se distribuídos por todo o território norte-americano, no entanto, nos quatro estados citados, localizam-se principalmente nas áreas metropolitanas de Los Angeles, Chicago e Houston.

4 OCDE on line, www.oecd.org.

Somente em Los Angeles residem mais de 1,5 milhão de mexicanos, o que equivale ao tamanho demográfico da sexta maior cidade do México.

Diferentemente da imigração predominante até os anos 1970, quando o êxodo provinha do meio rural, nos dias atuais, predomina ligeiramente a imigração urbana (52%).

O processo migratório mexicano para os Estados Unidos foi dividido em *emigrantes temporários e permanentes* (Corona, 2006 apud Corona, 2008). De fato, dada a amplitude da fronteira comum, a emigração sazonal ou temporária é muito intensa. Os emigrantes temporários são formados principalmente por jovens com residência habitual no México que viajam frequentemente aos Estados Unidos e enviam remessas a seus lares de origem, ao passo que os permanentes efetivaram longos períodos de trabalho nos Estados Unidos e estabeleceram o seu lar principal nesse país. Frequentemente, atraem seus familiares mais próximos ou constroem um novo lar. Por outro lado, se for considerada a população nascida no México mais seus dependentes nos Estados Unidos, a cifra de 15 milhões de habitantes teria sido superada em 2005 (Corona, 2007). A intensificação a partir dos anos 1970 está relacionada às sucessivas crises, desvalorizações e processos inflacionários de 1976-1977, 1982-1989, 1995-1996 e o estancamento econômico existente desde 2001.⁵

Entre 1935 e 1981, a taxa média de crescimento anual do PIB mexicano foi de 6,5%, enquanto que a de 1982 a 2008 foi de 2,3%. Além disso, as diferenças estruturais em termos de mercado de trabalho são imensas: no México, o salário mínimo mensal em junho de 2009 é de aproximadamente 115 dólares e o salário médio é de aproximadamente 415 dólares.

Em junho de 2005, segundo o Escritório de Estatísticas do Trabalho dos Estados Unidos, os trabalhadores naquele país ganhavam em média 18,6 dólares por hora.⁶

Isto representa algo em torno de 250 pesos, equivalentes a cinco dias de salário mínimo no México. De fato, o salário médio nos Estados Unidos seria de 3.199 dólares, equivalentes nesse momento a aproximadamente 43.000 pesos mexicanos. Por outro lado, aqueles com renda relativamente alta, considerados no Censo Nacional de Ocupação e Emprego do México (mais de cinco salários mínimos), partem de um piso de \$7.500, tão somente pouco mais de um sexto da média das remunerações nos Estados Unidos.

5 Estes comportamentos não se repetem no marco da crise 2007-2009, dada a queda na demanda de trabalho nos Estados Unidos.

6 BLS, National Compensation Survey: Occupational Wages in the United States, June 2005.

Além do mais, a capacidade de geração de emprego formal no México é exígua. Entre abril de 2000 e o mesmo mês de 2009, somente foram gerados em conjunto 1,72 milhão de empregos perante um crescimento acumulado da PEA de 5,3 milhões e da População em Idade de Trabalhar de 10,5 milhões (segundo trimestre de 2000 ao primeiro trimestre de 2009). O emprego agropecuário foi reduzido em 3 milhões de pessoas entre 1993 e 2007 (INEGI: ENE-1993; ENOE, 2007), ao mesmo tempo em que a indústria só gerou dois milhões de empregos. Perante esta situação, só restam como opções o setor de serviços, principalmente precários e informais ou a migração para os Estados Unidos. A emigração também tende a se articular cada vez mais com os ciclos econômicos do México e dos Estados Unidos, especialmente a partir do início do Tratado de Livre Comércio da América do Norte em 1994. De fato, o crescimento econômico dos Estados Unidos gera um forte efeito de ímã para a maior parte dos imigrantes mexicanos, ocorrendo o contrário em períodos de recessão. Deste modo, o ano 2000 marca o recorde de migração em um ano, com 530.000 pessoas, enquanto que o mínimo da década foi em 2003, com 369.000 (Escobar e Martín, 2007). No caso do México, o fenômeno é inverso, tendendo a um fortalecimento da emigração nos períodos críticos da economia nacional.

Pelo acima descrito, a conjuntura de desaceleração e recessão de 2007-2009 pode gerar um efeito complexo de maior incentivo à migração devido às complicações do mercado de trabalho mexicano, mas, simultaneamente, uma menor captação por parte do mercado de trabalho norte-americano. Isto poderá implicar uma maior deterioração nas condições de trabalho dos mexicanos que se aventurarem na busca por emprego nos Estados Unidos sob suas atuais condições (que, no caso de encontrá-lo, é previsível que estejam obrigados a aceitar condições mais difíceis).

Adicionalmente, o cruzamento da fronteira tende a ser mais perigoso e implica uma maior necessidade de percorrer trajetos mais arriscados (como o deserto do Arizona), enfrentar bandos de saqueadores ou de grupos xenofóbicos nos Estados Unidos, assim como buscar os traficantes de seres humanos (os *polleros*). Sob estas condições, o número de mortes na zona fronteiriça passou de 61 em 1995 para 425 em 2006, o que significa um aumento médio anual de 20%.⁷

7 2003 www.stopgatekeeper.org. 2006 Secretaria de Relaciones Exteriores. 2006 Comunicado de imprensa n. 117 da Secretaria de Relaciones Exteriores.

3. CARACTERIZAÇÃO DOS EMIGRANTES

O perfil dos emigrantes mexicanos e os processos de migração mudaram substancialmente desde a década de 1970. Jorge Santibañez (2005) caracteriza os seguintes aspectos:

- Transformação dos processos de traslado de migrantes sem documentação em crime organizado.
- Aumento dos riscos de migração para grupos vulneráveis (mulheres, crianças).
- Aumento do tempo de permanência dos migrantes.
- Transformação do México, não somente como país de saída, mas também de trânsito e destino.
- Regionalização do processo migratório, tanto da emigração mexicana como de sua imigração nos Estados Unidos.
- Maiores pressões sobre os mercados de trabalho nos lugares de origem e destino, sobretudo de emigrantes jovens.
- Deterioração nas condições do mercado de trabalho mexicano.
- Crescimento da oferta de emprego nos Estados Unidos.
- Incorporação da discussão migratória na agenda México-Estados Unidos.

Isto pode ser explicado em termos das transformações do status de residência dos migrantes, de suas condições sociodemográficas e de sua situação trabalhista.

3.1 *Status de residência*

Uma primeira caracterização é a da situação legal dos trabalhadores. De 11,6 milhões de trabalhadores estimados por Corona para 2006 (incluindo temporários e permanentes), 6,4 teriam autorização para residir nos Estados Unidos, pelo que 45% estariam sem documentação. Esta condição estabelece uma diferença em termos de vulnerabilidade não somente perante a deportação, mas em termos de condições trabalhistas e de acesso a serviços básicos. Dos emigrantes permanentes, 2 milhões contam com a naturalização e quatro milhões, também com a residência permanente. A maioria dos mexicanos migrantes aos Estados Unidos reside naquele país há mais de 10 anos, mas os migrantes posteriores a 1995 representavam 45% em 2007. Dos mexicanos que atravessaram a fronteira em 2007, 75% o fizeram sem documentos (visto e passaporte) e 56% requisitaram “ajuda” para o cruzamento (geralmente a

contratação de traficantes de seres humanos conhecidos como *polleros*). Em 2005, foram deportados ou devolvidos ao México 480.000 pessoas.

3.2 Condição sociodemográfica

Os mexicanos ocupam o primeiro lugar em incidência de pobreza entre a população migrante nos Estados Unidos (22%); assim como em proporção de população sem previdência social e, junto com os centro-americanos, os únicos em que esta proporção é majoritária (Conapo, 2008).

Tabela I. *População residente nos Estados Unidos por condição de pobreza e cobertura de saúde, segundo região de nascimento.*

	Total	Nativos	União Europeia	Ásia Oriental	México	América Central	Caribe	América do Sul
Condição de pobreza	100	100	100	100	100	100	100	100
Pobres	12,4	12	7,7	11,6	22,1	16,3	19,6	10,8
não pobres	87,6	88	92,3	88,4	77,9	83,7	80,4	89,2
Cobertura de saúde	100	100	100	100	100	100	100	100
Com cobertura de saúde	84,2	86,2	89	80,7	43,6	46,8	73,2	64,4
Sem cobertura de saúde	15,8	13,2	11	19,3	56,4	53,2	26,8	35,6

Fonte: Estimativas da Conapo com base no Bureau of Census, Current Population Survey, março 2007.

Gênero

Na América Latina e particularmente no México, está havendo o aprofundamento de um processo de feminização e urbanização dos migrantes (com relação a seu lugar de destino). De fato, 20% da força de trabalho agropecuária nos Estados Unidos é feminina (predominantemente de origem mexicana). O peso das mulheres entre os migrantes é de aproximadamente 45%. As mulheres têm como característica uma menor mobilidade territorial, são mais jovens e têm laços sociais mais fortes (Escobar e Martín, 2007). Sua migração é menos significativa por razões trabalhistas (51% versus 92% dos homens) e proporcionalmente mais por questões de índole familiar, como se reunir com a família no lugar de destino. Por outro lado, tendem, mormente, a emigrar de forma legal (39% versus 24% dos homens).

Escolaridade

A população mexicana nos Estados Unidos tem por característica dispor de níveis de instrução inferiores aos dos migrantes das demais regiões da América Latina, que, por sua vez, são inferiores aos da população nativa dos Estados Unidos. Segundo o *Current Population Survey* dos Estados Unidos, de 2004 (citado pela CEPAL, 2006), encontra-se o seguinte perfil no qual se observam especificamente as baixas proporções de migrantes mexicanos com educação superior ao ensino médio ou curso universitário.

Tabela 2. *EUA: Percentual de nascidos na América Latina e Caribe de 25 anos de idade ou mais, por região de nascimento e último nível educacional aprovado 2004.*

Região de nascimento	CPS 2004	
	Educação secundária completa ou mais	Educação superior completa ou mais
América Latina	49,7	11,5
Caribe	69,5	19,5
América Central	38,8	6,1
México (2000)	29,8	4,3
América do Sul	80,6	29,7
Estados Unidos	88,3	27,8

Fonte: Censo Nacional de População 1990 e 2000. Current Population Survey, 2004.

Em 2005, o México continuou sendo a região de menor escolaridade entre os imigrantes dos Estados Unidos. 49,% dispunha de 10 séries ou menos de estudos, 35% tinha 10 a 12 séries e somente 15,2% contavam com estudos técnicos superiores, universitários ou de pós-graduação (Conapo, 2008).

Apesar da maior parte dos mexicanos que emigram contar com baixa escolaridade, o impacto relativo da migração é maior nos estratos educacionais mais elevados. O Conselho Nacional de População (2008) assinala que, da população mexicana de 25 a 44 anos de idade, com 12 ou mais anos de escolaridade, 22,5% reside nos Estados Unidos. De sua parte, Escobar Latapí (op. cit.) assinala que 19% dos homens mexicanos com mestrado e 29% das mulheres com esse nível de escolaridade estão nos

Estados Unidos. No caso de mexicanos com doutorado, as proporções respectivas são de 32 e 39%.

Apesar da baixa escolaridade ser característica da migração mexicana para os Estados Unidos, o mesmo não acontece com outros destinos. Por exemplo, 29,7% dos migrantes mexicanos para o Canadá maiores de 15 anos conta com educação superior (www.oecd.org).

Grupos de idade e características dos lares

Os migrantes mexicanos nos Estados Unidos tendem a envelhecer. Sua média etária era de 32 anos em 1994 e aumentou para 35 anos em 2007. Assim, a proporção de menores de 29 anos foi reduzida (de 48,5% para 35,9% do total de migrantes). A maioria está unida conjugalmente e vive em lares de 4 a 6 pessoas.

O acima citado coincide com a estrutura de idades da população mexicana, que está se modificando substancialmente e, por volta do ano 2012, alcançará seu máximo absoluto de população na faixa etária dos 15 aos 34 anos (Conapo, 2008). A partir de então, iniciará um processo acelerado de envelhecimento que dificultará ainda mais as possibilidades e condições de migração aos Estados Unidos.

3.3 Situação trabalhista

Os mexicanos constituem a comunidade com o menor nível de renda nos Estados Unidos. Seus salários são 38% menores que a média nacional, 6% menores que os salários dos trabalhadores centro-americanos e menos da metade que o dos canadenses (51,7%). A migração tem um componente econômico central. Dos emigrantes procedentes dos estados com menor desenvolvimento, do sul e sudeste do país, 85% recebia renda menor que três salários mínimos em 2007 (o salário mínimo girava em torno de 150 dólares mensais), enquanto que o limite superior do estrato de menor renda nos Estados Unidos é em torno de onze vezes maior ao salário mínimo mexicano.

De acordo com a União de Bancos Suíços, em 2006 o nível geral de preços era 33,9% menor no México que em Los Angeles e em Chicago (UBS, 2006). Desta maneira, um diferencial de renda de mais de 1100% com relação ao salário mínimo, ou ainda de 367% em comparação com a maioria dos mexicanos que ganha até três salários mínimos, resulta em um incentivo enorme para se arriscar em um processo migratório, apesar de todos os custos e riscos que isso representa.

Tabela 3. *População residente nos Estados Unidos por salário anualizado, segundo região de nascimento.*

	Total	Nativos	União Europeia	Ásia Oriental	Resto da América do Norte	México	América Central	Caribe	América do Sul
Salário anual (dólares)	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Menos de 10.000	11,9	12,2	10,1	12,8	9,7	11,1	11,3	8,9	9,2
de 10.000 a 19.999	16,4	15,1	12,2	14,2	8,7	34,4	32,4	24,7	24
de 20.000 a 29.999	17,5	16,7	16,1	14,5	11,7	27,5	27,7	22,1	20,4
de 30.000 a 39.999	15	15,4	14,2	11,6	14,2	13,6	11,6	15,7	14,2
de 40.000 ou mais	39,1	40,6	47,4	47	55,7	13,4	17	28,5	32,3
Salário médio anual	38.924	39.575	47.058	45.647	50.164	24.270	25.750	32.515	34.400

Fonte: Conapo, 2008.

Este diferencial, somado às deterioradas condições socioeconômicas dos migrantes, faz com que sejam contratados nas condições mais precárias dos Estados Unidos. Cerca da metade dos mexicanos (45,5%) recebe menos de 20.000 dólares por ano e apenas 13,4% mais de 40.000, quando 39% do conjunto dos trabalhadores nos Estados Unidos obtêm uma soma superior.

O emprego dos migrantes mexicanos está concentrado nos nichos do mercado de trabalho de menor renda (Cepal, 2006), especialmente da Califórnia e com renda particularmente baixa para a população proveniente do meio rural e indígena.

Na presente década, 20% da força de trabalho mexicana nos Estados Unidos trabalham no meio rural. Isto se deve à mecanização agrícola e à redução do uso de força de trabalho. Por outro lado, a agricultura daquele país tende a empregar força de trabalho mais vulnerável e em condições de trabalho mais precárias, o que facilitou o processo de indigenização mexicana da força de trabalho na agricultura norte-americana. Assim, apesar da redução do setor agrícola como destino da migração mexicana, 77% dos trabalhadores agrícolas nos Estados Unidos são mexicanos e outros 9% são de origem méxico-americana (Durand, 2003).

Durand explica esta concentração mexicana no setor agrícola norte-americano através de seis características: baixo custo (renda inferior a 50% da dos trabalhadores nativos), temporalidade (pelo tipo de migração utilizada),

juventude (49,3% menores de 25 anos e 20% entre 25 e 29 anos), capacitação (conhecimento de terras, plantas e manejo manual das mesmas), mobilidade (aceitação de trabalhar como nômades em condições de aglomeração) e o fato de não ter documentos, que faz com que aceitem condições de trabalho mais arriscadas, precárias e mal pagas (Op. cit.).

No entanto, a mudança na estrutura de emprego no México, em detrimento do setor agropecuário, favoreceu a mudança da origem territorial dos migrantes, aumentando aqueles provenientes dos estados mais pobres e agrícolas.

Assim, a maior parte dos emigrantes mexicanos provinha historicamente da zona central do país, mas recentemente intensificou-se a migração a partir do sul e tende a se universalizar por todo o território mexicano, em concomitância com a diversificação das atividades de destino.

De fato, o esgotamento da força de trabalho agropecuária do México (por emigração aos Estados Unidos e às cidades) favoreceu o início de um auge na contratação de trabalhadores da América Central nas grandes propriedades da fronteira sul do México, em especial no estado de Chiapas.

Qualificação (ocupação)

De maneira coerente com o baixo nível educacional e de renda, os mexicanos contam com a menor proporção latino-americana de profissionais, técnicos, gerentes e afins na PEA dos Estados Unidos. Também devemos considerar a falta de reconhecimento das competências que não tenham sido adquiridas através de sistemas de escolaridade formais. É o caso, por exemplo, da força de trabalho agropecuária, cujas destrezas e conhecimento provêm de sua própria experiência no setor agropecuário mexicano. Ao se tratar de trabalhadores com pouca escolaridade, baixo conhecimento de idiomas (inglês e frequentemente espanhol) e uma situação econômica especialmente delicada, é mais fácil que aceitem piores condições de trabalho e que não lhes sejam reconhecidas capacidades e conhecimentos. Em ocupações com reconhecimento formal, 70% localizam-se em empregos de baixa qualificação: empregados de comércio varejista, pessoal de serviços de atendimento ao cliente, trabalhadores de restaurantes, caixas, pessoal de limpeza, garçons e ajudantes de hospitais (Escobar e Martín, 2007). Por outro lado, estabeleceu-se uma dinâmica de crescente demanda de trabalhadores qualificados, entre os quais encontram-se as enfermeiras e professores universitários.

O maior crescimento do emprego no qual têm papel importante os mexicanos é o dos empregos semiquualificados, tais como jardineiros, cozinheiros, trabalhadores de limpeza, motoristas de carga, garçons e ajudantes de garçons.

4. EFEITOS SOBRE O MÉXICO

4.1 Plano Macro

A emigração gera um conjunto de efeitos positivos e negativos, que impactam tanto em nível macro (econômico e social), como em nível médio (regional e setorial) e micro (na situação específica de lares e empresas). De fato, o juízo de “efeitos positivos” ou “negativos” pode depender da ótica a partir da qual se observa. Uma redução dos custos salariais pode ser percebida como uma deterioração no poder aquisitivo ou como um aumento na competitividade por custos.

No plano macro, a emigração implica uma válvula de escape perante a baixa geração de empregos no México. O êxodo de 400.000 trabalhadores anuais reduz a pressão sobre o mercado de trabalho mexicano, as remessas na balança de pagamentos geram um significativo efeito de amortização no déficit em conta corrente, o que, por sua vez, reduz pressões sobre os equilíbrios financeiros, particularmente no que diz respeito à paridade monetária e ao nível de preços (dado que contribui para manter a capacidade de importação). As remessas equivalem a um montante significativo do PIB (oscilando em torno de 2,5% a 3%) mesmo que a níveis menores aos dos diversos países da América Central e do Caribe. Este nível de crescimento está influenciado pela ampliação no registro das fontes de entrada de divisas.

No entanto, também no plano macro, este nível de migração implica a manutenção de equilíbrios financeiros baseados em externalidades e não no funcionamento próprio da esfera real da economia. Com isso, é produzida a perda de grande parte do *bônus demográfico* derivado da transição demográfica do México, na qual a taxa de dependência da população não economicamente ativa com relação à ativa é reduzida. Isto implica a perda de população qualificada para atividades agropecuárias, a mesma que pode estar disposta a realizar trabalhos agrícolas nos Estados Unidos, mas não no México, dado o diferencial de salários.

A migração favoreceu o crescimento explosivo de algumas cidades fronteiriças, o que contribui para o despovoamento de diversas regiões do país. Gera-se, então, um efeito de regiões que recebem recursos crescentes do exterior, mas com uma população polarizada em estratos etários extremos e pouca população em idade para trabalhar e reativar a economia local. Aglomeração e despovoamento constituem dois dos elementos da polarização territorial. No entanto, as remessas provenientes do exterior também permitem o desenvolvimento da demanda agregada local.

Em nível micro, a migração permite a disponibilidade de recursos para consumo dos lares que contam com o apoio das remessas procedentes do exterior, o que contribui para uma redução da desigualdade. Igualmente, é favorecido o investimento privado, especialmente o realizado pelos trabalhadores que estabelecem um negócio com os recursos obtidos no exterior. Por outro lado, a emigração também gera processos de desestruturação e de destruição de unidades familiares, assim como incerteza para os membros do lar que permanecem no México. Também podem ser gerados processos de endividamento do lar para providenciar o traslado do migrante para o exterior e aceitação de riscos perante a eventual desgraça física ou o fracasso do trabalhador migrante em sua busca por entrar nos Estados Unidos ou de obter uma renda tal que lhe permita enviar remessas.

Em termos produtivos, propicia-se a deterioração da disponibilidade de força de trabalho para as atividades econômicas desenvolvidas em zonas expelidoras (como a agrícola), assim como um duplo efeito no mercado de trabalho: por uma parte um alívio de pressões ante o desemprego e o subemprego local, mas, por outra, escassez de força de trabalho para a reativação de economias locais. A emigração gera um efeito de autorreprodução (os antigos migrantes favorecem a emigração de novos, especialmente familiares e amigos), aguçando o despovoamento e o isolamento da população que se mantém nas regiões expelidoras.

4.2 Estrutura setorial do emprego e da produção

A Pesquisa Nacional de Emprego de 1993 (INEGI, 1994) registrava para aquele ano 8,89 milhões de trabalhadores no setor agropecuário. Quinze anos depois (resultados do primeiro trimestre de 2009), o registro é de 5,45 milhões. A perda de 3,44 milhões de empregos no setor está associada à mudança na estrutura de propriedade da terra, à mudança tecnológica, ao atraso do campo e ao aumento das importações agropecuárias. Entre os principais efeitos desta situação, encontra-se o crescente êxodo dos trabalhadores rurais, especialmente da população jovem.

Sob estas condições, a população no campo tende a envelhecer de maneira acelerada, sem que exista uma geração de substituição similar. O estrato de 60 anos ou mais é maior do que o dos 14 aos 19 e dos 20 aos 29 anos. O grupo de 20 a 29 anos já é menor que o de 30 a 39. De fato, a distribuição por idades no setor agropecuário se mostra altamente contrastante com o resto dos setores.

Tabela 4. *Estrutura por idades da População Ocupada (%)*.

2º Trimestre de 2008	14 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 e mais
Setor agropecuário	14,1	17,2	19,0	16,7	15,0	17,9
Industrial	9,1	27,1	26,4	21,0	11,0	5,3
Serviços	7,7	23,9	26,0	22,3	13,0	7,0
Total	9,0	23,8	25,1	21,2	12,8	8,0

Fonte: INEGI, Pesquisa Nacional de Ocupação e Emprego, 2º trim. 2008.

O setor agropecuário perde peso na estrutura produtiva, passando de 6,7% do PIB total em 1987 para 4,7% vinte anos depois. Se o México depende de vantagens comparativas que incluem a integração da força de trabalho mais pobre e em processo de envelhecimento a esquemas de produção cada vez mais intensivos e especializados para a produção de cultivos de exportação, as capacidades produtivas se deterioram. Enquanto isso, os mexicanos produzem nos Estados Unidos os cereais e bens básicos que são importados e pressionam a inflação no México.

4.3 Mudança de padrões de consumo

Assumindo a tese da integração de redes sociais e de comunidades transnacionais derivadas da migração, esta favoreceu a mudança nos níveis e formas de consumo no interior do México. Os requerimentos básicos de comunicação entre os migrantes e seus dependentes implicaram uma ampla corrida aos serviços de telecomunicações (em especial a internet e a telefonia celular); os envios de divisas favoreceram a expansão dos entes financeiros nas comunidades pequenas; os retornos em férias dos emigrantes implicam a necessidade de serviços de transporte, restaurantes, hotéis e comércios; a imitação dos padrões de vida norte-americanos incidem sobre o tipo de dieta alimentar, sobre o vestuário, a intensidade no uso de bens eletrodomésticos (em especial a televisão); a imagem do êxito está frequentemente associada ao emigrante que parte sem dinheiro e volta com um automóvel ou uma caminhonete equipada; o uso derivado das caminhonetes facilitou o transporte das mercadorias locais. As comunidades migrantes nos Estados Unidos desenvolveram um sincretismo cultural que incide sobre o conjunto de campos da vida e da reprodução social, incluindo mudanças significativas no idioma. Em suma, a influência mexicana nos Estados Unidos tem seu correspondente

inverso, que permeia não somente as zonas expelidoras de trabalhadores, mas o conjunto do território.

4.4 Dependência de remessas

De acordo com o INEGI (2008), a entrada de remessas aumentou a um ritmo de 17,6 durante o período 2000-2007, obtendo o seguinte comportamento.

Tabela 5. México: *Entrada de remessas 2000-2007 (Milhões de US\$ Dólares).*

Ano	Total	Varição anual	Ano	Total	Varição anual
2000	6.572,7		2005	20.283,6	21,24
2001	8.895,3	35,34	2006	23.742,2	17,05
2002	9.814,5	10,33	2007	23.979,0	1,00
2003	13.650,2	39,08	2008	25.137,0	4,83
2004	16.730,1	22,56			

Fonte: INEGI, Remessas familiares, abril 2008.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Renda e Gastos dos Lares (INEGI, 2006), 7% dos lares mexicanos recebem remessas de transferências internacionais. Os montantes são crescentes conforme aumenta o decil de renda ao qual se faça referência, mas, ao mesmo tempo, a importância relativa da remessa com relação à renda corrente do lar é reduzida.

O montante médio de remessas por lar tem sido regular. Situava-se na faixa dos 1.900 a 2.200 dólares anuais nos anos 1990, mas aumentou substancialmente na presente década, quando oscilou entre 2.500 e 3.100 dólares. Paradoxalmente, o peso das remessas na renda dos lares teve papel ascendente nos 1990 e não na atual década, dada a regularidade mencionada, o aumento de outras transferências (como no caso das políticas sociais de transferências monetárias condicionadas) e a estabilidade da paridade cambial, apesar de que no México a inflação é significativamente maior do que nos Estados Unidos (o que faz com que um mesmo montante de dólares implique uma maior perda de poder aquisitivo no México do que nos Estados Unidos). Assim, entre 1992 e o ano 2000, a participação das remessas na renda corrente dos lares que as recebiam aumentou de 29 para 49%, tendo seu peso diminuído até chegar a 32% em 2006.

Tabela 6. Renda corrente dos lares receptores de remessas, 1992-2005.

	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2005
Renda média por lar no conceito de remessas (em dólares)	2113	2170	1942	2074	3002	2585	2937	2490
Proporção da renda por remessas em relação à renda corrente total (por cento)	28,7	35,1	40,9	37,9	48,7	46,7	43,6	40,6

Fonte: Estimativas do Conapo com base na INEGI, Pesquisa Nacional de Gastos e Renda dos Lares (ENIGH), 1992, 1994, 1996, 1998, 2000, 2002, 2004, 2005.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Renda e Gastos dos Lares (ENIGH/INEGI, 2006), quem mais recebe remessas por lar é o decil X e existe uma relação direta entre o montante recebido e a renda total do lar.

Tabela 7. Lares que recebem remessas provenientes do exterior por decil de renda 2006.

Decil	Total de Lares	Lares que Recebem Remessas	Proporção de Lares	Montante Trimestral por Lar	Proporção da Renda Corrente Monetária
TOTAL	26.541.327	1.858.758	7,00%	8.449	31,60%
I	2.654.133	181.608	6,80%	1.931	58,20%
II	2.654.133	244.401	9,20%	4.451	62,00%
III	2.654.133	252.343	9,50%	5.066	50,50%
IV	2.654.133	209.006	7,90%	5.176	40,60%
V	2.654.133	207.185	7,80%	7.938	50,10%
VI	2.654.133	213.964	8,10%	10.919	56,00%
VII	2.654.133	180.721	6,80%	9.905	40,90%
VIII	2.654.133	153.877	5,80%	12.884	40,90%
IX	2.654.133	142.368	5,40%	18.386	42,00%
X	2.654.130	73.293	2,80%	20.949	21,10%

Fonte: Elaboração própria com base na INEGI: Pesquisa Nacional de Renda e Gastos dos Lares, 2006.

No entanto, o mesmo não ocorre com a dependência dos lares com relação a essas remessas. O decil X é o menos dependente delas, posto que somente 2,8% dos lares desse decil são beneficiários da mesma e o peso em sua renda é de 21%. Por outro lado, o decil III (situado em pobreza relativa) é o que apresenta um maior número de lares que recebe tais transferências (9,5%) e estas representam a metade de sua renda. No decil II, a situação é mais delicada, posto que, apesar da proporção de lares dependentes das remessas ser ligeiramente menor (9,2%), os receptores das mesmas dependem em 62% de tais transferências. Em suma, as transferências do exterior sustentam a renda de entre 5 e 10% dos lares de cada decil (com exceção dos de renda maior) e representam entre 40 e 62% da renda corrente monetária desses lares.

5. POLÍTICAS DE MIGRAÇÃO

A abordagem destas políticas implica abordar as estratégias tanto dos Estados Unidos quanto do México.

Os Estados Unidos tiveram comportamentos de flexibilização e endurecimento de suas políticas em função de sua conjuntura econômica, política e até mesmo militar.

Um ponto-chave é o Programa de Legalização da *Immigration Reform and Control Act* (IRCA) (Lei Simpson Rodino), iniciado em 1987. Este implicou simultaneamente um amplo processo de legalização de trabalhadores migrantes e um recrudescimento nas restrições e castigos por contratação para os novos trabalhadores sem documentação.

Nos 1990, estabeleceu-se um novo endurecimento, via mecanismos judiciais, policiaescos e de impedimento físico à migração. Isto elevou a taxa de retorno para o México, que passou de 39,9% em 1992-1997 para 46,1% em 1997-2002 (Escobar e Martín, 2007). A política norte-americana está permeada pela realização recorrente de deportações, que oscilam em torno de 500.000 pessoas por ano (Secretaría de Gobernación, 2004). No entanto, estas se referem a eventos e não pessoas. Um migrante pode ser deportado em diversas ocasiões e retornar enquanto não entrar em um processo de conflito judicial. Assim, o número de deportações é maior do que o número líquido de entradas anuais nos Estados Unidos, mas isso não detém o fluxo contínuo de imigrantes.

O México facilitou o processo migratório em direção aos Estados Unidos e estabeleceu programas de emprego emergente fronteiriço com o endurecimento da política norte-americana. Também gerou programas focalizados de

promoção da migração temporária (como o de trabalhadores migratórios ao Canadá) e a utilização de remessas para o desenvolvimento de programas econômicos e sociais em zonas expelidoras de trabalhadores, em conjunto com os trabalhadores que enviam as remessas, os governos locais das comunidades envolvidas e o governo federal (programa “Três por um”).

O programa de trabalhadores migratórios ao Canadá é um acordo intergovernamental através do qual o México recruta trabalhadores rurais selecionados para diversos processos de colheita no Canadá. As viagens são pagas pelos patrões canadenses, que, por sua vez, têm a possibilidade de requisitar o mesmo trabalhador no ano seguinte. Mediante este mecanismo, evitam-se riscos e corruptelas das quais é vítima o trabalhador migratório sem documentação e garante-se a ida de trabalhadores altamente qualificados ao Canadá.

O Programa *três por um* é um procedimento de repatriação de divisas para o desenvolvimento regional. Para cada dólar alocado por um migrante no desenvolvimento de sua comunidade de origem, o setor público mexicano se compromete a alocar três: um por parte do governo local, outro pelo estatal e mais um do governo federal.

No Plano Nacional de Desenvolvimento 2007-2012 (PND) o fenômeno migratório é tratado focando sua exposição na defesa dos direitos humanos dos migrantes e na geração de “igualdade de oportunidades” da população migrante, sobretudo indígena, para facilitar sua inclusão nos mercados de trabalho. No entanto, não existe uma política migratória integral associada com a promoção do desenvolvimento local, repatriação e integração local das regiões mais expelidoras de mão de obra.

Deste modo, o PND assinala...

A promoção de investimentos produtivos nas regiões expelidoras de mão de obra é fundamental. A única solução de longo prazo para evitar que o país continue perdendo mexicanos valiosos e empreendedores por causa da migração é a geração de empregos bem remunerados.

Esta afirmação parte de três pressupostos: um implícito, no sentido de que a migração é, na balança, um fenômeno negativo que deve ser evitado; o segundo, que a migração é essencialmente um fenômeno derivado do funcionamento do mercado de trabalho; e o terceiro, que o investimento produtivo gerará o emprego necessário para evitar a expulsão de trabalhadores.

Tais pressupostos confrontam a interpretação de que a migração gerou uma série de efeitos benéficos para lares e regiões expelidoras de trabalhadores, para o funcionamento macroeconômico do país de origem (em termos de

renda por remessas, redução de pressões no emprego e redução da pobreza) e para o país de destino. Igualmente, desdenha-se a possibilidade de que a migração não seja somente um fenômeno derivado do mercado de trabalho, mas dependente de vínculos familiares, redes sociais, aspectos culturais etc. Por último, seria necessário precisar não somente que o investimento produtivo gera emprego, mas os critérios para definir *qual* tipo de investimento produtivo é o que geraria um saldo positivo.

Em todo caso, os efeitos perversos da migração não provêm tanto dela em si, mas das condições de insegurança, corrupção, ilegalidade e discriminação em que é exercida. A definição de uma política migratória ordenada poderia ser articulada com o restante das políticas econômicas e sociais de maneira integral, de tal modo que, na política de emprego, advertir-se-iam os setores, regiões e tamanhos de empresa que em maior medida pudessem contribuir para a geração de emprego, a repatriação de migrantes, o aproveitamento das capacidades produtivas, a satisfação de necessidades essenciais e as condições de trabalho digno para a população local.

A visão da migração circunscrita ao funcionamento do mercado de trabalho implicou um desdém de diversas formas de articulação política e econômica de diversas instituições mexicanas com relação às organizações de migrantes mexicanos nos Estados Unidos. Uma forma básica de ação política poderia ser a maior intervenção conjunta das autoridades mexicanas e das organizações de migrantes nos Estados Unidos para a defesa dos direitos econômicos, políticos, sociais e culturais dos mexicanos. Este tipo de ação articulada e eventualmente conjunta permitiria ampliar a pressão em defesa dos trabalhadores.

No plano econômico, uma ação tripartite articulada entre (i) instituições públicas e privadas mexicanas, (ii) de emigrantes do México nos Estados Unidos e (iii) de autoridades norte-americanas poderia elaborar acordos de políticas específicas a partir de acordos de interesse comum tais como:

- Gerar um processo de regulação binacional, com participação cidadã dos migrantes para reduzir a presença de atividades ilegais, tais como o tráfico de pessoas, de drogas, de armas, de mercadorias roubadas, de órgãos humanos etc.
- Propiciar mecanismos não somente para a obtenção de emprego dos migrantes, mas eventualmente para a melhoria no emprego tanto no país de origem como no de destino. Isto poderia ser conseguido através de esquemas de trabalho temporário, nos quais seja permitida a entrada temporária, regular e recorrente de trabalhadores mexicanos nos Estados Unidos, acompanhada de apoios para que esses mesmos trabalhadores

tenham possibilidades de inserção e desenvolvimento produtivo no México durante o restante do ano.

- O anterior implica a possibilidade de gerar uma estratégia orçamentária multianual de apoio aos imigrantes no México, associada a uma política de desenvolvimento regional a favor das regiões altamente expelidoras de mão de obra. Simultaneamente, os demandantes do trabalho de imigrantes nos Estados Unidos poderiam assegurar o transporte anual dos trabalhadores em condições dignas e seguras; as autoridades norte-americanas poderiam facilitar sua entrada temporária e os agrupamentos mexicanos nos Estados Unidos colaborariam com a sua estadia em condições adequadas. Em última instância, caberia a possibilidade de estabelecer orçamentos binacionais de regulação da migração com apoio aos imigrantes.
- Para a geração, no México, de empregos associados à exportação para os Estados Unidos poderiam ser promovidos: o crescimento de “portos secos” em substituição ao esquema de maquila; o estabelecimento de uma estratégia industrializadora de exportação de produtos derivados do agronegócio.
- A elevação do nível educacional dos mexicanos nos Estados Unidos, incluindo o desenvolvimento da escolaridade para adultos em suas próprias línguas, tanto em espanhol como em línguas indígenas.
- A maior busca por acordos entre instituições educacionais do México e Estados Unidos para favorecer a migração temporária de trabalhadores altamente capacitados do México aos Estados Unidos a fim de fomentar as capacidades científico-tecnológicas dos mexicanos nesse país.
- O estabelecimento no México e nos consulados do México nos Estados Unidos de um serviço civil de carreira especializado em assuntos migratórios que permita a geração de uma política de migração regulada e promotora dos direitos econômicos, políticos, sociais e culturais dos migrantes ao mesmo tempo em que favoreça o retorno dos migrantes e sua contribuição com o desenvolvimento local.
- A integração do conjunto das políticas de promoção econômica com a migratória para priorizar o desenvolvimento de regiões, setores econômicos e grupos sociais que (i) freiem o êxodo aos Estados Unidos, (ii) permitam uma melhor reinserção dos trabalhadores repatriados e (iii) atuem como meio de aproveitamento produtivo das remessas em função do desenvolvimento regional. Para tanto, seria indispensável uma maior coordenação entre as secretarias de estado.

- A associação das associações de migrantes com o Banco de Desenvolvimento para propiciar a geração de bolsas comuns de financiamento para o desenvolvimento de ações produtivas, oferta de serviços e de atenção social que, por sua vez, otimizem o uso das remessas e sejam complementadas com apoios públicos.

O anterior implica reforçar o conhecimento local, regional e setorial de:

- (i) As causas específicas da migração e dos problemas associados a ela.
- (ii) As potencialidades das regiões e comunidades expelidoras de trabalhadores, em termos de fixação demográfica; recuperação de vocações locais; desenvolvimento de atividades de impacto no investimento e no consumo local; criação e fortalecimento de cadeias produtivas; localização de instituições para integrar complementaridades estratégicas; defesa do meio ambiente etc.
- (iii) As complementaridades entre a população emigrada aos Estados Unidos e a que permanece no México em cada região expelidora.
- (iv) Os mecanismos possíveis de colaboração, dos atores suscetíveis de facilitar o fortalecimento das redes sociais e os processos de desenvolvimento local.

O anterior implica o estímulo à pesquisa e desenvolvimento, social e tecnológico, dirigido às regiões expelidoras de trabalhadores e aos processos de migração. Na conjuntura de recessão internacional a política associada com os processos migratórios será mais complexa. O risco atual para o México não é a continuação do êxodo de trabalhadores aos Estados Unidos mas que este se detenha ou reverta.

A migração tem sido uma válvula de escape perante a falta de emprego formal e com prestações no México. Tem sido também a segunda fonte de divisas para a economia, o principal mecanismo de redução dos níveis de pobreza, o dinamizador econômico de regiões expelidoras de mão de obra, um motor de crescimento para a economia das cidades fronteiriças, um meio de integração econômica e de influência cultural nos Estados Unidos e uma forma de acesso à capacitação para trabalhadores mexicanos. Apesar de todas as suas desvantagens, já mencionadas, o freio à migração derivado da recessão norte-americana poderá gerar enormes dificuldades como uma reversão dos efeitos positivos assinalados.

No contexto atual, torna-se ainda mais urgente que os programas anti-crise reproduzam o uso de recursos públicos para as regiões e os lares que tenham sido expelidores de trabalhadores, assim como o estabelecimento de

programas emergentes de emprego e inserção produtiva para os trabalhadores que retornem dos Estados Unidos. O possível aumento demográfico das regiões expelidoras de trabalhadores pode permitir uma reinserção dinâmica de tais regiões com o resto do país e favorecer o estabelecimento de cadeias de valor e produtivas que minimizem os efeitos da crise. Para isto, é necessário que, nas discussões sobre a reorientação das políticas produtivas internacionais e na construção de uma nova arquitetura financeira internacional, esteja presente a discussão sobre a mobilidade internacional de pessoas e sua inserção nas políticas sociais e produtivas que surjam como saída para esta crise.

6. CONCLUSÕES

A perda da capacidade produtiva leva a um estancamento econômico com baixa geração de emprego e em condições trabalhistas precárias, resultando natural e atrativo migrar a um dos polos mais atrativos do mundo em termos de remuneração.

A constituição de um amplo espaço internacional e intercultural bifronteiriço gera possibilidades de cooperação internacional que fundamentam a lógica das políticas públicas. Simultaneamente, gera maiores riscos de polarização econômica e social assim como de dependência financeira e produtiva. No plano dos lares pode gerar novas expectativas de bem-estar econômico para grupos populacionais com escassas oportunidades no México, mas ao mesmo tempo pode gerar uma ampla desagregação de lares e uma maior afetação para os que perdem sua principal fonte de renda, ao usufruir a perda ou o abandono de seu principal provedor em um processo de migração.

A migração não é, em si, um fenômeno perverso, a humanidade foi construída graças a ela. No entanto, os efeitos positivos da migração requerem processos reguladores de transferências sociais e de negociações bilaterais e multilaterais que garantam benefícios recíprocos. Nesse sentido, a riqueza da experiência da construção europeia pode servir de aprendizado para os intercâmbios ocorridos entre o México, os Estados Unidos e a América Central nos dias atuais e no futuro próximo.

Luis Ignacio Román Morales é doutor em Economia pela Universidade de Paris VII, investigador nacional (nível 2) do Sistema Nacional de Investigadores do México, professor investigador no Departamento de Economia, Administração e Mercadologia da Universidad ITESO (Universidade Jesuíta em Guadalajara, México) e coordenador da Cátedra Konrad Adenauer nesta universidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANCO DE MÉXICO. *Balanza de Pagos de México*. Cuenta Corriente, 2009. Disponible em: www.banxico.gob.mx
- BARAJAS, Rocío. Desarrollo e innovación: una mirada alterna al problema de la migración en México. In: FORO CONSULTIVO DE CIENCIA Y TECNOLOGÍA, COLEF, Tijuana, fev. 2008.
- CEPAL. *Migración internacional, derechos humanos y desarrollo*. Santiago de Chile: CEPAL, 2006. (Cap. 1: MARTÍNEZ PIZARRO, Jorge (Director de la investigación). Intersecciones entre los procesos migratorios, derechos humanos y el desarrollo. p. 17-68).
- CONSEJO NACIONAL DE POBLACIÓN (CONAPO). Series sobre Migración Internacional, 2008.
- _____. *Migración México-Estados Unidos: panorama regional y estatal*. México: CONAPO, 2005. Disponible em: www.conapo.gob.mx
- CORONA VÁZQUEZ, Rodolfo. Dimensión del fenómeno migratorio en México. In: FORO CONSULTIVO CIENTÍFICO Y TECNOLÓGICO, COLEF, Tijuana, fev. 2008.
- _____. Dimensión y características de la migración internacional. In: CALVA, José Luis (Coord.). *Agenda para el desarrollo*, Vol. 11. México: UNAM/Porrúa/Cámara de Diputados, 2007. p. 99-111.
- CRUZ PIÑEIRO, Rodolfo. Los mexicanos en Estados Unidos: Empleo y Migración. *Revista Demos*, 2003.
- DELGADO WISE, Raúl. Migración y desarrollo: principios para el diseño de políticas públicas. In: FORO CONSULTIVO CIENTÍFICO Y TECNOLÓGICO, COLEF, Tijuana, fev. 2008.
- DURAND, Jorge. *Programas de trabajadores temporales, evaluación y análisis del caso mexicano*. México: CONAPO, 2007. Disponible em: www.conapo.gob.mx
- _____. El subsidio silencioso: mano de obra mexicana en Estados Unidos. In: GENDREAU, Mónica, VALENCIA, Enrique (Coords.). *Hacia la transformación de la política social en México*. México: ITESO/UNICEF/UdeG/UIA Puebla/SEDESOL, 2003. p. 117-135.
- ESCOBAR LATAPÍ, Agustín, MARTÍN, Susana. La gestión migratoria México-Estados Unidos. Un enfoque binacional. In: CALVA, José Luis (Coord.). *Agenda para el desarrollo*, Vol. 11. México: UNAM/Porrúa/Cámara de Diputados, 2007. p. 112-139.
- GIORGULI SAUCEDO, Silvia, GASPAS OLVERA, Selene, LEITE, Paola. *La migración mexicana y El mercado de trabajo estadounidense*. México: Consejo Nacional de Población, 1997.

- HERRERA LIMA, Fernando. Las migraciones y la sociología del trabajo en América Latina. In: GARZA, Enrique De la (Coord.). *Tratado Latinoamericano de Sociología del Trabajo*. México: FCE, 2000. p. 566-591.
- IBARRA MATEOS, Marcela. *Un análisis de los imaginarios sociales en circuitos migratorios transnacionales*. El caso de jóvenes coyuleños migrantes. Tesis doctoral en proceso. Doctorado en Estudios Científico sociales, ITESO, 2008.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA, GEOGRAFÍA E INFORMÁTICA (INEGI). Remesas Familiares. In: FORO CONSULTIVO CIENTÍFICO Y TECNOLÓGICO, COLEF, Tijuana, fev. 2008.
- _____. *Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo (ENOE)*. Datos del 2005 al 2008. Disponible em: www.inegi.gob.mx
- _____. *Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares 2006*. México: INEGI, 2006, 2007. Disponible em: www.inegi.gob.mx
- _____. *Conteo de Población 2005*. Disponible em: www.inegi.gob.mx
- _____. *Encuesta Nacional de Empleo (ENE)*. Datos de 1988 a 2004.
- _____. *Indicadores sociodemográficos de México (1930-2000)*. México: INEGI, 2001. Disponible em: www.inegi.gob.mx
- _____. *Censo General de Población y Vivienda, 2000*.
- _____. *Encuesta Nacional de Dinámica Demográfica, 1997*.
- PORTES, Alejandro, BÖRÖCZ, József. Contemporary immigration: Theoretical perspectives on its determinants and modes of incorporation. *International Migration Review*, Vol. XXIII, n. 3, outono 1989.
- SANTIBAÑEZ ROMELLÓN, Jorge. Migración internacional, de no tener política a aceptar su importancia. *Revista Demos*, 2005.
- SECRETARÍA DE GOBERNACIÓN. *Encuesta sobre Migración en la Frontera Norte de México, 2004*. México: Secretaría de gobernación, Instituto Nacional de Migración, Consejo Nacional de Población, El Colegio de la Frontera Norte (COLEF), 2004.
- UNIÓN DE BANCOS SUIZOS. *Salarios y Precios en el Mundo*, 2006. Disponible em: www.ubs.com
- UNITED NATIONS. *International Migration Report 2002*. New York, 2002.
- _____. *International Migration 2006*. United Nations Publication.
- ZENTENO, René. Desigualdad y migración en México. In: FORO CONSULTIVO DE CIENCIA Y TECNOLOGÍA, Tijuana, fev. 2008.
- ZÚÑIGA, Elena. *Migración y desarrollo, Hacia el diseño de políticas innovadoras en México*. In: FORO CONSULTIVO DE CIENCIA Y TECNOLOGÍA, Tijuana, fev. 2008.

ROBERTO ABUSADA SALAH
CINTHYA PASTOR VARGAS*

INTRODUÇÃO

O número de emigrantes peruanos nas últimas décadas apresentou um forte crescimento e, hoje, mais de 10% dos habitantes do Peru¹ encontram-se residindo fora de suas fronteiras geográficas. Este movimento migratório foi acentuado a partir do ano 2000, o que parece paradoxal dado o crescimento econômico e as grandes melhorias nas cifras macroeconômicas que o Peru apresentou a partir desse ano. Entre os anos 2000 e 2007, o crescimento médio do PIB foi de 5,1%, a inflação média foi de 2,3% e a dívida do setor público foi reduzida de 45,7% do PIB no ano 2000 para 29,1% do PIB em 2007. No entanto, não foi possível reduzir significativamente o nível de pobreza e, em 2007, 39,3% da população encontravam-se nessa situação.

Portanto, a desigualdade na distribuição da renda e a sua concentração em uma pequena porção da população refletem um dos principais problemas que afligem o Peru e representam fator determinante para a emigração de peruanos.

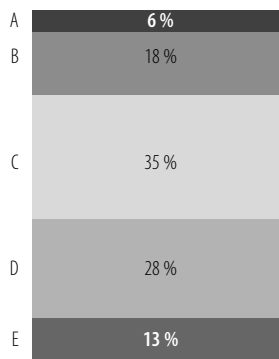
* Agradecemos a ajuda de Alfonso Fernández Lazo na elaboração do documento.

¹ Segundo o último censo realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INEI) em 2007, a população do Peru é de aproximadamente 28.220.764 habitantes.

Tabela I. *Nível de pobreza no Peru, 2004-2007. (% da população)*

	2004	2005	2006	2007
Nacional	48,6	48,7	44,5	39,3
Litoral	35,1	34,2	28,7	22,6
Serra	64,7	65,6	63,4	60,1
Selva	57,7	60,3	56,6	48,4

Fonte: INEI, 2008.

Gráfico I. *Grande Lima – Distribuição dos lares por nível socioeconômico, 2008. (% do total de entrevistados)*

Nota: O nível socioeconômico A corresponde aos lares com maior renda, enquanto que o nível socioeconômico E corresponde aos lares com menor renda.

Fonte: Ipsos Apoyo Opinión y Mercado, 2008.

No entanto, o movimento da população, além de responder a fatores socioeconômicos, pode ser impulsionado pela falta de estabilidade ou a fragilidade dos regimes democráticos, a existência de conflitos armados internos, a incapacidade do sistema produtivo de absorver adequadamente a mão de obra disponível, entre outros.

Por outro lado, a importância da migração não pode ser compreendida sem o estudo do envio de remessas, já que, como mencionam Fanjnzyllber e López (2008), ambas são, na realidade, “duas faces da mesma moeda”. Assim cabe ressaltar que, segundo cálculos do BID, o fluxo de remessas em 2007 chegou a representar US\$ 2.900, e estima-se que, para 2008, o montante cresça cerca de 10%.

O presente artigo busca identificar as tendências e fazer a caracterização dos principais movimentos migratórios no Peru, além de analisar as causas e os efeitos destes movimentos. Do mesmo modo, pretende mostrar quais são os potenciais benefícios e os custos da migração e com que tipos de política o problema pode ser enfrentado.

Na Seção 1 são analisadas as tendências migratórias, tanto históricas quanto recentes dentro do Peru, ao passo que, na segunda seção, realiza-se uma caracterização dos emigrantes peruanos respectivamente. É relevante mencionar que o artigo concentra-se na emigração de peruanos uma vez que, apesar de o Peru ter sido um país receptor de imigrantes entre 1920 e 1950, a partir de 1950, o país deixa de sê-lo e se converte em um emissor de emigrantes, tendência que se mantém até os dias de hoje. Assim, a imigração é considerada um fenômeno pouco significativo no Peru e para o qual não há uma série formal de estatísticas.

As estatísticas apresentadas nestas seções, relacionadas à emigração são originárias de duas fontes. Em primeiro lugar, foi utilizado o registro de entradas e saídas de peruanos e estrangeiros administrado pela Direção Geral de Migrações e Naturalização do Ministério do Interior (DIGEMIN), que considera os dados registrados na base de dados do Cartão Andino de Migração (*Tarjeta Andina de Migración – TAM*) em cada ponto de controle migratório, o qual deve ser preenchido toda vez que um peruano sair ou entrar no território nacional. Cabe ressaltar que uma das limitações do presente estudo é que, até poucos anos atrás, não existia um sistema adequado de coleta de informação migratória, o que impedia a correta caracterização dos emigrantes peruanos, a elaboração de séries históricas e a medição do impacto das políticas aplicadas. Por isso, calculava-se a magnitude do número de peruanos radicados no exterior a partir da subtração entre o número de saídas de peruanos para o exterior e o número de entradas de peruanos vindos do exterior. No entanto, graças a um Convênio de Cooperação Técnica entre o Instituto Nacional de Estatística e Informática (INEI), a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a DIGEMIN, estabeleceu-se a utilização sistemática e consistente dos dados proporcionados pelo cartão TAM. Assim, graças à obrigatoriedade de preenchimento deste por todo peruano que sai ou entra no país, foi possível criar uma base de dados desde 1990, que é mantida atualizada diariamente e constitui a única fonte de informação contínua.

Em segundo lugar, dado que o cartão TAM não reúne todas as características dos emigrantes, tomaram-se como fonte os dados do Censo Nacional Contínuo (*Encuesta Nacional Continua – ENCO*) 2006, elaborado pelo INEI, que, apesar de ser um censo pouco abrangente e de alcance limitado,

permite identificar se no lar pesquisado existe algum membro que tenha emigrado e se ele envia remessas. Com base neste censo podem-se, então, conhecer as características do lar receptor das remessas. O censo ENCO é realizado em nível nacional nas áreas urbana e rural dos 24 departamentos e da Província Constitucional do Callao.

A terceira seção mostra a evolução socioeconômica da emigração nas famílias receptoras de remessas analisando o impacto que as remessas poderiam ter sobre a pobreza e a renda das famílias peruanas. Os resultados obtidos para a Seção 3.3 utilizaram o Censo Nacional de Lares (ENAHO) 2007 elaborado pelo INEI. Este é um censo extenso que permite, entre outros temas, identificar, com maior nível de detalhamento que o ENCO, se a família recebeu ou não remessas, os montantes recebidos, as rubricas para as quais as remessas são destinadas, entre outros.

Na quarta seção são descritas algumas políticas migratórias já implementadas e são propostas algumas mudanças e/ou políticas que poderiam ser implementadas para atenuar os efeitos da emigração no Peru. Finalmente, na quinta seção, o estudo é concluído.

I. TENDÊNCIAS MIGRATÓRIAS RECENTES

O fenômeno da migração de peruanos ao exterior tem apresentado uma forte tendência de alta particularmente nos últimos 25 anos. Partindo da definição de que no caso peruano um emigrante é aquele que deixa o país por mais de 6 meses, em 1980 calculava-se que a população peruana no exterior era de 500 mil pessoas. Segundo Altamirano (2006), no início dos anos 1990, esta cifra elevou-se para um milhão de pessoas e, segundo cálculos oficiais, estimava-se que cerca de 2,8 milhões de peruanos encontravam-se residindo no exterior no ano 2005, o que representa um crescimento de mais de 460% com relação ao valor da década de 1980. A onda migratória presenciada no Peru é o resultado de um conjunto de forças tanto sociais quanto econômicas e políticas que se desenvolvem de maneira paralela à história recente do país. Fazendo um estudo destas forças, Altamirano (2006) sintetiza a história recente das migrações a partir do e em direção ao Peru em cinco fases desde o início do século XX até o presente momento.

1.1 Primeira Fase (1920-1950)

Nesta primeira fase, o Peru se desenvolve basicamente como um país receptor de imigrantes, principalmente provenientes da Europa. No caso dos

migrantes do Peru em direção ao resto de países, há registros de migrações muito limitadas e principalmente orientadas para as grandes metrópoles da Europa. Neste caso, a grande maioria dos emigrantes peruanos pertencia à oligarquia comercial, proprietária de terras e industrial. Para estes grupos sociais, migrar e poder inserir-se nas sociedades europeias era sinal de prestígio e de poder.

1.2 Segunda fase (1950-1970)

Nesta etapa começa a emigração de cidadãos peruanos de classe média, médios empresários e estudantes. Estes dirigem-se principalmente aos Estados Unidos, posto que nesse país ocorria importante crescimento nos âmbitos econômico e populacional. Apesar das emigrações para os países da Europa Ocidental continuarem sendo compostas em sua maioria pela classe alta de Lima, na década de 1960, observa-se um fluxo importante de emigrantes peruanos para a França objetivando estudos universitários. Nessa década, experimenta-se o que Altamirano chama de “a transição na migração transnacional”, isto é, o Peru deixa de ser um país de imigrantes e se converte em um país de emigrantes. Esta tendência é mantida até os dias de hoje.

1.3 Terceira fase (1970-1980)

Durante esta década, a emigração de estudantes e trabalhadores de classe média começa a se tornar maça e os grandes fluxos de emigrantes dirigem-se principalmente para os Estados Unidos e, pela primeira vez, para o Canadá. Observa-se, além da emigração aos tradicionais destinos da Europa Ocidental, um incremento nas emigrações em direção aos países socialistas, migração que possuía um caráter principalmente educativo e cultural.

1.4 Quarta fase (1980-1990)²

Neste período, quase todas as classes sociais se encontravam representadas nos fluxos migratórios. Pela primeira vez, os países escandinavos receberam peruanos, sobretudo trabalhadores braçais e refugiados políticos.

2 O presente artigo exclui os dois primeiros anos da década de 1990, pois são incluídos na quarta fase identificada por Altamirano (2006).

Outrossim, na segunda metade da década de 1980, o Japão começa a receber, em sua costa, milhares de trabalhadores peruanos. É relevante ressaltar que um fenômeno importante ocorrido neste período é a integração das mulheres ao processo migratório, que vinha se desenvolvendo desde a década de 1950, muitas delas procedentes de povoados da serra peruana.

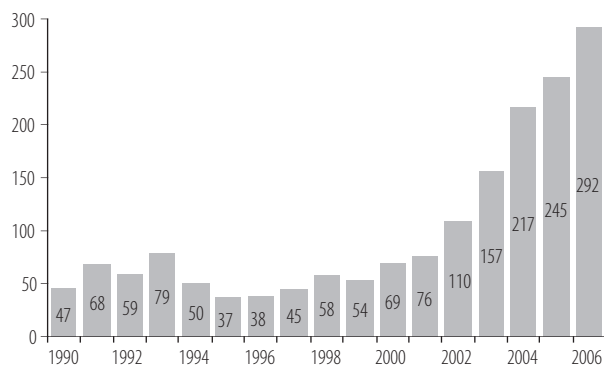
1.5 Quinta fase (1990 até os dias atuais)

Nesta fase, a emigração acaba se convertendo em um fenômeno maciço que abrange praticamente todas as classes sociais do Peru. A principal característica deste período é o aumento exponencial do número de emigrantes que, como será visto posteriormente, dá-se principalmente na chegada do século XXI. A magnitude deste fenômeno conseguiu ser captada graças às estatísticas elaboradas pela Direção Geral de Migrações e Naturalização do Ministério do Interior (DIGEMIN), a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Instituto Nacional de Estatística (INEI). Desde 1990, estas instituições vêm elaborando uma base de dados que permite identificar quem saiu do país por qualquer dos terminais existentes em todo o território nacional. A seguir, são apresentadas as principais observações realizadas pelas instituições mencionadas anteriormente.³

Em primeiro lugar, em relação ao número de peruanos que emigraram ao exterior, para o período janeiro 1990 – junho 2007, há registro de 1.940.817 pessoas, cifra que mediante um cálculo simples apresenta uma média de aproximadamente 108.000 emigrantes por ano, embora este número deva ser considerado com cautela, posto que o fluxo de emigrantes acelerou-se a um ritmo sem precedentes nos últimos anos. Deste modo, em 1990 migraram para fora do Peru 46.506 habitantes, ao passo que, no ano de 2006, esta cifra aumentou em mais de 500%, chegando a 291.500 pessoas.

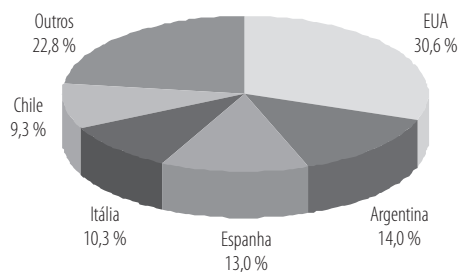
Com relação ao destino dos emigrantes peruanos, em termos acumulados entre 1990 e 2007, 67% dos emigrantes peruanos escolheram como continente de destino a América (1.299.385 peruanos), 28,4%, a Europa (551.189 peruanos), 4%, a Ásia (76.700 peruanos) e 0,7%, a África e Oceania (13.543 peruanos). E os principais países de destino dos emigrantes peruanos entre 1990 e 2007 foram: Estados Unidos (30,6%), Argentina (14%), Espanha (13%), Chile (9,3%), Japão (3,7%) e Venezuela (3,1%).

3 Dada a disponibilidade de informação, as cifras apresentadas no artigo correspondentes ao ano 2007 encontram-se até junho desse ano.

Gráfico 2. *Emigração internacional de peruanos, 1990-2006. (mil emigrantes)*

Nota: A informação contida entre os anos 1990 e 1993 considera somente os saldos publicados no Anuário de Migrações 2003. A partir do ano 1994, consideram-se os resultados derivados da base de dados criada em função do Cartão Andino de Migrações (*Tarjeta Andina de Migraciones – TAM*)

Fonte: Peru: Estatísticas da Migração Internacional de Peruanos 1990 – 2007, OIM, DIGEMIN e INEI (2008).

Gráfico 3. *Principais países de destino dos emigrantes peruanos, 1990-2007. (% do total acumulado de emigrantes)*

Nota: A informação contida entre os anos 1990 e 1993 considera somente os saldos publicados no Anuário de Migrações 2003. A partir do ano 1994 consideram-se os resultados derivados da base de dados criada em função do Cartão Andino de Migrações (*Tarjeta Andina de Migraciones – TAM*). Os dados de 2007 se encontram até o mês de junho.

Fonte: Características dos migrantes internacionais, lares de origem e receptores de remessas, OIM, INEI (2008).

Para o caso dos Estados Unidos, as cifras mostram que foi o destino favorito dos emigrantes peruanos. Isto poderia ser explicado pelas maiores oportunidades de trabalho, mas também pelo diferencial salarial da mão de obra não qualificada com relação ao Peru. Esta migração, que não é específica dos

peruanos, explica a rigidez por parte das autoridades migratórias norte-americanas no que diz respeito aos controles de acesso ao país e à obtenção de vistos. Com relação à Europa, dentro da qual o destino preferido dos peruanos emigrantes é a Espanha, as dificuldades são ainda maiores, devido aos mais altos custos de viagem, estadia e às dificuldades para obtenção do visto e da permissão de residência, produto da rígida política migratória imposta pelas autoridades europeias. No caso da América do Sul, os custos menores e a ausência de restrições à mobilidade de pessoas (por exemplo, não se exige visto para visitar Argentina, Chile, Colômbia, Brasil, Equador ou Uruguai) favorecem o maior fluxo de peruanos em direção aos países da região, sendo a Argentina o destino preferido. No caso da Bolívia, país com regular entrada de peruanos, existe um fenômeno de caráter marcadamente cultural e comercial, dada a proximidade entre Puno e La Paz, cidades que criaram fortes vínculos mercantis. A maioria dos emigrantes peruanos para a Bolívia pertence a níveis socioeconômicos baixos e compartilham costumes ancestrais com os povos bolivianos.

A dinâmica das migrações ao exterior nas duas últimas décadas do século XX deve ser entendida como um fenômeno intimamente ligado aos acontecimentos políticos e econômicos do país. Assim, uma das razões que poderia explicar a emigração no Peru é o menor custo da mão de obra peruana com relação ao custo da mão de obra em outros países para alguns trabalhos operários ou não qualificados, que não requerem muita capacitação ou preparação. Por outro lado, Altamirano (2006) menciona que, quanto maior for a crise econômica e política, maior será o saldo migratório⁴ do período.

Assim, por exemplo, no período imediatamente posterior ao primeiro governo de Alan García (julho 1985 – julho 1990), que foi um período marcado por muita instabilidade no Peru, produto da violência política e de fundo econômico (nos 5 anos de governo de García, a inflação acumulada chegou a 2.000.000%, o Produto per Capita entre 1985 e 1989 caiu aproximadamente 14%, deu-se um isolamento econômico, financeiro e comercial, o Peru esteve a ponto de ser expulso do FMI e do Banco Mundial, entre outros), observa-se um elevando aumento no fluxo de emigrantes peruanos, passando de 32.000 em 1985 a 75.000 em 1990. O saldo migratório estabilizou-se a partir de 1992 com a captura do líder senderista Abimael Guzmán e a volta ao caminho da estabilidade macroeconômica. Igualmente, durante o caos político que se viveu no Peru ao final do governo de Fujimori, que coïn-

4 Diferença entre peruanos que saem do país e peruanos que entram.

cide com a turbulência financeira associada às crises russa e brasileira, observa-se um aumento no fluxo de emigrantes.

Para Altamirano, o aumento sem precedentes que se observa a partir de 2002 tem correlação não somente com fatores locais, como a falta de governabilidade no Peru, mas também com causas externas que surgem do “mercado trabalhista global, das redes transnacionais, da revolução dos meios de comunicação e do problema do estancamento ou decréscimo da população nos países ricos” (Altamirano, 2006:121).

Como conclusão, pode-se assinalar que, ao longo dos últimos 90 anos, o processo migratório do Peru passou por várias etapas, cada uma delas intimamente relacionada aos acontecimentos políticos, econômicos e sociais do país. Através de sua história republicana recente, o Peru passou de um país receptor líquido de migrantes no início dos anos 1920 – basicamente europeus que vinham com a ideia de “fazer a América” – revertendo a situação em meados do século XX, até se converter no país emissor líquido de migrantes que é hoje em dia. Ao longo de todo esse tempo, os EUA se tornaram o principal destino dos emigrantes peruanos.

2. CARACTERIZAÇÃO DOS IMIGRANTES

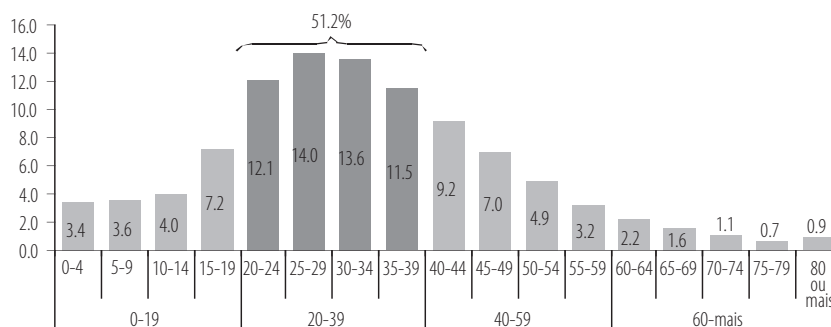
A presente seção apresenta as principais características dos emigrantes peruanos como gênero, idade, ocupação, entre outros.

Em termos gerais, pode-se começar assinalando a semelhança que existe no que diz respeito ao gênero dos emigrantes que saíram do país desde o ano de 1990. Assim, do total acumulado de emigrantes peruanos entre 1990 e 2007, 51,25% foram mulheres, enquanto 48,75% foram homens, tendo permanecido ambos os níveis muito próximos entre si ao longo de todo o período do estudo. Apesar da pouca significativa diferença entre os gêneros, existem países que recebem maior fluxo de mulheres peruanas – como Argentina, Chile, Itália, Alemanha, França, Suíça e Países Baixos –, enquanto países como Venezuela, Bolívia, Brasil, Equador, México, Colômbia e Reino Unido vêm recebendo uma quantidade maior de homens. A diferença estaria explicada, entre outros fatores, por algumas políticas implementadas em certos países receptores que incentivam a migração de profissionais para certos trabalhos que são tradicionalmente realizados por apenas um dos sexos. O caso das recentes políticas de recepção de enfermeiras em alguns países da Europa constitui um claro exemplo deste tipo de medidas. Além disso, cabe ressaltar que, no caso dos Estados Unidos e da Espanha, que são os principais destinos

dos emigrantes peruanos, há um fluxo quase homogêneo de mulheres e homens.

Com relação à idade dos peruanos ao emigrar, entre 1994 e 2007, 51,2% do total dos emigrantes se encontravam na faixa entre 20 e 39 anos. Isto poderia ser explicado pela maior facilidade que as pessoas pertencentes a este grupo etário têm para se adaptar a novas condições de atividade, dada sua escassa experiência de trabalho e as poucas responsabilidades familiares. Em segundo lugar, encontravam-se as pessoas entre 40 e 59 anos, que representam 24,3% do total de emigrantes. O grupo de emigrantes entre 0 e 19 anos também é importante e representa 18,2% do total de emigrantes.

Gráfico 4. Distribuição de emigrantes peruanos conforme a idade, 1994-2007. (% do total de emigrantes)



Fonte: Peru: Estatísticas da Migração Internacional de Peruanos 1990-2007, OIM, DIGEMIN e INEI (2008).

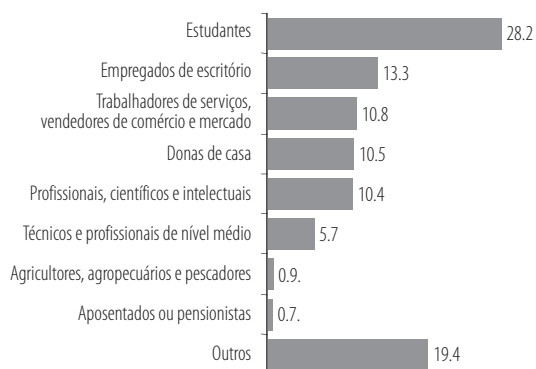
Cabe ressaltar que a diferença entre o número de emigrantes masculinos e femininos vai se tornando considerável à medida que aumenta a idade, aumentando a proporção de emigrantes do gênero feminino quanto maior for a faixa etária (por exemplo, as mulheres representam 62,4% para o grupo de idade entre 75 e 79 anos).

Com relação ao estado civil dos peruanos ao emigrar, em primeiro lugar encontram-se os solteiros, que representaram, entre 1994 e 2007, 74,4%, seguidos pelos casados (19%). Cabe ressaltar que há uma distribuição similar de gêneros entre as pessoas solteiras e casadas, no entanto, para o caso dos emigrantes viúvos e divorciados (que representam apenas 0,6% do total dos emigrantes), a maioria pertence ao gênero feminino (87,7% e 70,9%, respectivamente).

Com relação à ocupação ou profissão dos emigrantes no momento de sair do país, entre 1994 e 2007, a maioria dos emigrantes era estudante (28,2%).

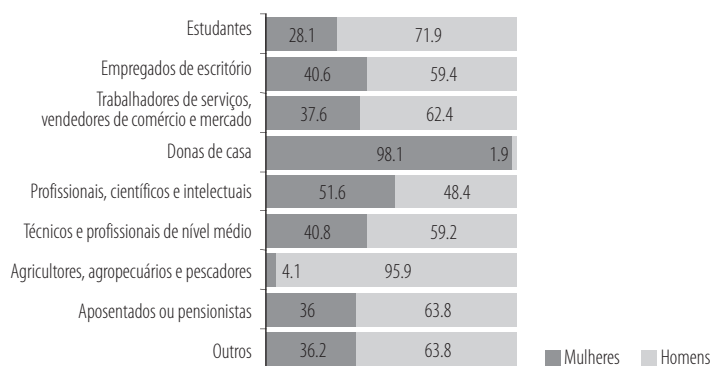
Entre outras ocupações representativas encontram-se os empregados de escritório, que representam 13,3%. Em seguida, encontram-se os trabalhadores do setor de serviços, vendedores de comércio e mercado, que representam 10,8% do total de emigrantes; as donas de casa representam 10,5% e os profissionais, científicos e intelectuais representam 10,4% dos emigrantes. Além disso, 5,7% dos emigrantes eram técnicos e profissionais de nível médio.

Gráfico 5. Distribuição da ocupação dos emigrantes peruanos, 1994-2007. (% do total de emigrantes)



Fonte: Peru: Estatísticas da Migração Internacional de Peruanos 1990-2007, OIM, DIGEMIN e INEI (2008).

Gráfico 6. Distribuição da ocupação dos emigrantes peruanos por gênero, 1994-2007. (% dentro de cada grupo ocupacional)



Fonte: Peru: Estatísticas da Migração Internacional de Peruanos 1990-2007, OIM, DIGEMIN e INEI (2008).

Com relação ao lugar de procedência dos emigrantes peruanos, entre 1994 e 2007, 71,1% dos emigrantes peruanos vieram dos Departamentos da região litorânea, 25,9%, dos Departamentos da serra e apenas 3% dos Departamentos da selva. Cabe ressaltar que, em nível nacional, 13,1% dos emigrantes peruanos teve Lima como última residência. O Departamento de Puno se destaca com 14,7% dos emigrantes peruanos.

Em conclusão, deve-se assinalar que, no que diz respeito ao gênero dos emigrantes, o fluxo é muito similar. Além disso, a idade dos emigrantes situa-se majoritariamente entre 20 e 39 anos, havendo aumento da diferença entre emigrantes homens e mulheres, a favor do gênero feminino, à medida em que a idade aumenta. Em relação ao estado civil dos emigrantes e sua ocupação, aproximadamente 75% afirma ser solteiro e mais de 25% menciona estar seguindo algum tipo de estudo. Finalmente, mais de um terço dos emigrantes peruanos vem de Lima.

3. AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS FAMÍLIAS RECEPTORAS DE REMESSAS

A presente seção analisa o impacto que as remessas podem ter sobre a pobreza e a renda das famílias peruanas. Para isso, em primeiro lugar são apresentadas as características mais importantes das famílias receptoras de remessas, para em seguida analisar algumas relações identificadas previamente por outros autores, como a relação existente entre as transferências do exterior e alguns hábitos de consumo e investimento das famílias; a correspondência entre o fato de uma família receber remessas e se encontrar ou não sob a linha de pobreza, e a forma com a qual são utilizados os fluxos de remessas na maioria dos casos. Do mesmo modo, é apresentado um anexo, no qual, utilizando uma metodologia similar à utilizada em estudos prévios sobre migração, avalia-se o impacto do recebimento de remessas sobre a pobreza.

3.1 Caracterização das famílias receptoras de remessas

Segundo Fanjnzylber e López (2008), no ano 2001, o Peru era o país com o menor percentual de famílias receptoras de remessas da região (3%), seguido de perto pela Bolívia, Paraguai e Equador. Partindo de uma análise do mais recente Censo Nacional de Lares (ENAH0 2007), pode-se chegar à conclusão de que a situação no Peru não mudou muito desde então, já que aproximadamente 317 mil famílias recebem remessas, isto é, menos de 4,75% do total de famílias perante os 3% estimados em 2001.

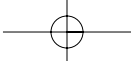
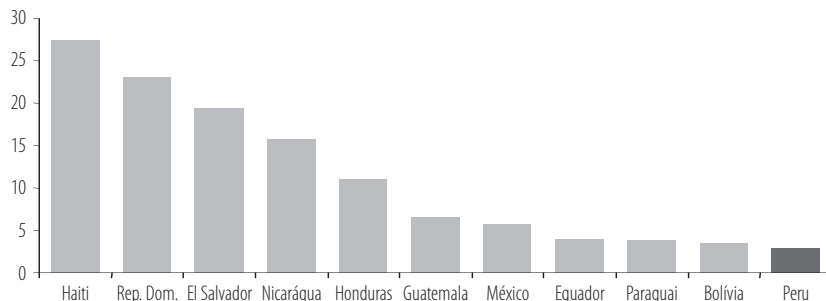


Gráfico 7. Famílias receptoras de remessas por país, 2001.
(% do total de famílias)

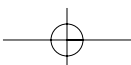
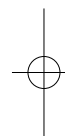
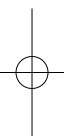


Fonte: Fanjnzylber y López, 2008.

Tabela 2. Perfil das famílias receptoras de remessas no Peru.

País	Peru
Principais cidades receptoras	Lima, Huancayo e Piura
Lugar de procedência de remessas	Estados Unidos 50% Europa 26% América Latina 18% Outros 6%
Número de vezes ao ano em que recebe remessas (média)	9
Montante médio de recebimento	\$16
Modo de envio e custo	Meios formais 59% <i>companhias internacionais</i> 24% <i>entidades financeiras</i> 35% Meios informais 41% <i>curier ou correio</i> 15% <i>viajantes</i> 26%
% de recebedores que utilizam as remessas em despesa corrente	60
Dentre as pessoas que preveem investir as remessas que recebem, que usos lhes dão?	Empreender um negócio 51% Educação 21%
% de recebedores com conta bancária	33
% de recebedores que sabem operar um caixa automático	66

Fonte: BID (2006) – Censo de opinião pública de recebedores de remessas no Peru, Bendixen & Associates.



Em termos gerais, o perfil do receptor de remessas no Peru é de uma natureza muito particular. A seguir, são listadas algumas de suas características mais marcantes, segundo o Censo de Opinião Pública de Receptores de Remessas no Peru, realizado no ano 2006 por solicitação do Fundo Multilateral de Investimentos (FOMIN) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) à consultoria Bendixen & Associates.

Fazendo uma análise comparativa em nível regional, identifica-se que os resultados obtidos para o Peru são muito similares aos observados na Colômbia, Bolívia e Equador, enquanto se verificam grandes diferenças com alguns países mais dependentes de remessas, como o México. O montante médio recebido por remessas no Peru (US\$ 166) encontra-se em linha com as médias declaradas pelo restante dos países andinos (Bolívia, Equador e Colômbia têm montantes médios enviados de US\$ 165, US\$ 175 e US\$ 223, respectivamente). Outrossim, no Peru, as remessas enviadas dos EUA representam 50% do total de remessas, situação similar à do Brasil, República Dominicana e Equador. Em países da América Central, como Honduras ou El Salvador, ao contrário, este montante chega a representar mais de 90%. Por outro lado, com relação ao montante enviado por remessa ao Peru, que em 2006 representou aproximadamente 3% do PIB segundo o BID, há muitas diferenças entre os países da região. Assim, as remessas no Brasil alcançam apenas 0,7% do PIB, enquanto na Guatemala representam 25% do PIB. Estas diferenças se devem a fato de que o número de emigrantes que envia remessas varia entre os países de acordo com a população, além do que se deve levar em conta que os montantes calculados por envio de remessas encontram-se subestimados em alguns países devido à existência de canais informais de envio.

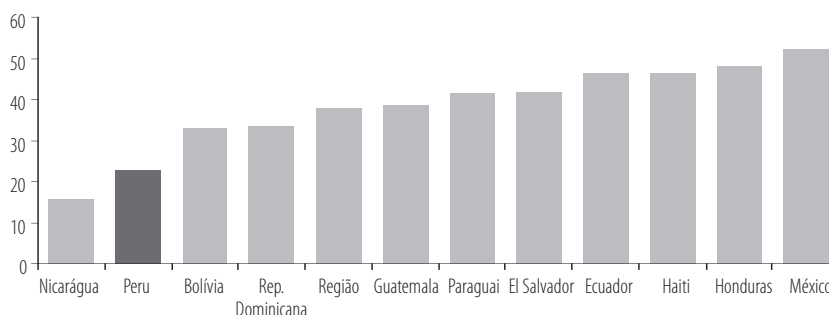
Tabela 3. Remessas na região, 2006.

	Remessas		Remessas		
	(milhões de US\$)	(% do PIB)	(milhões de US\$)	(% do PIB)	
México	23.000	2,40	Bolívia	1.000	8,96
Brasil	7.300	0,68	Rep. Dominicana	2.900	9,11
Colômbia	4.200	2,74	Guatemala	3.600	10,19
Peru	2.800	3,03	El Salvador	3.300	17,69
Equador	2.900	7,00	Honduras	2.300	24,91
Paraguai	650	7,01			

Fonte: BID (2006) – Censo de opinião pública de recebedores de remessas no Peru, Bendixen & Associates.

A respeito da importância das remessas dentro da renda total das famílias receptoras no Peru, os resultados derivados do censo ENAHO 2007 permitem concluir que, em média, as remessas representam aproximadamente 20,08% da renda destas famílias. Segundo Fajnzylber e López (2008), este número é um dos mais baixos da região, uma vez que, para o resto dos países, o percentual de renda de cada família representado pelas remessas varia entre 30% e 50%, situando-se abaixo desta faixa apenas Peru e Nicarágua.

Gráfico 8. Remessas no Peru, 2001. (% da renda das famílias)



Fonte: Fajnzylber y López, 2008.

Os dados apresentados anteriormente nos permitem verificar que, comparado aos demais países da região, o Peru é um dos que ocupa posição inferior no *ranking* com relação ao número de famílias que recebem remessas, já que mais de 15% do total de famílias em cada um dos países da América Central, como Haiti, República Dominicana e Nicarágua recebem remessas. No entanto, ainda que no Peru menos de 5% das famílias recebam remessas, elas representam 20% da renda destas famílias.

3.2 Principais observações de estudos prévios

No estudo de Fajnzylber e López (2008), *Remittances and Development: Lessons from Latin America*, editado pelo Banco Mundial, é feita uma análise do impacto das remessas mediante a construção de cenários contrafactuais com informação do ano 2002 para um conjunto de países. O cenário contrafactual analisa como a família teria se comportado se a pessoa que envia as remessas não tivesse emigrado; isto é, sem o recebimento das remessas. A seguir, são destacados os principais resultados desse estudo para o caso peruano.

Em primeiro lugar, com relação ao nível de pobreza, Fajnzylber e López identificam que o recebimento de remessas gera uma redução da pobreza já que os resultados mostram que a renda de um lar considerando o recebimento de remessas não consegue ser substituída completamente pela renda gerada caso a pessoa que envia as remessas não tivesse emigrado. Portanto, pode-se observar que, sob o cenário contrafactual, há mais famílias na pobreza extrema ou na pobreza do que no cenário normal. É importante mencionar que, apesar de identificar o efeito das remessas sobre a pobreza, é provável que este impacto esteja subestimado, uma vez que o recebimento de remessas não gera imediatamente a saída da pobreza, sendo este um processo dinâmico já que as melhorias na qualidade de vida e o acesso a serviços demandam um certo tempo. Do mesmo modo, o efeito também estaria subestimado devido ao fato de a informação ter sido coletada em um dado momento no tempo (ENAH0, 2007), sendo possível ter receptores de remessas que já se encontrem no processo de saída da pobreza e que não tenham sido considerados nos resultados.

Em segundo lugar, Fajnzylber e López identificam o impacto das remessas na distribuição da riqueza. Deste modo, ao excluir as remessas como parte da renda das famílias no Peru (cenário contrafactual), o coeficiente de Gini⁵ é ligeiramente superior àquele do cenário normal, o que indica que, no caso de não haver ocorrido a migração, a distribuição da riqueza teria sido mais desigual.

Em terceiro lugar, Fajnzylber e López identificam o impacto do recebimento de remessas na taxa de poupança das famílias. Desta forma, mostram que existem diferenças entre as famílias de acordo com os níveis de renda, os quais são definidos mediante a distribuição por quintis⁶ da renda contrafactual. Desta maneira, pode-se notar que as famílias pobres, aquelas correspondentes ao primeiro quintil, poupam uma proporção pequena de sua renda.

5 O coeficiente de Gini é o indicador mais utilizado para medir a desigualdade na distribuição da riqueza em uma sociedade. Define-se como um raio que vai de 1 a 0, obtendo 0 aquela sociedade perfeitamente igualitária (todos os indivíduos recebem a mesma proporção da renda), enquanto uma sociedade perfeitamente desigual (somente um indivíduo tem toda a renda, enquanto os demais não têm nada) obteria um Gini de 1.

6 Um quintil é a quinta parte de uma população ordenada do menor ao maior em função de alguma característica sua, neste caso, a população se organiza de acordo com o nível de renda. Assim, o primeiro quintil representa 20% da porção da população mais pobre; o segundo quintil é o nível seguinte e assim sucessivamente até o quinto quintil que representa a população mais rica.

No entanto, percebe-se que as famílias pobres que recebem remessas poupam uma maior proporção de sua renda com relação às famílias pobres não receptoras. Com relação às famílias dos quintis correspondentes à classe média, elas apresentam maiores taxas de poupança que as famílias pobres. Com relação às famílias mais ricas, as famílias receptoras de remessas apresentam menores níveis de poupança que aquelas não receptoras de remessas.

Tabela 4. Taxa de poupança das famílias peruanas de acordo com o quintil de renda, 2002. (% da renda familiar)

Quintil de rendimento contrafactual	Famílias receptoras de remessas	Famílias não receptoras de remessas
Q1	10,5	3,4
Q2	10,4	13,1
Q3	27,8	19,6
Q4	18,1	27,3
Q5	19,2	39,8

Fonte: Remittances and Development: Lessons from Latin America.

No que diz respeito aos hábitos de consumo no Peru, Fajnzylber e López identificam que as famílias receptoras de remessas tendem a destinar um maior percentual de sua renda total a investimentos em capital humano relacionados com educação e saúde, assim como também observa-se um incremento no consumo de bens não duráveis. Estes resultados encontram-se em linha com aqueles encontrados por Loveday e Molina (2006), que sugerem que poderia existir uma relação direta entre o recebimento de remessas e os gastos da família com saúde e educação.⁷

Fajnzylber e López também encontraram evidência de diminuição da proporção do gasto destinado a alimentos e bens duráveis para outros 6 países da região, assim como um aumento da proporção destinada a bens não duráveis e a investimentos em capital físico e humano, como saúde, educação e habitação, por parte das famílias receptoras de remessas quando comparadas com famílias não receptoras. Os autores ressaltam que estes resultados são sig-

7 Os autores mencionam que um dos achados da pesquisa é que, em todo o Peru, o recebimento de remessas eleva as probabilidades de gastar mais com saúde e educação.

nificativos apenas para o caso do Peru, El Salvador e Guatemala. Por outro lado, os autores mencionam que, com exceção do México, existe uma maior recomposição da despesa com saúde e educação nos receptores de remessas localizados nos níveis socioeconômicos médios e altos, enquanto que, para famílias de níveis socioeconômicos mais baixos, a recomposição se dá para bens de consumo não duráveis.⁸

3.3 Observações recentes

Os resultados obtidos por Fajnzylber e López revelam efeitos interessantes do recebimento de remessas, no entanto, os dados utilizados em seu estudo pertencem ao ano de 2002, motivo pelo qual, a seguir, empregaremos a mesma análise com a informação correspondente ao Censo Nacional de Lares 2007 (ENAHO, 2007) elaborado pelo INEI, o que permitirá fazer uma análise recente da situação das famílias receptoras de remessas no Peru. Cabe ressaltar que, devido ao censo não possuir um módulo específico relacionado às remessas, só é possível identificar se uma família recebeu ou não remessas e, em caso afirmativo, qual o volume recebido por cada família. Por isso, foi realizado um cálculo econométrico para poder avaliar o impacto das remessas de maneira alternativa e poder realizar conclusões com maior grau de solidez.

Análise da distribuição das famílias receptoras de remessas

A informação obtida graças ao ENAHO 2007 permite concluir que apenas 4,5% de quase 6,9 milhões de famílias peruanas recebem remessas do exterior. Isto significa que aproximadamente 1,3 milhões de pessoas se encontram sob a influência de transferências recebidas do exterior. A tabela seguinte apresenta o percentual de recebedores dentro de cada um dos domínios geográficos do país.

8 Em consonância com estes resultados, outros autores encontraram evidência de que o recebimento de remessas pode repercutir na composição da despesa. Para o caso mexicano, Taylor (1992) conclui que as famílias receptoras de remessas tendem a investir uma proporção maior de sua renda em ativos relacionados a atividades agrícolas. De maneira similar, Adams (2005) relata que as famílias guatemaltecas que recebem remessas tendem a gastar uma proporção menor de sua renda em alimentos, enquanto aumentam as proporções gastas em educação e saúde.

Tabela 5. Peru: Famílias receptoras de remessas por região, 2007.

Famílias receptoras de remessas	(% do total de famílias de cada domínio geográfico)
Lima	9,9
Litoral (resto)	4,9
Serra	1,0
Selva	1,1
Total	4,5

Fonte: ENAHO 2007. Elaboração própria.

Deste modo, pode-se notar que o percentual de famílias receptoras é mais alto no litoral do Peru, sobretudo em Lima. Isto pode ser explicado porque, como descrito na Seção 2, mais de 70% dos emigrantes peruanos vêm do litoral. Outrossim, é de particular importância analisar a relação que existe entre a pobreza e as remessas. Cabe ressaltar que uma família é considerada pobre se o seu nível de gasto per capita mensal é inferior ao nível de gasto requerido para que seus membros possam ter uma qualidade de vida adequada a suas necessidades básicas, o que no Peru é medido por um índice calculado pelo INEI para cada família, conhecido como a linha de pobreza monetária.⁹

Tabela 6. Peru: Famílias receptoras de remessas conforme o nível de pobreza, 2007.

Famílias receptoras de remessas	(% do total de cada grupo socioeconômico)
Pobre extremo	0,1
Pobre não extremo	1,5
Não pobre	6,2
Total	4,5

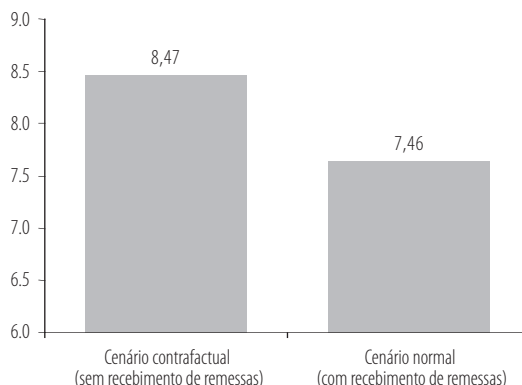
Fonte: ENAHO 2007. Elaboração própria.

9 O INEI calcula dois índices para cada família: um que estabelece se a família é pobre ao extremo e outro que estabelece se a família é pobre mas não ao extremo.

Os resultados mostram que apenas 0,1% e 1,5% das famílias extremamente pobres e pobres, respectivamente, recebem remessas, enquanto 6,2% das famílias que não se encontram na pobreza recebem remessas.

Os resultados obtidos mediante cálculos econométricos mostram que, sob o cenário contrafactual, 8,47% do total de famílias receptoras de remessas se encontravam abaixo da linha de pobreza versus 7,64% sob o cenário normal. Em outras palavras, graças ao recebimento de remessas, 0,83% destas famílias passam de pobres a não pobres. Novamente cabe ressaltar que estes resultados poderiam estar subestimados dado que o recebimento de remessas não gera a saída imediata da pobreza por se tratar de um processo dinâmico no tempo e porque a informação utilizada corresponde a um momento específico no tempo, no qual possivelmente alguns recebedores de remessas já se encontrem no processo de saída da pobreza e que por isso não tenham sido considerados nos resultados.

Gráfico 9. *Impacto das remessas sobre a pobreza, 2007.*
(% de pobres do total de famílias receptoras de remessas)



Fonte: ENAHO 2007. Elaboração própria.

Apesar dos resultados apresentados permitirem apreciar o impacto do recebimento de remessas sobre a pobreza, é também interessante mostrar o impacto sobre a renda das famílias. Isto, porque é possível que o recebimento de remessas não seja suficiente para que certas famílias superem a situação de pobreza, mas é provável que lhes permita melhorar sua situação econômica. Assim, tomando como referência uma distribuição de renda de acordo com o nível socioeconômico (NSE) elaborada por Ipsos Apoyo (2007), foi possível estabelecer a distribuição de lares de acordo com a renda média para

ambos os cenários. Os resultados mostraram que, sob um cenário contrafactual, um percentual maior de famílias se encontraria no NSE mais baixo em comparação com o cenário normal com recebimento de remessas.

4. POLÍTICAS FOCADAS NO FENÔMENO MIGRATÓRIO

Conforme mencionado no presente artigo, no Peru o fenômeno migratório foi adquirindo importância com o passar dos anos e atualmente mais de 10% da população peruana reside fora do país. Levando em conta este contexto, a citada situação não pode ser considerada alheia à realidade vivida atualmente dentro do país, mas, ao contrário, deve ser incluída e considerada na tomada de decisões e na elaboração de políticas públicas. Deste modo, os países caracterizados por uma elevada imigração têm como prioridade estabelecer uma política eficaz e preventiva na luta contra a migração ilegal e favorecer a integração e adaptação dos cidadãos de terceiros países através de informação adequada e projetos que busquem a defesa dos direitos dos migrantes. No caso peruano, no qual predomina a emigração de cidadãos, o trabalho do Estado deve ser orientado para apoiar e facilitar o envio de remessas que os trabalhadores transferem a seus familiares como apoio econômico. Da mesma forma, deveria ser dado acesso à informação de como investir de maneira produtiva as remessas para que elas tivessem um impacto no desenvolvimento. Por outro lado, com relação à “fuga de cérebros” no Peru, em muitas ocasiões os emigrantes capacitados não retornam ao país por falta de oportunidades ou recursos. Embora o Estado devesse estabelecer um quadro de desincentivo à emigração de pessoas mais capacitadas, esta situação não resulta totalmente negativa, já que em muitas ocasiões podem ser criadas redes de pesquisa, grupos de trabalho e fluxos de informação e aprendizagem que, no final, favorecem o Peru.

Tabela 7. Peru: Políticas públicas associadas à migração.

Orientação das Políticas	Políticas
Simplificação e redução de custos das transferências do exterior	<ul style="list-style-type: none"> Alianças entre instituições públicas e privadas como bancos; instituições financeiras não bancárias, como cooperativas de crédito e de poupança; instituições microfinanceiras; escritórios postais e organizações locais; entre outras. Restrição à super-regulação e à criação de tributos sobre as remessas.
Busca por canais confiáveis e seguros para a transferência de remessas	<ul style="list-style-type: none"> Programa de “bancarização” focalizado nas famílias receptoras de remessas, que consiste basicamente em um conjunto de alianças com alguns bancos locais. Convênios entre a Chancelaria e a empresa de Serviços Postais do Peru (SERPOST) destinados a promover e utilizar as transferências por via postal como meio de envio de remessas devido à extensa cobertura geográfica dessa empresa.

continua

continuação

Orientação das Políticas	Políticas
Aumento do impacto das remessas no desenvolvimento das famílias	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivos para que as instituições bancárias desenvolvam novos produtos que abranjam remessas. Ex: Fundo MIVIVIENDA (minha habitação). • Seguro de remessas. • Convênios entre o Ministério das Relações Exteriores e diversas instituições financeiras, para prestar facilidades ao acesso a microcréditos produtivos aos receptores de transferências do exterior.
Envolvimento dos emigrantes no desenvolvimento de suas comunidades de origem	<ul style="list-style-type: none"> • Solidariedade com meu Povo: Programa que tem como objetivo fazer com que os peruanos residentes no exterior possam contribuir com o crescimento de seus locais de origem perante doações de até 3 mil dólares destinadas a financiar obras de infraestrutura ou de caráter social.
Contraponto à "fuga de talentos"	<ul style="list-style-type: none"> • Lei de Incentivos Migratórios: medida que tem como objetivo promover o retorno ao Peru de peruanos profissionais ou empresários residentes no exterior mediante a concessão de incentivos tributários.

Fonte: Ministério das Relações Exteriores (2008). Elaboração própria.

Por outro lado, a assinatura de convênios bilaterais também permite facilitar o fluxo migratório e simplificar as transferências de recursos de um país. Segundo informação do Ministério das Relações Exteriores, o Peru subscreveu convênios em matéria migratória com Argentina, Chile, Bolívia e Espanha, os quais buscam ampliar os benefícios dos emigrantes e realizar algumas simplificações administrativas importantes em matéria de migração, tramitação de admissão e residência.

5. COMENTÁRIOS FINAIS

O presente trabalho concentrou-se em analisar o processo migratório dentro do Peru no período 1990-2007, assim como em identificar as características que o definem e os efeitos socioeconômicos derivados desta migração e as políticas focadas no fenômeno migratório.

Com relação às tendências migratórias nos últimos anos, pode-se identificar que, na primeira metade do século XX, o Peru era um receptor de imigrantes. No entanto, com o desenvolvimento de outros países e as crises dentro do país, esta situação se reverteu, sendo atualmente o Peru um país do qual emigram aproximadamente 1.000 habitantes diários.

As principais características da emigração no Peru mostram que o principal destino dos emigrantes peruanos são os Estados Unidos (30,6%); entretanto, também são destinos importantes Argentina (14%), Espanha (13%), Itália (10,3%) e Chile (9,3%), países com os quais atualmente o Peru tem convênios em matéria migratória, à exceção da Itália. Outra característica é

que a distribuição entre homens e mulheres é equitativa e que as pessoas migram quando são relativamente jovens e solteiras, isto é, em uma época na qual há pouca dependência, pois 51,2% do total de emigrantes encontravam-se entre os 20 e 39 anos no momento de emigrar e mais de 74% eram solteiros. Por outro lado, é possível identificar que grande parte dos emigrantes era estudante (28,2%). Também identifica-se que mais de 30% dos emigrantes partem de Lima e que aproximadamente 15% o fazem de Puno, o que estaria explicado pela proximidade com a Bolívia. Entre as principais razões que explicam a migração, encontra-se a disparidade de renda e a busca por trabalho, o que se reflete na predominância de jovens que emigram.

Com relação às remessas recebidas pelas famílias dos emigrantes, identifica-se que o Peru é o país com o menor percentual de famílias receptoras de remessas da região, já que em 2001 menos de 4,75% do total de famílias recebia remessas. No entanto, apesar deste resultado, em 2006 a entrada de remessas foi de aproximadamente 3% do PIB. Em média, as famílias recebem US\$ 166 por mês, o que significa um aumento de aproximadamente 20% em sua renda.

Adicionalmente à identificação das características da emigração no Peru nos últimos anos, foi analisado o impacto que as remessas poderiam ter sobre a pobreza e a renda das famílias peruanas. Os resultados mostram que, no caso peruano, o recebimento de remessas reduz a pobreza e a desigualdade. Para o exercício realizado no estudo, o resultado é que o recebimento de remessas reduz em aproximadamente um ponto percentual o nível de pobreza; não obstante, este cálculo pode estar subestimado uma vez que o recebimento de remessas não gera imediatamente a saída da pobreza por se tratar de um processo dinâmico no tempo e porque a informação utilizada corresponde a um momento no tempo, em que, possivelmente, alguns recebedores de remessas se encontravam no processo de saída da pobreza e, por isso, não foram considerados nos resultados. Da mesma maneira, o crescimento acelerado das remessas no Peru e as vantagens deste ingresso tiveram efeitos positivos sobre a estabilidade da renda das famílias receptoras e as condições de vida delas, expressando-se em melhores materiais de construção, maior acesso a serviços básicos, melhor educação, entre outros. Também se mostrou o impacto sobre a renda das famílias, uma vez que é possível que o recebimento de remessas não seja suficiente para que certas famílias superem a situação de pobreza, mas pode ser provável que lhes permita melhorar sua situação econômica. Assim, os resultados mostraram que, sob um cenário contrafactual, 44,5% das famílias receberiam

menos de US\$ 171 por mês, enquanto que, sob um cenário normal com recebimento de remessas, este percentual reduz para 40,3%.

Com relação às políticas públicas associadas à migração, apesar de terem sido estabelecidas no Peru algumas poucas medidas para evitar a fuga de talentos, incentivar a repatriação e reduzir os custos de envio de remessas, não é possível identificar se estas medidas tiveram algum impacto, uma vez que não se conhecem os resultados obtidos. Isto se deve principalmente ao fato de as políticas não terem sido orientadas a solucionar os principais problemas do Peru, como o alto nível de subemprego e informalidade devido à rigidez trabalhista e aos altos custos não salariais, os quais impedem que o emigrante retorne sob as mesmas ou melhores condições que aquelas encontradas no exterior. Por isso, para obter um ordenamento dos fluxos migratórios, são necessárias políticas nessa área que maximizem os benefícios e minimizem os custos da migração para o país e que estejam intimamente relacionadas com as políticas de desenvolvimento em nível nacional.

Assim, em primeiro lugar é necessário velar pelo desenvolvimento econômico e social do país de tal maneira que a população conte com maiores incentivos para permanecer no Peru. No entanto, apesar do desenvolvimento que possa ser alcançado, parece difícil deter a fuga de cérebros, por isso, seria recomendável estabelecer redes com os imigrantes que residem fora de tal maneira que sejam geradas externalidades positivas mediante a transferência de conhecimento, sugestões e/ou recursos. Por exemplo, a Rede Mundial de Cientistas Peruanos (RMCP) reúne mais de 3 mil pesquisadores peruanos que desempenham seus trabalhos no exterior e os pesquisadores residentes no Peru com o objetivo de apoiar e fomentar o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia em nível nacional para que ela conte com padrões internacionais.

Por outro lado, devem ser implementadas políticas relacionadas à formalização da migração. Assim, o país deve velar para que a saída do país seja realizada por canais legais. Igualmente, seria recomendável outorgar maior fortaleza às políticas orientadas à simplificação e redução de custos das transferências do exterior com o objetivo de formalizar este setor e, desta maneira, dar acesso às famílias a uma série de benefícios que a informalidade limita, como o acesso ao crédito.

Finalmente, com relação ao bem-estar dos emigrantes, eles devem ser orientados sobre os direitos de proteção e seguridade social aos quais podem ter acesso. Para isto, seria importante prestar informações sobre as instituições que os emigrantes e imigrantes podem procurar ante qualquer situação com o objetivo de preservar seus direitos.

Roberto Abusada Salah é economista, doutor em Economia (Ph.D.) com estudos nas universidades Católica do Peru e Cornell e Harvard dos Estados Unidos. Foi professor de Economia nas Universidades Católica, Boston University e Pacífico, na Escuela Superior de Administración de Empresas e na Universidad Peruana de Ciencias Aplicadas. Trabalhou como consultor para as Nações Unidas, o Banco Mundial e diversos governos, e se especializa em temas de comércio internacional. Entre 1980 e 1983, desempenhou os cargos de vice-ministro de Comércio, vice-ministro de Economia, assim como foi membro do Diretório do Banco Central de Reserva e assessor da Presidência. Durante a primeira metade da década de noventa, foi um dos atores principais na implementação de reformas estruturais no Peru. Atualmente é diretor do Instituto Peruano de Economia e economista país do Latin Source.

Cinthya Pastor Vargas é bacharel em economia (2005) pela Universidad del Pacífico, com estudos na Universidad de Maastricht (2006). Atualmente é economista de Instituto Peruano de Economia. Foi consultora dentro da Direção Geral de Estudos Econômicos do Ministério de Economia e participou em consultorias para o Banco Interamericano de Desenvolvimento e instituições públicas e privadas no Peru.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMS, R. Remittances, Household Expenditure and Investment in Guatemala. *Policy Research Working Paper* n. 3532. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2005.
- ALTAMIRANO, T. *Remesas y nueva "fuga de cerebros" impactos transnacionales*. Lima: Fondo Editorial de la PUCP, 2006.
- COX, D., ESER, Z., JIMÉNEZ, E. Motives for Private Transfers Over the Life Cycle: An Analytical Framework and Evidence for Peru. *Journal of Development Economics* 55, p. 57-80, 2005.
- DE LUNA MARTINEZ, J. Workers Remittances to Developing countries: A survey with Central Banks on Selected Public Policy Issues. *Working Paper* n. 3638. Banco Mundial, 2005.
- DE LOS RÍOS, J., RUEDA, C. *¿Por qué migran los peruanos al exterior?* Un estudio sobre los determinantes económicos y no económicos de los flujos de migración internacional de peruanos entre 1994 y 2003. Lima: Centro de Investigación de Universidad Pacífico, 2005.
- DONALD, T., WILSON, S. (Eds.) *Beyond Small Change: Making migrant Remittances Count*. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, 2005.
- FAJNZYLBER, P., LÓPEZ, J. *Remittances and Development: Lessons from Latin America*. Washington, D.C.: Banco Mundial, INEI, PUCP, OIM e Ministerio de Relaciones Exteriores (Proyecto: Fortalecimiento a la Política de Vinculación de los Peruanos en el Exterior), 2008.
- IPSOS APOYO OPINIÓN y MERCADO. *Informe Gerencial de Marketing: Niveles Socioeconómicos de la Gran Lima 2007*. Lima, 2007.
- LOVEDAY, J., MOLINA, O. Remesas Internacionales y Bienestar: una aproximación para el caso peruano a partir de la Encuesta Nacional de Hogares. *Consortio de Investigación Económica y Social*, 2006.
- LOWELL, L., DE LA GARZA, R. The Developmental Role of Remittances in U.S. Latino Communities and in Latin America Countries. *Diálogo Interamericano*, Washington, D.C., 2000.
- OIM, DIGEMIN e INEI. *Perú: Estadística de la Migración de los Peruanos, 1990-2007*. Lima, 2008.
- OIM, INEI. *Características de los migrantes internacionales, hogares de origen y receptores de remesas*. Lima, 2008.
- SÁNCHEZ, A. *La Migración Externa Peruana un fenómeno creciente, aproximaciones a su medición*. Lima, 2006.
- SCHIFF, M. Trade and Factor Movement: Substitution in Markusen's Classic Complementarity Models. *Policy Research Working Paper* n. 3974, Washington, D.C.: Banco Mundial, 2006.
- STARK, O., TAYLOR, J., YITZHAKI, S. Remittances and Inequality. *Economic Journal* n. 96, p. 722-40, 1986.
- TAYLOR, J. Remittances and Inequality Reconsidered: Direct, Indirect, and Intertemporal Effects. *Journal of Policy Modeling*, 14, p. 187-208, 1992.

Transferência e mobilidade de conhecimento: políticas públicas no contexto latino-americano

95

CRISTEN DÁVALOS E SEBASTIÁN TORRES*

INTRODUÇÃO: O FENÔMENO MIGRATÓRIO NO URUGUAI

Estimulado pelas políticas sociais progressistas implementadas durante as duas primeiras décadas do século XX, o Uruguai consolida antecipadamente um Estado de bem-estar com ativa participação do setor público em áreas estratégicas da economia, que se traduz em um forte fluxo imigratório em direção ao país.

Como resultado deste processo, o país contava, em meados dos anos 1950 com altos níveis de “capital humano” (90% da população adulta alfabetizada) e taxas de matrícula em escolas de ensino médio mais elevadas do que na Espanha, Turquia, Coreia do Sul, Cingapura e Taiwan.¹ O Informe de Desenvolvimento Humano de 2001² (ano prévio à última grande crise econômico-financeira) caracterizava o Uruguai como um “país de alto desenvolvimento humano” (ocupava a 37^a colocação no ranking de 162 países), indicador que refletia uma esperança de vida de 73 anos e as menores taxas de

* Agradecemos ao Programa de Políticas Sociais na América Latina da Fundação Konrad Adenauer por financiar este trabalho. Qualquer comentário sobre o artigo deve ser enviado a setorres@ucu.edu.uy

1 Balassa et al. *Toward Renewed Economic Growth in Latin America*, 1986.

2 UNDP. *Human Development Report – Making New Technologies Work for Human Development*, 2001.

pobreza e desigualdade registradas na América Latina (índice de pobreza humana de 4 e coeficiente Gini de 37).³

No entanto, apesar dos avanços registrados na área social, o Uruguai não consegue consolidar um dinamismo sustentado em sua economia com transformação de sua estrutura produtiva, apresentando durante os anos 1945 a 1983 a menor taxa de expansão de produto em nível regional.⁴

Esta falta de crescimento sustentado no longo prazo teve uma forte influência sobre os fluxos migratórios observados no país durante os últimos 50 anos. A partir da década de 1960, o Uruguai se transforma em um país emissor de migrantes. Como indicam Cabella e Pellegrino (2007): “a emigração torna-se uma alternativa perante a crise econômica, à qual somou-se a falta de estabilidade política que culminou com a ditadura militar iniciada em 1973. Desde então, e com diferentes magnitudes, os saldos entre censos foram negativos, motivo pelo qual podemos afirmar que a emigração internacional se tornou um fenômeno estrutural da população uruguaia.”⁵

Estreitamente associado a esta tendência, consolida-se o fenômeno de “fuga de cérebros” definido como a transferência internacional de capital humano e refere-se, em particular, à migração de agentes com bom nível educacional de países em desenvolvimento para países desenvolvidos (Beine *et al.*, 2006).⁶

Com uma taxa de migração qualificada de 8,1% para o ano 2000, e com 30% de sua população mais qualificada concentrada em países da OCDE (OECD, 2005), o Uruguai se posiciona acima da média mundial e tem uma das taxas mais elevadas da América do Sul (seguido pela Argentina 37,8%, Chile 33% e Brasil 31,7% (Docquier e Marfouk, 2005)), fazendo com que a perda de recursos humanos qualificados seja “um dos temas que mais tem preocupado o país de origem” (Cabella e Pellegrino, 2007).

O caso uruguaio é particularmente complexo, uma vez que, apesar de contar, em termos comparativos no contexto latino-americano, com uma

3 Thorp, R. Progress, Poverty and Exclusion – An Economic History of Latin America in the 20th Century, 1998.

4 Crescimento de 2% mediante uma média de 5,4% para a América Latina (CINVE. La Crisis Uruguaya y el Problema Nacional, 1984).

5 En: Calvo, Juan José y Pablo Mieres. Importante pero urgente: políticas de población en Uruguay, 2007, p. 84.

6 O fenômeno de fuga de cérebros foi identificado como um dos graves problemas enfrentados pelos países em vias de desenvolvimento: Beine *et al.*, 2008; Docquier, 2006; Solimano, 2002 e 2006.

maior proporção de residentes no exterior, e com uma taxa de educação mais elevada entre seus emigrantes do que entre os residentes no país, até recentemente não havia implementado políticas públicas para reverter esse fenômeno, ou aquelas que haviam sido implementadas não haviam conseguido se consolidar no tempo (Pellegrino, 2003). Vinculada a esta carência no desenho de políticas, atualmente a oferta de informação sobre as características socioeconômicas destes emigrantes e seu potencial impacto sobre o crescimento econômico e áreas como ciência, tecnologia, negócios, arte e cultura é escassa, tanto no âmbito acadêmico quanto nas esferas governamentais.⁷

Como parte do projeto da Fundação Konrad Adenauer sobre *Migração e Políticas sociais na América Latina*, Dávalos, Plottier e Torres (2009) contribuem para o fechamento desta brecha de informação criando uma base de dados dos emigrantes uruguaios qualificados (com ensino médio, graduação ou pós-graduação). Esta base de dados foi elaborada através de um censo *on line* que permitiu reunir informação diversa sobre uruguaios qualificados no exterior: sexo, educação, ocupação, trabalho (área, condições e renda), remessas, trajetória migratória, situação legal, estrutura do lar e vínculos com o Uruguai e o país de residência.⁸

O envio do questionário foi feito via correio eletrônico através de embaixadas do Uruguai, associações de uruguaios residentes no exterior e contatos de colegas em instituições como universidades, centros de pesquisa, ministérios, entidades autônomas e empresas públicas e privadas. Para efeitos de análise dos resultados e, uma vez eliminados aqueles formulários incompletos, foram avaliadas 460 respostas finais, que correspondem a 51,5% de mulheres e 48,5% de homens, com idade média de 40 anos, residentes em sua maioria na Espanha (23%), Estados Unidos (15%), Argentina (10%), Chile (7%), França (6%), Brasil (5%), Canadá (5%), México (4%) e Israel (3%).

Este artigo discute, a seguir, as políticas públicas sobre o fenômeno da fuga de cérebros no contexto latino-americano, para em seguida, revisar as principais recomendações para estimular a transferência de conhecimento no caso uruguaio.

7 Solimano (2006) diferencia a importância destes emigrantes como recursos produtivos para a produção (engenheiros e tecnologias da informação), fonte de criação de riqueza (empresários), fonte de conhecimento (cientistas), ou como fornecedores de importantes serviços sociais (médicos, enfermeiros) ou trabalhos culturais (artistas).

8 O formulário está disponível em: https://www.surveymonkey.com/s.aspx?sm=eyNTEMC_2ffuD9U8tomtDwA_3d_3d.

I. “FUGA DE CÉREBROS” SOB UMA PERSPECTIVA INTERNACIONAL COMPARADA

I.1 *Educação, ciência e tecnologia*

Desde 1986, com a criação do Programa de Desenvolvimento das Ciências Básicas (PEDECIBA), o Uruguai passa a contar com políticas públicas orientadas para promover o retorno de cientistas radicados no exterior. Este programa surge como iniciativa da comunidade acadêmica dentro e fora do país, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do governo uruguaio. Um dos objetivos explícitos do PEDECIBA foi a repatriação de pesquisadores de Ciências Básicas e o fenômeno da colaboração com cientistas uruguaios radicados no exterior.

Esta rede teve certa continuidade no tempo e está atualmente considerando solicitações para apoiar cientistas que desejem retornar ao país para ocupar cargos acadêmicos, com valores de até 100.000 pesos uruguaios (equivalente a 4.000 dólares americanos).

Por outro lado, em 1990, com a criação da Comissão Setorial de Pesquisa Científica (CSIC) na Universidade da República, começam a ser implementadas ações como o “Programa de Bolsas de Retorno e Contratação de Pesquisadores Provenientes do Exterior”⁹ orientadas a reverter a fuga de cérebros através de apoio econômico (175.000 dólares americanos destinados a este programa em 2008) e à reinserção no meio universitário de uruguaios altamente qualificados.¹⁰

A análise deste tipo de política sob uma perspectiva comparada sugere que, apesar do retorno de migrantes altamente qualificados poder estimular fortemente o desenvolvimento econômico no país de origem, em geral, uma vez que retornam a seu país, eles não encontram ambientes estimulantes para despejar o conhecimento adquirido no exterior (Pellegrino e Calvo, 2001).¹¹

9 <http://www.csic.edu.uy/nuevos-programas/documentos/pdfs/Bases%20Programa%20de%20Apoyo%20al%20Retorno.pdf>

10 Paralelamente, até meados dos anos 1990 um conjunto de acadêmicos e profissionais na França criam a Associação Franco-Uruguaia para o Desenvolvimento da Ciência e a Técnica (AFUDEST), que, através de instrumentos como bolsas de formação, estimula o retorno de cientistas uruguaios.

11 Isso associado entre outros fatores à falta de continuidade na aplicação destes programas (Pellegrino e Pizarro, 2001; Taks, 2006).

A experiência internacional na matéria indica que, para criar programas que obtenham êxito e sejam sustentados no tempo, devem ser favorecidas políticas que combinem simultaneamente a vinculação (exemplo: Índia) e a permanência dos universitários no país através de bolsas estudantis (exemplo: Irlanda) e o acesso a um posto de trabalho (exemplo: a lei aprovada recentemente na Alemanha).¹² No Uruguai, o recente estabelecimento do Sistema Nacional de Bolsas (SNB) por parte da Agência Nacional de Pesquisa e Inovação (ANII) busca estimular políticas alinhadas com estes objetivos através da implementação de bolsas de iniciação à pesquisa e de bolsas de inserção trabalhista.¹³ Por outro lado, o governo começou paralelamente a assentar as bases para a consolidação de uma economia de conhecimento e alto valor agregado, aumentando o investimento em ciência e tecnologia através da criação do Plano Estratégico Nacional em Ciência, Tecnologia e Inovação (PENCTI).

No contexto internacional, vários países optaram por esta estratégia. Irlanda, o caso recente que obteve mais sucesso, empenhou entre 2000 e 2006 um total de 1,7 bilhão de euros para a criação de uma *knowledge-based economy* (economia baseada em conhecimento) através do programa *Research, Technological Development and Innovation* (pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação) que outorgou 532 prêmios a diversas instituições, incluindo o financiamento de um centro de excelência em desenvolvimento tecnológico (o *Gene Vector Core Facility*) e de outros seis institutos de tecnologia¹⁴ (NESC, 1991 e NDP, 2006). Para o período 2007-2013, o governo irlandês renovou seu forte compromisso com a inovação através do programa “Ciência e Tecnologia de Classe Mundial” para financiar institutos de pesquisa (orça-

12 No âmbito desta lei, no dia 1º de janeiro de 2009, serão revogadas todas as restrições para os cidadãos com formação universitária procedentes dos novos Estados-membros da União Europeia: <http://www.eluniverso.com/2008/07/16/0001/626/AEA2BC97C12F419785073FAFA568630B.html>

13 O Sistema Nacional de Bolsas foi criado como um programa destinado a apoiar bolsas para a iniciação em pesquisa, estudos de pós-graduação nacionais e no exterior, inserção de pós-graduação, retorno de cientistas compatriotas e vinculação com o setor produtivo. Estes subsídios serão outorgados por procedimentos passíveis de concurso: <http://www.anii.org.uy/snb.html>

14 Incubation Centre em Galway-Mayo, Institute of Technology Galway/Castlebar, Athlone Institute of Technology, Dundalk Institute of Technology, Institute of Technology Sligo, and Letterkenny Institute of Technology (centros de incubação em Galway-Mayo, Instituto de Tecnologia Galway/Castlebar, Instituto Athlone de Tecnologia, Instituto Dundalk de Tecnologia, Instituto Sligo de Tecnologia e Instituto Letterkenny de Tecnologia).

mento de 3 bilhões de euros,¹⁵ acompanhado de incentivos públicos como exoneração de impostos e créditos).

Os resultados de um plano estratégico deste tipo encontram-se indissoluvelmente associados a um compromisso financeiro sustentado a longo prazo. Segundo Solimano (2002), historicamente, a América Latina tem investido muito pouco em inovação e desenvolvimento (0,5% do PIB em 1996/1997), em comparação com Japão e Estados Unidos, que investem uma média de 2,9% e 2,6% respectivamente. Na região, os casos do Brasil (Ministério da Ciência e Tecnologia), Chile (CONICYT¹⁶), México (CONACYT¹⁷) e Argentina (SECyT¹⁸) são bons exemplos de países que se comprometeram a investir no fortalecimento da base científica e tecnológica.

Neste sentido, e cumprindo a meta de traçar uma política de Estado a longo prazo, em 2005 é criado no Uruguai o Gabinete Ministerial da Inovação (GMI) que define entre suas prioridades a coordenação do PENC-TI. Finalmente, com a criação do Sistema Nacional de Pesquisadores (SNI), a ANII reforçou as ações concretizadas e orientadas para estreitar os vínculos com os cientistas uruguaios residentes no exterior.¹⁹

1.2 Vinculação trabalhista

Um aspecto-chave é a construção de parcerias público-privadas através de políticas de incentivo ao retorno, intercâmbio e permanência. Alguns programas de retorno apoiam diretamente os emigrantes qualificados a retornarem para despejar seu conhecimento e capital em seu país. Os programas de retorno voluntário na América Latina foram levados a cabo sobretudo através da cooperação internacional, encabeçada pela Organização Internacional para as

15 National Development Plan 2007-2013 Transforming Ireland (capítulo 8): (Plano Nacional de Desenvolvimento 2007-2013 Transformando a Irlanda). http://www.ndp.ie/documents/NDP2007-2013/NDP_Main_Ch08.pdf

16 Comisión Nacional de Investigación Científica y Tecnológica (CONICYT): <http://www.conicyt.cl/573/channel.html> (Comissão Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica).

17 Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (CONACYT): <http://www.conacyt.mx/> (Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia).

18 Secretaría de Ciencia y Tecnología (SECyT): <http://www.secyt.unc.edu.ar/Nuevo/> (Secretaria de Ciência e Tecnologia).

19 Cooperação técnica ATN/KK/10271UR: “Uruguaios altamente qualificados residentes no exterior”.

Migrações (OIM), incluindo medidas como descontos no valor das passagens aéreas e apoios à reintegração trabalhista.

Outra tendência é constituída por aquelas políticas vinculadas ao fortalecimento dos intercâmbios transnacionais ou a colaboração Norte-Sul.²⁰ Estas políticas são conhecidas como *brain exchanges* (intercâmbio de cérebros), *distant cooperative work* (trabalho cooperativo à distância) ou *transfer of knowledge through expatriate nationals* (transferência de tecnologia por meio de nacionais expatriados) (TOKTEN).²¹ O objetivo é fomentar a criação de redes para o intercâmbio de conhecimentos científicos e tecnológicos entre pesquisadores que se encontram no exterior com o fim de integrá-los a atividades científicas com o país de origem.

Solimano (2002) identifica diversas redes de intercâmbio de conhecimento²² destacando para a América Latina a Rede Caldas de Colômbia, o Programa Talento Venezuelano no Exterior (TALVEN), o Programa Nacional de Vinculação com Cientistas e Técnicos Argentinos no Exterior (PROCITEX), a Rede Científica Peruana e o Programa Conectando-se ao Futuro de El Salvador.

No Uruguai, a ANII criou recentemente uma base de dados de pessoal da área científica e tecnológica (sistema CVuy²³), que tem entre outros objetivos o de facilitar o intercâmbio com os cientistas residentes no exterior através do “Programa de vinculação científico e tecnológico”.²⁴ Este último financiará até 80% de atividades como a organização de cursos de pós-graduação, a realização de seminários e a pesquisa sobre novas técnicas no âmbito produtivo e empresarial. Cabe também destacar algumas iniciativas de complementação entre o setor público e privado para promover o intercâmbio com cientistas em setores de alto valor agregado nas quais podem ser incluídas as

20 Ver instituições como a “Rede Acadêmica Uruguia” para intercâmbio científico: apoio ao intercâmbio de informação através de redes intelectuais transnacionais.

21 <http://www.unv.org/en/how-to-volunteer/unv-volunteers/expatriate-professionals.html>

22 Exemplos: Chinese Scholar Abroad (CHISA) (Estudante Chinês no Exterior), The Global Korean Network (A rede global coreana), The Silicon Valley Indian Professionals Association (SIIPA) (A associação de profissionais indianos do vale do silício), Polish Scientists Abroad Network (rede de cientistas poloneses no exterior), Reverse Brain Drain Project of Thailand (projeto de reversão da fuga de cérebros da Tailândia), Tunisian Scientific Consortium (consórcio científico tunisiano), e South African Network of Skills Abroad (SANSA) (rede sul africana de habilidades no exterior).

23 Sistema CVuy: <http://www.anii.org.uy/cvuy.html>

24 Programas de vinculação com cientistas e tecnólogos uruguaios residentes no exterior: http://www.anii.org.uy/vinc_ct.html

experiências de Sabre Holdings,²⁵ o Instituto Pasteur de Montevideu e o Polo Tecnológico de Pando.

Outras políticas que ajudam a mobilidade trabalhista das pessoas altamente qualificadas são aquelas vinculadas à complementação entre o setor público e os empresários do setor privado mais propensos a recrutar cientistas em setores de alto valor agregado (biotecnologia, indústria farmacêutica, nanotecnologia, energias alternativas, telecomunicações, software, logística e transporte). A Índia constitui um bom exemplo de políticas de mobilidade de sua população altamente qualificada dos e para os Estados Unidos através do recrutamento pela internet (Ex.: <http://www.siliconindia.com>).

Finalmente, e seguindo os exemplos regionais do Chile (CONICYT), México (CONACYT) e Argentina (SECyT), buscou-se identificar no Uruguai o mais cedo possível aquelas áreas de crescimento estratégico de forma a se antecipar às necessidades de capital humano e inserção trabalhista. A principal ferramenta é o SNB²⁶ que trabalha na permanência de pesquisadores uruguaios através da inserção trabalhista em instituições de pesquisa públicas ou privadas. A ANII dá apoio econômico ao pesquisador financiando 50% de sua bolsa e a empresa onde é levado adiante o projeto complementa a outra metade.

1.3 Transferências econômicas

Durante os últimos dez anos, devido a seu crescente volume e impacto nas economias de origem, as remessas passaram a constituir um elemento de fundamental importância no que se refere às políticas migratórias. Atualmente, economias de países como Equador, El Salvador e República Dominicana dependem em grande medida do montante destas transferências, fazendo proliferar os debates sobre as políticas mais idôneas para sua canalização através de medidas que abrangem a fiscalização do Estado, organismos internacionais e a sociedade civil.

No caso uruguaio, sua importância relativa se mantém abaixo da de outros países da região, porém o peso que tem sobre o PIB é crescente (Borraz

25 Em parceria com o Departamento 20 do Ministério das Relações Exteriores, o objetivo da proposta é identificar uruguaios radicados no exterior que queiram retornar ao país com o benefício de ter uma carreira em Sabre Holdings (Seção Economia e Mercado, *Jornal Diario El País*, segunda-feira 28 de julho de 2008).

26 Sistema Nacional de Bolsas: <http://www.anii.org.uy/snb.html>

e Pozo, 2007). Considerando seu acelerado crescimento, sugere-se antecipar seu impacto sobre a economia e analisar a variedade de métodos de transações econômicas. Por exemplo, Pellegrino e Vigorito (2003) destacam a predominância das transferências através de ordens de compra em supermercados, e destacam a importância de canalizar esta renda para o consumo e o investimento de longo prazo (acesso ao crédito para a compra de habitação, automóveis e negócios).

1.4 Transferências de políticas

A partir da análise das respostas de 460 uruguaios radicados no exterior ao censo realizado por Dávalos, Plottier e Torres (2009), percebe-se que um dos aspectos mais interessantes da migração qualificada do Uruguai é sua significativa lealdade com relação ao país. Este elemento dá alento à ideia de gerar mecanismos que permitam que os uruguaios que se encontram no exterior possam participar ativamente e colaborar com o desenvolvimento institucional e político.

Recentemente, mediante o estabelecimento do Departamento 20 no seio do Ministério das Relações Exteriores, buscou-se estimular medidas que conduzam à habilitação do voto no exterior (alguns exemplos regionais de voto consular: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana),²⁷ que poderiam gerar melhores oportunidades de participação aos uruguaios que vivem no exterior (Garce, 2008).

2. RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O êxito de uma política de Estado que busque a transferência de conhecimento depende, de forma crucial, da complementaridade e sinergia que consigam ser alcançadas entre as políticas migratórias e os objetivos nacionais de desenvolvimento a longo prazo.

Tradicionalmente, as políticas públicas focadas exclusivamente em assegurar o retorno dos uruguaios qualificados residentes no exterior viram-se confrontadas com sérias limitações com relação a seu alcance e continuidade no tempo. Neste sentido, iniciativas como a Lei de Migração N. 18.250 (que

27 58,4% dos participantes de nossa pesquisa manifestou interesse em participar do processo eletivo. Departamento 20: <http://www.d20.org.uy/>

outorga, entre outras medidas, facilidades para a entrada de móveis e automóveis para aqueles uruguaios que decidam retornar)²⁸ afetam de forma unicamente marginal a decisão de retorno. Um desenho mais amplo de política deveria abranger, entre outros, um plano de vinculação trabalhista, social, econômica e política destes profissionais no Uruguai.

A consolidação de uma economia produtiva centrada na nova sociedade do conhecimento precisa também de um aumento significativo nos níveis de investimento público e privado em ciência, tecnologia e inovação. Historicamente, estes foram muito baixos no Uruguai (e entre os mais baixos da América Latina), mas nos últimos anos aumentaram substancialmente; o país investiu 3 milhões de dólares em 2004 e 8 milhões de dólares em 2008. O Gabinete Ministerial da Inovação (GMI) tem, além disso, o objetivo político no médio prazo de aumentar os recursos públicos e privados de investimento em ciência e tecnologia para 1% do PIB. Neste sentido, torna-se essencial o desenho e debate público-privado em torno de um plano nacional de desenvolvimento e políticas de consenso que assegurem a continuidade dos fundos do setor público e privado que vá além dos governos da vez.²⁹

Das respostas contidas na base de dados mencionada anteriormente, pode-se também observar que um número significativo de residentes no exterior manifesta interesse em consolidar seus vínculos profissionais com instituições acadêmicas no Uruguai, mesmo não desejando retornar definitivamente a viver no país. Neste sentido, a partir da ANII, deveriam ser priorizados aqueles instrumentos como o SNI e o sistema CVuy para identificar as necessidades do mercado de trabalho uruguaio e consolidar uma vinculação mais intensa e fluida com base nas necessidades dos setores estratégicos uruguaios.

Além disso, existe um crescente interesse em contribuir com o desenvolvimento do país mediante a canalização de remessas em projetos produtivos e uma voluntariedade manifesta de participar no processo eletivo no caso de ser aprovado o voto consular. Isto é refletido tanto na base de dados de uruguaios altamente qualificados quanto no recente estabelecimento da rede do Departamento 20 que busca realizar um plebiscito em 2009 que habilite o voto no exterior.

28 Lei de Migração N. 18.250: <http://www.parlamento.gub.uy/leyes/ AccesoTextoLey.asp? Ley=18250>

29 Atualmente encontra-se sendo redigido o projeto de “Estratégia Uruguai Terceiro Século” na Área de Estratégia de Desenvolvimento e Planejamento do Escritório de Planejamento e Orçamento (Presidência da República): www.estrategiauruguaytercersiglo.net

Por outro lado, deveria ser dada mais ênfase à exploração de políticas de permanência.³⁰ Isto indica a necessidade de facilitar uma inserção trabalhista dos universitários recentemente formados (SNB e ANII). Para diminuir a fuga de cérebros, se requer identificar e antecipar áreas futuras de crescimento estratégico da economia uruguaia, aumentar o número de profissionais com pós-graduação e, ao mesmo tempo, promover uma inserção trabalhista adequada nas universidades, empresas e no governo.

Outras políticas são as que fomentam a mobilidade das pessoas altamente qualificadas entre países desenvolvidos e países em vias de desenvolvimento. Além de incentivar o vínculo de uruguaios no exterior, é importante aumentar a transferência de conhecimento de forma regional. Para isto, é necessário identificar e recrutar cientistas latino-americanos que trabalhem em setores de alto valor agregado.

Uma etapa fundamental no desenho destas políticas é constituída pela continuidade das mesmas através de estudos e avaliações ex-ante e ex-post. Cabella e Pellegrino (2007) indicam que foi “praticamente inexistente a pesquisa em torno dos programas públicos orientados à diáspora uruguaia, que também não foram avaliados”.

Com relação a programas como o PEDECIBA, o SNI e as Redes de Pesquisa que promovem a permanência, vinculação e repatriação de pesquisadores em ciências entre o meio acadêmico e o setor produtivo privado e público, deveria ser sistematizada a avaliação de suas capacidades e falhas.

Outro aspecto a destacar é a importância de analisar as experiências locais de outros países da América Latina (Ministério da Ciência e Tecnologia no Brasil, CONICIT no Chile, CONACYT no México e SECyT na Argentina) e aquelas de países com economias de base tecnológica (Irlanda, Coreia e Nova Zelândia) para conseguir a integração de políticas de população com potencial de *brain gain* (ganho de conhecimento) e *knowledge transfers* (transferência de conhecimento) (com a participação conjunta do Estado, do setor privado e dos próprios emigrantes) maximizando a contribuição dos emigrantes altamente qualificados na concretização de um crescimento sustentado para o país.

Cristen Dávalos é doutorando no Departamento de Geografia e Política da Queen Mary, University of London.

Sebastián Torres é professor/pesquisador no Departamento de Economia da Universidad Católica del Uruguay.

30 Segundo o programa Informe Capital (TV Ciudad, agosto de 2008), “mais da metade dos universitários formados declararam ter a intenção de emigrar”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANCO MUNDIAL. Avances y desafíos en políticas públicas en Ciencia, Tecnología e Innovación. *Dirección de Innovación, Ciencia y Tecnología para el Desarrollo* (DICyT), 2006. Disponible em: http://www.anii.org.uy/imagenes/politicas_publicas.pdf
- BALASSA et al. *Toward Renewed Economic Growth in Latin America*. Washington D.C.: Institute for International Economics, 1986.
- BARRERE, R., LUCHILO, L., RAFFO, J. Highly Skilled labour and international mobility in South America. *OECD Science, Technology and Industry Working papers*, 2004/10. Disponible em: <http://titania.sourceoecd.org/vl=1632243/cl=14/nw=1/rpsv/cgi-bin/wppdf?file=5lgsjhvj7521.pdf>
- BEINE, M., DOCQUIER, F., RAPOPORT, H. Brain drain and human capital formation in developing countries: winners and losers. *Economic Journal* 118, p. 631-652, 2008.
- BORRAZ, F., POZO, S. Remittances in Uruguay. *Revista de Ciencias Empresariales y Economía*, Vol 6, p. 19-43, Universidad de Montevideo, 2007.
- CABELLA, W., PELLEGRINO, A. Diagnóstico y propuestas para discutir políticas. In: CALVO, J. J., MIERES, P. (Eds.). *Importante pero urgente políticas de población en Uruguay*. Uruguay: UNFPA y Rumbos, 2007.
- _____. Una estimación de la emigración internacional uruguaya entre 1963 y 2004. *Serie Documentos de Trabajo* n. 70, Unidad Multidisciplinaria, Facultad de Ciencias Sociales, 2005.
- CALVO, J. J., MIERES, P. (Eds.). *Sur, migración y después*. Uruguay: Instituto Rumbos y el Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA), 2009. Disponible em: http://www.rumbos.org.uy/documentos/INTERIOR_SUR.pdf
- _____. *Nacer, crecer y envejecer en el Uruguay*: políticas de población en el Uruguay. Uruguay: Instituto Rumbos y el Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA), 2008. Disponible em: <http://www.rumbos.org.uy/documentos/NacerCrecerEnvejecerEnUruguay.pdf>
- _____. *Importante pero urgente*: políticas de población en el Uruguay. Uruguay: Instituto Rumbos y el Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA), 2007. Disponible em: <http://www.rumbos.org.uy/documentos/importantepe-rourgente.pdf>
- CARRINGTON, W. J., DETRAGIACHE, E. How big is the brain drain? *IMF Working paper* WP/98/102, 1998.
- _____. How extensive is the brain drain. *Finance and Development*, p. 46-49, jun. 1999.
- CINVE. *La Crisis Uruguaya y el Problema Nacional*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1984.

- DÁVALOS, C., PLOTTIER, C., TORRES, S. Fuga de cerebros: el caso uruguayo. *Migración y políticas sociales en América Latina*. Brasil: Fundación Konrad Adenauer, 2009.
- DOCQUIER, F. Brain drain and inequality across nations. In: CONFERENCIA SOBRE "MIGRACIÓN Y DESARROLLO", Paris, 8 nov. 2006.
- DOCQUIER, F., MARFOUK, A. International migration by educational attainment (1990- 2000) - Release 1.1. In: OZDEN, C., SCHIFF, M. (Eds.). *International migration, remittances and the brain drain*. Palgrave-Macmillan, 2005.
- GARCE, A. Tendencias y razones del voto desde el extranjero. In: CALVO, J. J., MIERES, P. (Eds.). *Sur, migración y después*. Uruguay: Instituto Rumbos y el Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA), 2008. Disponible en: http://www.rumbos.org.uy/documentos/INTERIOR_SUR.pdf
- INFORME CAPITAL. *TV Ciudad*. 19 ago. 2008.
- LEMA, F. Professional Immigration from Latin America and the Caribbean from non-profit efforts to government involvement: three case studies. *Scientific Diasporas*, IRD, 2003.
- LOWELL, L., FINDLAY, A. Migration of highly skilled persons from developing countries: impact and policy responses. Geneva: International Labour Office, 2001.
- MACADAR, D., PELLEGRINO, A. Informe sobre migración internacional en base a los datos recogidos en el módulo migración. *Informe temático, Encuesta Nacional de hogares Ampliada 2006*. INE, UNFPA y UNDP, 2007.
- MEYER, J-B., BROWN, M. Scientific Diasporas: A New Approach to the Brain Drain. *Discussion Paper n. 41, Management of Social Transformations (MOST)*, 1999.
- NATIONAL DEVELOPMENT PLAN/COMMUNITY SUPPORT FRAMEWORK. Knowledge and Innovation. *Ireland's National Development Plan/Community Support Framework 2000-2006*, 2006.
- NATIONAL ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL (NESC). The economic and social implications of emigration. *National Economic and Social Council*, Dublin, 1991.
- OECD. A profile of Immigrant populations in the 21st century: data from OECD countries. *OECD Publications*, 2008.
- _____. International Migration Outlook: SOPEMI. *OECD Publications*, 2008.
- _____. Trends in International migration. *OECD Publications*, 2005.
- ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DE MIGRACIÓN (OIM). VIII Conferencia sudamericana sobre migraciones. *Fascículo en Diario La Brecha*, p. 1-8, Montevideo, Uruguay, 12 set. 2008.

- PELLEGRINO, A. Migración de mano de obra calificada desde Argentina y Uruguay. *Estudios sobre migración internacionales*, 58, Oficina Internacional del Trabajo, 2003.
- PELLEGRINO, A., CALVO, J. J. ¿Drenaje o éxodo?: Reflexiones sobre la migración calificada. *Documento del Rectorado 12*, Universidad de la República de Uruguay, 2001.
- PELLEGRINO, A., PIZARRO, J. Una aproximación al diseño de políticas sobre la migración internacional calificada en América Latina. *Serie Población y Desarrollo* n. 23, CELADE-CEPAL, 2001.
- PELLEGRINO, A., VIGORITO, A. La emigración uruguaya durante la crisis de 2002. *Serie Documentos de Trabajo*, Instituto de Economía, Facultad de Ciencias Económicas y de Administración, 2005.
- _____. Informe sobre emigración y remesas en Uruguay. *Informe de consultoría*, Banco Interamericano de Desarrollo, 2003.
- RATHA, D., XU, Z. *Datos sobre migración y remesas*. Análisis de perspectivas de desarrollo del Banco Mundial, 2008. Disponible en: www.worldbank.org/prospects/migrationandremittances.
- SOLIMANO, A. The international mobility of talent and its impact on global development: an overview. *Serie Macroeconomía del Desarrollo* n. 52, CELADE-CEPAL, 2006.
- _____. Globalizing talent and human capital: implications for developing countries. *Serie Macroeconomía del Desarrollo* n. 52, CELADE-CEPAL, 2002.
- TAKS, J. Migraciones internacionales en Uruguay: de pueblo transplantado a diáspora vinculada. *Theomai. Estudios sobre sociedad, naturaleza y desarrollo*, n. 14, segundo semestre, 2006.
- THORP, R. *Progress, Poverty and Exclusion – An Economic History of Latin America in the 20th Century*. Washington: Inter-American Development Bank, 1998.
- UNDP. *Human Development Report – Making New Technologies Work for Human Development*. New York: Oxford University Press, 2001.
- WONG, K. Y., YIP, C. K. Education, economic growth, and brain drain. *Journal of Economic Dynamics and Control*, 23, 5-6, p. 699-726, 1999.

Publicações anteriores dos *Cadernos Adenauer*



Segurança pública (n.4, 2008)

Governança global (n.3, 2008)

Política local e as eleições de 2008
(n.2, 2008)

20 anos da Constituição Cidadã
(n.1, 2008)

**A mídia entre regulamentação e
concentração** (n.4, 2007)

Partidos políticos: quatro continentes
(n.3, 2007)

Geração futuro (n.2, 2007)

**União Européia e Mercosul: dois
momentos especiais da integração
regional** (n.1, 2007)

**Promessas e esperanças: Eleições na
América Latina 2006** (n.4, 2006)

Brasil: o que resta fazer? (n.3, 2006)

**Educação e pobreza na América
Latina** (n.2, 2006)

China por toda parte (n.1, 2006)

Energia: da crise aos conflitos?
(n.4, 2005)

**Desarmamento, segurança pública e
cultura da paz** (n. 03, 2005)

Reforma política: agora vai?
(n. 02, 2005)

Reformas na Onu (n. 01, 2005)

Liberdade Religiosa em questão
(n. 04, 2004)

Revolução no Campo (n. 03, 2004)

Neopopulismo na América Latina
(n. 02, 2004)

**Avanços nas Prefeituras: novos
caminhos da democracia** (n. 01, 2004)

Mundo virtual (n. 06, 2003)

Os intelectuais e a política na América Latina (n. 05, 2003)

Experiências asiáticas: modelo para o Brasil? (n. 04, 2003)

Segurança cidadã e polícia na democracia (n. 03, 2003)

Reformas das políticas econômicas: experiências e alternativas (n. 02, 2003)

Eleições e partidos (n. 01, 2003)

O Terceiro Poder em crise: impasses e saídas (n. 06, 2002)

O Nordeste à procura da sustentabilidade (n. 05, 2002)

Dilemas da Dívida (n. 04, 2002)

Ano eleitoral: tempo para balanço (n. 03, 2002)

Sindicalismo e relações trabalhistas (n. 02, 2002)

Bioética (n. 01, 2002)

As caras da juventude (n. 06, 2001)

Segurança e soberania (n. 05, 2001)

Amazônia: avança o Brasil? (n. 04, 2001)

Burocracia e Reforma do Estado (n. 03, 2001)

União Européia: transtornos e alcance da integração regional (n. 02, 2001)

A violência do cotidiano (n. 01, 2001)

Os custos da corrupção (n. 10, 2000)

Fé, vida e participação (n. 09, 2000)

Biotecnologia em discussão (n. 08, 2000)

Política externa na América do Sul (n. 07, 2000)

Universidade: panorama e perspectivas (n. 06, 2000)

A Rússia no início da era Putin (n. 05, 2000)

Os municípios e as eleições de 2000 (n. 04, 2000)

Acesso à justiça e cidadania (n. 03, 2000)

O Brasil no cenário internacional (n. 02, 2000)

Pobreza e política social (n. 01, 2000)

Para assinar ou adquirir os Cadernos Adenauer, acesse:

www.kas.de/brasil

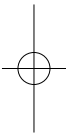
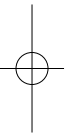
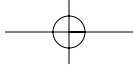


Migración y Políticas Sociales en América Latina

Organizador: Peter Fischer-Bollin

ISBN: 978-85-7504-137-6

Este livro apresenta diferentes aspectos do processo migratório em 13 países, mostrando a variedade das causas da migração e o perfil dos migrantes. Em oito dos treze países (Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, México, Paraguai, Peru) o foco das análises está na caracterização da crescente emigração – características demográficas e socioeconômicas dos migrantes – e em avaliar o impacto da dita imigração no país de origem, com ênfase no efeito das remessas sobre os indicadores de pobreza e bem-estar. O capítulo sobre o Uruguai, em particular, se concentra em analisar a emigração de trabalhadores qualificados ou “fuga de cérebros”. Os capítulos sobre Argentina, Brasil e Venezuela, atendendo ao caráter de países receptores de migração, apresentam as características dos imigrantes e sua inserção na economia local. Esses textos buscam, em particular, avaliar a qualidade dos empregos e de vida dos trabalhadores migrantes. Publicação disponível somente em espanhol.



ESTE LIVRO FOI COMPOSTO POR CACAU MENDES
EM ADOBE GARAMOND C. II/14 E IMPRESSO PELA
IMPRINTA EXPRESS EM PAPEL PÓLEN SOFT 80 G/M² PARA
A FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER NO INVERNO DE 2009

